



Estado do Rio Grande do Sul

ALCEU COLLARES

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

PORTO ALEGRE
1995

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

Alceu Collares

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

João Gilberto Lucas Coelho

CHEFE DA CASA CIVIL

Sérgio José Porto

CHEFE DA CASA MILITAR

Cel. PM Artidor Roque de Oliveira

SECRETÁRIO ESPECIAL PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Avelino Alexandre Collet

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Carlos Amaral Terres

SECRETÁRIO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Dilamar Machado

BRIGADA MILITAR

Cel. PM João Vanderlan Rodrigues Vieira

POLÍCIA CIVIL

Newton Müller Rodrigues

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO

Ana Lia Duarte Ibargoyen

SECRETÁRIA DA CULTURA

Zulmira Guimarães Cauduro

SECRETÁRIO DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE

Gilberto Barbosa

SECRETÁRIO DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DA CIDADANIA

Gabriel Pauli Fadel

SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Olimpio Albrecht

SECRETÁRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Florianio Barbosa Isolan

SECRETÁRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Gilberto W. Amato

SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES

Rubens Lahude

SECRETÁRIO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

Dilma Rousseff

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OBRAS

Jorge Decken Debiagi

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO

Carlos Herter Cabral

SECRETÁRIO DA FAZENDA

Urbano Schmitt

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

PROGRAMAS E REALIZAÇÕES DO GOVERNO

| | | |
|------|-------------------------------------------------------------------------------|----|
| I | - UM PROGRAMA SOCIAL DEMOCRÁTICO DE GOVERNO..... | 3 |
| II | - EDUCAÇÃO..... | 3 |
| III | - GUERRA À MISÉRIA..... | 5 |
| IV | - DESCENTRALIZAÇÃO GOVERNAMENTAL E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA..... | 5 |
| V | - EQUILÍBRIO E RACIONALIDADE ORÇAMENTÁRIOS..... | 6 |
| VI | - INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS SOCIAIS URBANOS..... | 6 |
| VII | - REFORMA ADMINISTRATIVA E CONTROLE SOBRE A GESTÃO DA EMPRESA PÚBLICA..... | 6 |
| VIII | - O SISTEMA FINANCEIRO INTEGRADO ESTADUAL..... | 7 |
| IX | - SEGURANÇA PÚBLICA..... | 7 |
| X | - PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO..... | 8 |
| XI | - A ECONOMIA REGIONAL E O MERCOSUL..... | 9 |
| XII | - A ASSIMILAÇÃO DE CAPITAL E TECNOLOGIA INTERNACIONAIS..... | 9 |
| XIII | - RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE..... | 9 |
| XIV | - SAÚDE..... | 10 |
| XV | - RIO GRANDE DO SUL NA FEDERAÇÃO..... | 10 |

SEGUNDA PARTE

DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO NO QUATRIÊNIO 91/94

| | | |
|----------|-----------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 | - GABINETE DO GOVERNADOR..... | 15 |
| | 1.1 - GABINETE DO VICE-GOVERNADOR..... | 17 |
| | 1.2 - CASA CIVIL..... | 17 |
| | 1.3 - CASA MILITAR..... | 22 |
| | 1.4 - SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS..... | 23 |
| | 1.5 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO..... | 29 |
| | 1.6 - SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL..... | 34 |
| | 1.7 - CONSELHO DE APOIO ÀS AÇÕES COMUNITÁRIAS..... | 37 |
| | 1.8 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO..... | 39 |
| 2 | - ÓRGÃOS DE SEGURANÇA..... | 41 |
| | 2.1 - BRIGADA MILITAR..... | 43 |
| | 2.2 - POLÍCIA CIVIL..... | 50 |
| 3 | - SECRETARIAS DE ESTADOS E SUAS VINCULADAS..... | 61 |
| | 3.1 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO..... | 63 |
| | 3.2 - SECRETARIA DA CULTURA..... | 211 |
| | 3.3 - SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE..... | 223 |
| | 3.4 - SECRETARIA DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DA CIDADANIA..... | 255 |
| | 3.5 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL..... | 295 |
| | 3.6 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO..... | 329 |
| | 3.7 - SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA..... | 349 |

| | | |
|-------------|------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.8 | - SECRETARIA DOS TRANSPORTES..... | 379 |
| 3.9 | - SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES..... | 401 |
| 3.10 | - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E OBRAS..... | 435 |
| 3.11 | - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO..... | 459 |
| 3.12 | - SECRETARIA DA FAZENDA..... | 501 |

**PROGRAMAS E REALIZAÇÕES
DO GOVERNO**

Nos últimos quatro anos, três importantes fatos assinalaram positivamente a história do Rio Grande do Sul: a economia retomou o seu impulso e o seu vigor, as finanças públicas foram recuperadas e o Estado reconquistou a força política no conjunto da federação brasileira.

O produto interno bruto gaúcho cresceu acima da média dos estados brasileiros, a indústria expandiu-se no mesmo ritmo e intensidade, convertendo-se o Rio Grande do Sul no segundo maior Estado brasileiro em exportação. A recuperação orçamentária e financeira do Estado abriu caminho para um nível mais adequado de investimento governamental. A mobilização, comandada pelo Governo, em favor da justa proporcionalidade da representação dos estados na Câmara dos Deputados, a rolagem da dívida, a posição do impeachment de Collor, granjearam para o Governo e ao povo do Rio Grande do Sul o reconhecimento da nação.

Neste quadro histórico geral, assumem um significado profundamente revolucionário as realizações do Governo do Estado.

I - UM PROGRAMA SÓCIO-DEMOCRÁTICO DE GOVERNO

O atual Governo foi eleito com base num Programa objetivo e moderno que consagrou, ao mesmo tempo, o consenso da sociedade gaúcha acerca da correção e da oportunidade dos princípios fundamentais do trabalhismo e da social democracia, que orientaram a sua ação política e administrativa durante o quadriênio. A concepção social democrática de governo materializou-se, sobretudo, em duas políticas: a primeira envolveu ações orientadas para a recuperação do setor público da economia, submetendo-o ao controle fiscalizador e responsabilizador do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da opinião pública; a segunda consistiu na concepção e na prática da descentralização política, da democracia participativa e da gestão social do governo, viabilizadas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

II - EDUCAÇÃO

O Governo assumiu num quadro de obsolescência da infra-estrutura e do equipamento da rede escolar pública: 42% dos prédios escolares não possuíam condições mínimas para funcionar e, dentre a população em idade escolar que demandava matrícula em escola pública - cerca de 200 mil constituíam os excedentes.

Impunha-se, ao mesmo tempo, recuperar a rede de escolas públicas e ampliar a oferta de matrículas, sem prejudicar a eficiência e a eficácia do ensino público, que deveriam ser incrementadas.

Hoje, o projeto Nenhuma Criança Sem Escola converteu-se em realidade inquestionável.

O resultado deveu-se à combinação de três grandes políticas que, em seu conjunto, permitiram à gestão do sistema educacional conciliar e integrar os requisitos da eficiência empresarial e da eficácia social: o Calendário Rotativo, a Nucleação Microrregional do Ensino e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs).

O Calendário Rotativo maximizou os benefícios derivados do emprego de recursos escassos em infra-estrutura e em equipamento, ampliando o seu impacto social, quer quanto à população beneficiada, quer quanto ao aprimoramento da qualidade do ensino. Ao fazê-lo, otimizou a equação custo-benefício e respondeu à exigência generalizada em nossa época: evitar a ociosidade e o desperdício no setor público.

Convergentemente, a política do Calendário Rotativo viabilizou programas anuais, com a duração de um mês de treinamento e aperfeiçoamento dos professores.

O projeto de Nucleação Microrregional do Ensino, para qual foram distribuídos 1.000 veículos, proveu transporte escolar gratuito para os alunos residentes em áreas satelizadas por uma escola estrategicamente definida para sediar o ensino, respondendo, assim, com rapidez e consequência, às limitações derivadas da insuficiência, precariedade e obsolescência que caracterizavam a rede escolar pública nos municípios do interior do Estado.

Hoje, a rede escolar foi substancialmente recuperada, equipada e, inclusive, informatizada, funcionando sob a liderança de Delegacias de Educação, os quais contam com técnicos e recursos que lhes permitem supervisionar e estimular o processo educacional.

A instituição dos Centros Integrados de Educação Pública, CIEPs, resultou da convicção de que, em comunidades muito pobres, a escola pública só poderá prover ensino e educação eficientes e eficazes se suprir condições compensatórias quanto ao ambiente social imediato. Tais condições devem permitir às crianças e aos adolescentes ultrapassarem, em relação à alimentação, higiene, vestuário e aos hábitos culturais cotidianos, os terríveis limites impostos pela pobreza, pela fragilidade e pela carência dos laços de família, pela violência ambiental e pela ausência de perspectiva quanto à vida moral e ao futuro. Sob tais condições, as funções e o papel da escola devem ser dimensionados segundo o cálculo não apenas empresarial, mas social, de custo e benefício.

III - GUERRA À MISÉRIA

No Gabinete do Governador, o CAAC - Conselho de Apoio à Ações Comunitárias, subordinado à Primeira Dama do Estado, desenvolveu intenso programa de assistência básica, diretamente ou por meio de entidades civis, a pessoas que, comprovadamente, não apresentavam as mínimas condições de alimentação, agasalho e teto, ou seja, incapazes de prover a própria subsistência, bem como a populações pobres que, vítimas de calamidades, careciam dos recursos necessários para recuperar as condições de sua própria sobrevivência.

Por meio de prefeituras e de entidades cadastradas, 581.386 idosos com mais de 65 anos e doentes com atestado médico receberam cuidados sob a forma de ranchos bimestrais, cobertores, colchonetes, calçados e roupas diversas. Só no item cobertores, foram adquiridos 290 mil, com recursos de ordem de US\$ 813 mil.

IV - DESCENTRALIZAÇÃO GOVERNAMENTAL E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A contribuição mais importante do atual Governo para a consolidação das instituições da democracia e do governo representativo no Rio Grande do Sul foi a criação e a implementação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - CRDs, concebidos com o propósito de viabilizar a descentralização política por regiões e, com base nela, a democracia participativa e a gestão social do governo. Através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, os diferentes segmentos da sociedade, regionalmente assentados, adquiriram o direito e o poder de participar nas decisões públicas fundamentais, entre as quais a definição de metas e prioridades no investimento governamental e alocação de recursos no planejamento e no orçamento.

A instituição dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, bem como as regras e os mecanismos de seu funcionamento, conquistaram, em virtude de seus relevantes resultados, um sólido consenso, que deverá assegurar a sua continuidade e irreversibilidade através dos governos subseqüentes. Tais resultados foram obtidos graças à tenacidade do Governo, apesar da maioria de oposição na Assembleia Legislativa ter inviabilizado, ao longo de toda a atual Legislatura, a aprovação de lei pertinente, acordando em aprová-la apenas em seu momento derradeiro, quando a descentralização política e a gestão social do governo foram incorporadas pelas agendas dos diferentes partidos.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento - CED foi concebido e funcionou exitosamente também, com o propósito de assegurar aos segmentos relevantes da economia e da sociedade a participação ao nível integrado do Estado, nas decisões públicas fundamentais.

V - EQUILÍBRIO E RACIONALIDADE ORÇAMENTÁRIOS

Outro aspecto relevante da atual Administração foi a recuperação das finanças públicas. Ela resultou da austeridade e da rigidez no controle sobre os gastos, em particular sobre as despesas com pessoal que, ocupando 81% em 1990, passou a 65% em 1993, das receitas próprias líquidas do Estado, observados, entretanto, os limites constitucionais e sem queda na remuneração real dos servidores. Ao contrário, considerada a partir de janeiro de 1991, aquela remuneração cresceu em relação ao PIB.

A recuperação financeira resultou também de medidas de eficiência, sobretudo no equacionamento das atividades-meio, do combate à sonegação, do aumento da arrecadação e da agilização da cobrança dos créditos tributários.

VI - INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS SOCIAIS URBANOS

Com o concurso do Banco Mundial e em cooperação com as Prefeituras, o Governo do Estado vem desenvolvendo o Fundo do Programa Integrado de Melhoria Social - FUNDOPIMES. Trata-se de um projeto de investimento em infra-estrutura urbana, saneamento, tratamento e distribuição de água, bem como em instalação de equipamentos sociais - entre os quais postos de saúde, escolas e creches - e, enfim, de apoio à modernização administrativa dos governos municipais.

A Avenida do Trabalhador, em estágio final de realização, possui extraordinária importância, em virtude de seu impacto dinâmico sobre a economia industrial e o bem-estar das populações pobres da área metropolitana. Atravessando Porto Alegre, Viamão, Alvorada, Cachoeirinha e Canoas e acolhendo, em seus 58km de extensão, cerca de um milhão e duzentas mil pessoas, a nova perimetral liga os dois pólos econômicos fundamentais da Região Metropolitana: a zona sul, na qual estão assentadas as populações de menor renda e a força de trabalho industrial; e a zona norte, na qual se encontram os mais expressivos distritos industriais e onde se concentra a demanda de emprego.

VII - REFORMA ADMINISTRATIVA E CONTROLE SOBRE A GESTÃO DA EMPRESA PÚBLICA

Desde o seu início, o Governo enfrentou com responsabilidade e coragem os problemas crônicos e complexos da administração do Estado - centralizada, descentralizada e fundacional - e da gestão do setor público da economia gaúcha, combatendo as conhecidas tendências à burocratização, ao corporativismo, ao patrimonialismo e ao parasitismo. Nessas duas frentes, era mister introduzir mecanismos que assegurassem a transparência e o controle responsabilizador e fiscalizador pelo próprio Poder Executivo, pelo Legislativo e pela opinião pública.

Quanto à administração, era necessário eliminar superposições, desperdícios, ociosidade e irracionalidades mas, sobretudo, desenvolver mecanismos capazes de inverter a tendência geral das organizações e das tecnoburocracias a substituírem os objetivos públicos, para os quais foram concebidas, pelos seus objetivos próprios e particularistas, essencialmente parasitários e anti-sociais.

Impunha-se, a um só tempo valorizar o servidor público e eliminar privilégios injustificáveis.

A Reforma Administrativa foi a resposta à grande parte dessas questões.

VIII - O SISTEMA FINANCEIRO INTEGRADO ESTADUAL

A mesma preocupação conduziu o Governo do Estado a unificar a administração superior do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BARRISUL e da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul - CEE, incorporando ao Sistema Financeiro Estadual, assim unificado, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande Sul - BADESUL e a Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - DIVERGS.

Além de reduzir custos e elevar a eficiência, (objetivos pretendidos pelo projeto), a política de integração deu origem ao terceiro maior conglomerado gaúcho, com um patrimônio líquido de US\$ 300 milhões e com um potencial que lhe permitiu financiar projetos de indústrias de transformação e do setor agropecuário, além de apoiar o desenvolvimento dos municípios e da infra-estrutura urbana e social do Estado.

IX - SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública constitui importante preocupação do governo, que investiu significativamente na força pública estadual e na polícia civil, especialmente em viaturas, rádio comunicações e armamento.

O Governo deu ênfase também ao treinamento e à valorização, com uma melhor remuneração dos recursos humanos, implantando, nessa área, a isonomia entre delegados e as carreiras jurídicas de formação profissional correspondente.

X - PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO

Com o propósito de recuperar e modernizar em seu conjunto a economia do Estado, incrementando o seu nível de produtividade, o Governo empenhou-se no desenvolvimento de programas para atrair investimentos, concentrá-los setorialmente e ativar o dinamismo empresarial.

Esses programas, resultado da cooperação entre Governo e empresas, incluem:

- 1. o Fundo Operação Empresa - FUNDOPEM, com o propósito de estimular a implantação e a expansão de projetos industriais de empresas de pequena, média e grande envergadura;*
- 2. o Programa Pró-Produtividade Agrícola, com o objetivo de expandir a produção rural;*
- 3. o Programa de Apoio aos Frigoríficos, com o escopo de recuperar frigoríficos e ensejar a participação dos funcionários na composição acionária dos mesmos, com o uso de incentivo do ICMS;*
- 4. o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Produtos Petroquímicos e Químicos - PROPLAST, objetivando o crescimento econômico e tecnológico e a geração de empregos;*
- 5. o Projeto Pró-Renda Microempresas, oferecendo ao empreendedor que inicia os negócios capacitação gerencial e treinamento de trabalhadores;*
- 6. o Sistema de Implantação de Microempresas - SIM, responsável pela construção de pavilhões para berçários industriais em diferentes municípios;*
- 7. o Fundo Estadual de Apoio ao Pequeno Estabelecimento Rural - FEAPER, que instituiu e financiou diversos programas de impacto econômico e social relevante, entre os quais:*
 - a - os Condomínios Rurais que, fundados em princípios europeus bem sucedidos de incentivo ao associativismo, estimularam a expansão da economia de base familiar nos setores da suinocultura, do gado de leite, dos hortigranjeiros, da agroindústria e da armazenagem;*
 - b - o Programa Troca-Troca, que viabilizou aos produtores o recebimento de sementes em troca como pagamento, ao fim da colheita, de parcela do produto de seu trabalho;*
- 8. a Zona de Processamento de Exportações - ZPE, que contribuirá para a retomada do desenvolvimento da Região Sul do Estado, estimulando a produção e a exportação de produtos a partir do Distrito Industrial de Rio Grande e evitando, deste modo, a deformação ocorrida com a Zona Franca de Manaus, que apenas monta produtos feitos no exterior.*

XI - A ECONOMIA REGIONAL E O MERCOSUL

Objetivando a integração reciprocamente produtiva dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, com os países limítrofes que compõem o MERCOSUL, o Programa Sul Fronteiras busca o levantamento de planos, programas, projetos e obras em desenvolvimento, que possam provocar impacto regional. Promove, ainda, a implantação de projetos e ações de interesse binacional nos municípios de fronteira, com ênfase nos núcleos urbanos, e avalia as condições ambientais das bacias hidrográficas da região de fronteira, com vistas à definição de programas de preservação, conservação e recuperação do meio ambiente.

XII - A ASSIMILAÇÃO DE CAPITAL E DE TECNOLOGIA INTERNACIONAIS

O Governo do Estado realizou, durante o quadriênio, duas importantes missões no exterior, ambas chefiadas pelo Governador e envolvendo autoridades públicas e empresários gaúchos, delas obtendo consideráveis resultados, quanto aos propósitos de atrair para o Rio Grande do Sul capital e tecnologia de países mais avançados. Essas missões visavam à formação de joint ventures, das quais resultassem programas de qualidade da produção industrial e agrícola. Buscavam, enfim, ampliar o mercado de exportações gaúchas, particularmente de calçados, aves e vinhos. Essas missões incluíram, em seu âmbito, os Estados Unidos, a Itália, a França, Israel e, no Extremo Oriente, Japão, China, Taiwan e Hong Kong.

XIII - RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

O Governo do Estado desenvolve atualmente o Projeto Pró-Guaíba, programa de recuperação, conservação, gestão e desenvolvimento racional da bacia hidrográfica do Guaíba e de seu ambiente.

O projeto, que conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, é o maior programa de bacia hidrográfica do mundo, envolvendo 85 mil metros quadrados e beneficiando diretamente seis milhões de pessoas.

XIV - SAÚDE

Fazendo avançar a descentralização da execução dos programas sociais, o Governo do Estado municipalizou a política de saúde, nela envolvendo 100 municípios. Através do Programa Pró-Hospitais, repassou US\$ 1,2 milhões, oriundos das denominadas "raspadinhas", a hospitais e santas casas. O Rio Grande do Sul obteve o segundo lugar, no país, em programas de erradicação da pólio, vacinando 98% das crianças do Estado por meio do Projeto Sulvacina.

É importante assinalar, em virtude de seu impacto social, o reequipamento e a ampliação, empreendidos pelo atual Governo, do Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul - LAFERGS, que passou a incrementar o espectro da produção de medicamentos.

O Instituto de Previdência do Estado - IPE tem provido, ao mesmo tempo, seguridade social e assistência médico-hospitalar e laboratorial para 840 mil beneficiários - servidores públicos ativos, aposentados, dependentes e pensionistas -, contando, para tanto, com seis mil médicos credenciados e mil entidades conveniadas para prestação de serviços de saúde, incluídos hospitais e laboratórios. As consultas médicas são remuneradas pelo IPE, segundo a tabela da Associação Médica Brasileira, pagando o beneficiário apenas um percentual mínimo sobre o valor da consulta, que decresce de acordo com os vencimentos, até isenção daqueles que recebem os menores valores.

XV - O RIO GRANDE DO SUL NA FEDERAÇÃO

Pela via do Orçamento e, em particular, das transferências constitucionais de recursos, do investimento, do custeio da administração pública federal e de despesas em saúde pública, seguridade social, previdência, educação e estradas - a União tem operado uma redistribuição fortemente assimétrica dos recursos fiscais entre regiões e entre estados, em benefício do Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste, e em prejuízo do Sudeste e do Sul.

A origem dessa distorção, da qual decorre um processo longo e cumulativo de expropriação dos recursos econômicos do Rio Grande do Sul, encontra-se na desproporcionalidade da distribuição entre os Estados, das cadeiras da Câmara dos Deputados, estatuída pelas sucessivas Constituições Federais e, em particular, pelo parágrafo 1º do art. 45 da atual Constituição Federal que, ao prever um número mínimo de 8 e um máximo de 70 deputados por estado, super-representa os estados menos populosos e com os menores eleitorados, do Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste, e sub-representa os estados mais populosos e com os maiores eleitorados, do Sudeste e do Sul.

Contra essa dupla desproporção - a da relação voto e representação, entre estados, na Câmara dos Deputados, e a da relação extração fiscal e investimento público da União, também entre estados -, o governo, tão logo investido de suas responsabilidades, empreendeu um esforço de mobilização, que conquistou o consenso nacional, buscando redefinir, em termos de rigorosa proporcionalidade, os critérios constitucionais de distribuição, entre os colégios eleitorais estaduais, das cadeiras da Câmara dos Deputados, como requisito indispensável para assegurar a equidade, o equilíbrio e a integridade da federação.

**DESEMPENHO DO
SETOR PÚBLICO
NO QUATRIÊNIO 91/94**

1 - GABINETE DO GOVERNADOR

1.1 - Gabinete do Vice-Governador

1.2 - Casa Civil

1.3 - Casa Militar

1.4 - Secretaria Especial para Assuntos Internacionais

1.5 - Procuradoria-Geral do Estado

1.6 - Secretaria Especial de Comunicação Social

1.7 - Conselho de Apoio às Ações Comunitárias

1.8 - Defensoria Pública do Estado

1.1 - GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

O Gabinete do Vice-Governador do Estado caracteriza-se como um órgão de atividade-meio na consecução dos projetos do Governo.

Pautou-se, durante o período, pela economia na aplicação dos recursos orçamentários, restringindo-se os gastos referentes a materiais e equipamentos, na não-utilização das instalações da Residência Oficial e na redução do número de servidores necessários ao bom andamento das atividades. Na área civil, cinco cargos em comissão foram relatados até 31-12-94 em outros órgãos da administração estadual. Estão vagas onze funções remuneratórias da área civil e quatro da assistência militar.

Dentre as ações desenvolvidas pelo Vice-Governador do Estado, destacam-se as 66 ocasiões em que assumiu o Governo, especialmente nas interinidades exercidas pelos períodos de 17 dias, em abril de 1992, e 18 dias em maio de 1993. Representou, por diversas vezes, o Governo em eventos, concedeu 920 audiências públicas e realizou 384 viagens ao interior do Estado, visitando 107 diferentes municípios, alguns dos quais em várias ocasiões, tendo como mais significativas as instalações do Governo no interior e as reuniões nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

As atuais condições do prédio que abriga o Gabinete do Vice-Governador, edificação listada como de interesse do Patrimônio Histórico, aconselham indispensável reforma adiada pela não-alocação de recursos orçamentários. Tais recursos foram apontados para o exercício de 1995.

No decorrer do ano de 1994, dentre as atividades desenvolvidas pelo Vice-Governador do Estado destacam-se as sete ocasiões em que assumiu o Governo; a representação, por solicitação do Senhor Governador, em diversos eventos; a concessão de 253 audiências públicas e 70 entrevistas a órgãos de imprensa; e a realização de 54 viagens ao interior do Estado, visitando 30 diferentes municípios.

1.2 - CASA CIVIL

A Casa Civil, no desempenho das atividades que lhe são cometidas e na busca da atuação, enquanto elemento de coordenação da atividade político-administrativa do Governo do Estado, tem procurado, permanentemente, a qualificação dos seus serviços, o que se manifesta no constante aperfeiçoamento dos seus efetivos de pessoal e na adoção de

novas técnicas e metodologia de trabalho, com a introdução de instrumentos ágeis e modernos.

A qualificação dos serviços conduz a benefícios diretos na execução de trabalhos de apoio e assessoramento nas diversas áreas de atuação, compatíveis com a necessidade e a importância dos mesmos, como suporte à atividade governamental e, em última análise, redundam na otimização dos recursos, motivando racionalização e redução dos gastos públicos.

No caso específico da Casa Civil, cumpre destacar que houve redução de 199 para 181 pessoas, como resultado de uma política de recursos humanos que privilegia a qualificação profissional e funcional dos seus quadros, sem abrir mão do nível de qualidade dos trabalhos que lhe são cometidos.

Órgãos extintos ou desativados na atual administração:

- Secretaria Particular do Governador;
- Conselho Estadual de Política Salarial;
- Secretaria Especial de Governo;
- Ouvidoria-Geral do Estado.

Órgãos criados:

- Assessoria de O&M e Informática;
- Assessoria Especial Estratégica;
- Assessoria Parlamentar;
- Assessoria de Comunicação Social.

Para prestar bons e adequados serviços, tanto para a estrutura governamental, quanto para a comunidade, a Casa Civil teve seu suporte fundamentado na integração e complementaridade da sua estrutura organizacional e no significativo incremento à informatização dos serviços. Neste sentido, apenas na Assessoria de Organização, Métodos e Informática, a capacidade instalada passou de 40 equipamentos, em março de 1991, para 95 em outubro de 1994.

Este procedimento facilitou a dinamização das ações, desde as tarefas rotineiras, como aquelas em que a Casa Civil desempenhou a função de ligação entre as demandas populares e a Administração Pública, como é o caso dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e o Sistema de Pleitos do Estado e dos demais estados do CODESUL em Brasília.

Cabe destacar a importante atuação do Escritório de Representação do Governo do Estado em Brasília, cujo objetivo

principal é o permanente acompanhamento dos assuntos ligados aos interesses do Estado na Capital Federal.

No quadriênio, buscou-se acrescentar ao trabalho de representação elementos de qualificação e eficácia, destacando-se a introdução de novos instrumentos e ferramentas de trabalho, dentre as quais a informática e o teleprocessamento de dados. Nesse sentido, foram implantados o Correio Eletrônico e o Sistema de Pleitos de forma "on line", instalação e modernização de equipamentos de processamento eletrônico de dados para dar suporte às atividades realizadas. Este procedimento, somado à preocupação com a qualificação dos recursos humanos, fizeram com que o trabalho de representação, realizado no quadriênio, caracteriza-se pela busca constante da racionalização e pela difusão positiva do Estado, não apenas no que tange aos seus interesses em nível interno, como também externo.

Também faz parte da estrutura administrativa da Casa Civil o Escritório do RS, no Conselho do Desenvolvimento do extremo Sul - CODESUL. Esta entidade, constituída pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e, mais recentemente, pelo Mato Grosso do Sul, tem como propósitos promover a integração regional; a identificação e solução de problemas comuns; ações integradas; o fortalecimento do Desenvolvimento Regional e subsidiar a integração internacional com o advento do MERCOSUL. Vinculado à Casa Civil, o Gabinete do Governador teve participação na elaboração da documentação apresentada pelo Executivo Gaúcho, relativamente a propostas de Emendas Constitucionais, tratando de desigualdades regionais e representação parlamentar.

A Casa Civil também coordenou e participou da elaboração de trabalhos conjuntos, para integração dos esforços dos Estados do CODESUL, no âmbito do Executivo e da interação com o Legislativo Federal em Brasília, para a defesa dos interesses estaduais e regionais. Participando de diversos projetos de integração, visando à implementação do MERCOSUL, notadamente com a Argentina, nesse primeiro momento, nas áreas de integração regional, transporte, cooperação técnica, saneamento, energia, educação, comunicações, turismo e processamento de dados e informações.

O Fundo Especial de Aparelhamento dos Serviços de Segurança Pública - FUNDESP - subordinado ao Gabinete do Governador, em função da reestruturação administrativa do Estado, é administrado por um órgão colegiado - Junta de Administração e Controle - integrado por representantes da Brigada Militar e da Polícia Civil.

Os recursos do FUNDESP são constituídos de receitas operacionais - Lei 8961/89 e Convênio entre DNER/SSP/RS - e se destinam a proporcionar, em caráter complementar, ampliação e dinamização de programas, serviços de atividades

relacionadas com a área de segurança, aquisição de material permanente e equipamentos para serviços administrativos; construção, ampliação e reforma de prédios. A forma de execução das atividades do FUNDESP pode ser por administração direta ou através da celebração de convênios com Prefeituras Municipais.

Situação das Obras - Execução Direta e Convênios

| Situação das Obras | Quantidade de Obras | Área construída m ² |
|--------------------|---------------------|--------------------------------|
| Iniciadas | 42 | 10.966,05 |
| Concluídas | 47 | 13.173,43 |
| Em andamento | 70 | 24.372,98 |
| TOTAL | 159 | 48.512,46 |

Convênios em Andamento com Municípios

| Situação | Nº de Municípios | Área - m ² |
|--------------------------------------|------------------|-----------------------|
| Municípios interessados em conveniar | 184 | 39.122,98 |
| Municípios em condições de conveniar | 47 | 16.670,70 |

Valores aplicados pelo FUNDESP - 1991 / 1994

| Discriminação | em US\$ |
|------------------------------------|---------------------|
| Obras | 809.283,66 |
| Equipamentos e material permanente | 362.954,10 |
| Total | 1.172.237,76 |

Na atual gestão administrativa, foi instituída, na Casa Civil, uma assessoria especial, com o objetivo de acompanhar e assessorar as ações mais diretas do Gabinete do Governador.

A entidade recebeu o nome de Assessoria Especial e Estratégica, agrupando profissionais de diversas áreas em coordenadorias, constituídas por pequenos grupos de Secretarias de Estado ou órgãos:

- Coordenadoria de Apoio Administrativo e Divulgação;
- Coordenadoria de Ação Social;
- Coordenadoria de Ação Financeira;
- Coordenadoria de Ação Econômica;
- Coordenadoria de Infra-Estrutura e Meio Ambiente.

As principais ações desenvolvidas pela Assessoria, no período, foram:

- gerenciamento de pleitos; a Assessoria, em ação conjunta com a Secretaria de Planejamento e da Administração e a PROCERGS, deu consistência e fez funcionar o sistema de pleitos, atuando como gerenciadora geral dos mesmos;
- coordenação geral do Projeto "Avenida do Trabalhador";
- acompanhamento diuturno da Comissão Parlamentar de Inquérito, para averiguar atos e ações da administração pública;
- planejamento e execução, juntamente com a Secretaria Especial de Comunicação Social, da elaboração de dois "Livros de Obras", executadas na atual administração;
- assessoramento para a concepção e os fundamentos da mobilização nacional, empreendida pelo Governo do Estado em favor das emendas constitucionais, estabelecendo critérios de distribuição proporcional das cadeiras da Câmara dos Deputados;
- intermediação entre as empresas estatais devedoras e o Tesouro do Estado;
- assessoramento na distribuição de recursos para os municípios atingidos pela enchente de 1992;
- estudos a respeito da instituição e do funcionamento dos Conselhos Regionais e do Conselho Estadual de Desenvolvimento;
- gestão, junto ao setor petroquímico e assessoramento, na elaboração de projeto de lei que pleiteia o uso do aditivo MTBE em lugar do álcool, na composição da gasolina usada no RS;

- coordenação de estudos e debates a respeito da necessidade de duplicação, pelo Governo Federal, da BR 386 e envio do resultado ao Sr. Ministro dos Transportes;
- elaboração de projetos de lei, emendas às Constituições Federal e Estadual sobre assuntos diversificados;
- gerenciamento, por um dos integrantes da Assessoria, do Projeto Vida;
- secretariado, por um dos integrantes da Assessoria, da Coordenadoria do Mercosul.

1.3 - CASA MILITAR

A Casa Militar, no cumprimento das atribuições que lhe são confiadas, realizou, durante esta gestão, suas atividades, visando, fundamentalmente, a prestar segurança ao Governador e aos Palácios, bem como assistir os Municípios e pessoas atingidas por calamidades ou doenças.

Através da subchefia de Operações, foram desenvolvidas atividades, destacando-se entre elas:

- o acompanhamento em torno de 33 tipos de manifestações de classes e outros eventos;
- a organização, a precursoria, a segurança e o acompanhamento de viagens governamentais sendo: 419 no Estado, 98 no País e 11 no Exterior, e 133 visitas de Autoridades Federais e Internacionais ao Governo do RS;
- as remoções aéreas de 192 transplantados, acidentados e outras emergências, totalizando 516 horas de voo;
- a instalação, junto ao Palácio Piratini, de uma Companhia de Polícia Feminina da Brigada Militar.

Coube à Subchefia de Defesa Civil, através da sua Coordenadoria Estadual, o atendimento a:

- 406 situações de emergências e 101 calamidades públicas entre os 427 Municípios do Estado, em decorrência de eventos adversos, determinando o registro de 126.752 flagelados, 28 feridos e 13 mortos;
- 126.752 flagelados com distribuição de 174.692 kg de gêneros alimentícios, 9.062 colchões e 21.589 cobertores;
- reparação de danos, com o repasse aos Municípios do montante de US\$ 2.715.716,00, para a construção de 1.681 habitações e 6.656 reconstruções;

- produção de um Manual de Orientação Financeira às prefeituras, para a administração de recursos repassados pela Defesa Civil.

Realizou, ainda, a Defesa Civil outras ações, como o controle de transporte de produtos perigosos e o acompanhamento de dados hidrológicos.

A Subchefia de Telecomunicações, visando a organizar, coordenar e dirigir os serviços de telecomunicações dos palácios Governamentais, direcionou sua atuação para atividades como:

- instalação de novos equipamentos e utilitários nas áreas da informática, comunicações e telefonia;
- realização de cursos, visando à preparação técnica do efetivo da Casa Militar;
- transmissão de três boletins diários, com a situação dos rios e as condições meteorológicas das localidades;
- desenvolvimento, juntamente com a PROCERGS, de um sistema complexo para a Defesa Civil, voltado ao acompanhamento e monitoramento dos fenômenos meteorológicos;
- implantação do correio eletrônico.

A Subchefia Administrativa encarregou-se da execução das duas atividades da Casa Militar: Manutenção dos Palácios do Governo e Representação Militar do Governo do Estado, criando condições para o custeio de despesas com a administração superior da administração estadual, da representação militar, dos serviços de segurança, do transporte, das comunicações e das relações com autoridades, bem como o gerenciamento das despesas para a manutenção da Subchefia de Defesa Civil.

1.4 - SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS - SEAI

A Secretaria Especial para Assuntos Internacionais (SEAI), criada na gestão Pedro Simon (1987/1990), cresceu e buscou aprimorar-se no governo Alceu Collares (1991/1994), seguindo a meta inicial de expandir as relações e os negócios do Rio Grande do Sul com parceiros estrangeiros, em busca de novas tecnologias, conquistas científicas e mercados para nossos produtos e serviços.

Metas que foram fortalecidas diante da necessidade dos países integrantes do Mercosul - Uruguai, Argentina, Paraguai e Brasil - estabelecerem uma política econômica comum, conforme está idealizado no Tratado de Assunção, tendo em

vista a entrada, em vigor, do novo bloco econômico a 1ª de janeiro de 1995.

O Governador Collares realizou três importantes missões ao exterior. Na Ásia, foram visitados o Japão, Hong Kong e Taiwan numa primeira etapa. Posteriormente, o governador chefiou viagens à Europa (Itália, Bélgica e França) e ao Oriente Médio (Israel).

ATUAÇÃO

Por não ser uma Secretaria de linha e sim de meio, com a característica de ser uma Secretaria Especial, desde que foi criada, vem estruturando o seu organograma na medida das necessidades, para melhor atendimento das exigências inerentes à Pasta. Desta forma, baseia suas principais atividades no desempenho dos seguintes setores:

Assessoria de Relações Consulares

Esta assessoria está diretamente vinculada ao Gabinete do Secretário desde que o Governador Alceu Collares sancionou a alteração do artigo 13 da lei nº 9.432, de 25 de outubro de 1994, que trata das relações do Estado com o Corpo Consular. Anteriormente, essa atividade estava vinculada à Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania.

Cabe às Relações Consulares fazer a apresentação oficial aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dos embaixadores, dos cônsules de carreira e honorários, das autoridades estrangeiras e missões econômicas e culturais que chegam em visita ao Estado.

Assessoria de Comunicação Social

Esta assessoria também está diretamente vinculada ao Gabinete do Secretário. Sua principal atribuição é a divulgação das notícias geradas pelas ações da SEAI e a recepção das informações gerais, através de taxação das mais diversas publicações de interesse do setor. A atividade de Relações Públicas é outra atribuição desta assessoria, bem como a orientação em campanhas publicitárias e a formação de arquivos sobre assuntos internacionais, especialmente sobre o Mercosul.

Departamento de Cooperação e Negócios Internacionais

Este departamento subdivide-se em três áreas: Cooperação Internacional, Negócios Internacionais e Cooperação Financeira. Junto a este departamento está sediado o Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia

para Empresas (SIPRI), setor de promoção comercial do Ministério de Relações Exteriores.

Departamento de Integração com a América Latina

Acompanha as ações políticas e de negócios do Rio Grande do Sul com os países da América do Sul, priorizando as relações com os países integrantes do Mercosul. A este departamento estão vinculados os seguintes serviços: Disque-Mercosul, Fórum permanente do Mercosul e Comissão Estadual de Desenvolvimento Integrado da Fronteira (CEDIF).

REALIZAÇÕES NO PERÍODO DE 91/94

Relações Consulares

Até 1994, este setor funcionava na Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania. Foram registradas, no período de março a dezembro de 94, um total de 20 visitas de autoridades de relações internacionais.

Cooperação e Negócios Internacionais

Entre as principais realizações de Cooperação e Negócios Internacionais, destacam-se:

- a) retomada do Programa Prorenda T2, projeto de cooperação técnica com a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), que contribui com 2 milhões e 800 mil marcos alemães para Melhorias Urbanas da Grande Porto Alegre (Metroplan) e para o apoio às micro e pequenas empresas gaúchas (Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social);
- b) organização e acompanhamento da missão oficial do Governo do Estado aos Estados Unidos (cooperação financeira), Japão (assinatura de nota conjunta sobre o desenvolvimento do intercâmbio com Shiga), Hong Kong (Feira de Hong Kong) e Taiwan (prospecção na área comercial), em abril de 94;
- c) cadastramento de peritos/consultores para cooperação técnica no Estado e em instituições gaúchas;
- d) envio de 20 técnicos gaúchos para aperfeiçoamento no exterior e de 35 técnicos gaúchos à Província-Irmã de Shiga, Japão;
- e) recebimento de 20 técnicos japoneses nas áreas de agropecuária, biotecnologia, ciência dos materiais,

qualidade, educação, indústria e meio ambiente e de, aproximadamente, 65 agricultores da Província de Shiga;

- h) assinatura de Protocolo de Intenções para ações conjuntas de cooperação internacional com a Província de Mendoza, Argentina, em maio de 1994;
- g) audiências junto à Comissão das Comunidades Europeias, em Bruxelas, onde se obteve a autorização para que o Estado participasse da Rede BRE (Balcão de Aproximação com Empresários Europeus) e financiamento para o Programa Assistência Técnica para a Região Fronteiriça do Mercosul.

Disque-Mercosul

No dia 10 de outubro de 1994, a SEAI assinou convênio com a Prefeitura de Curitiba, no Paraná, para instalação do Disque-Mercosul. O convênio possibilitou incrementar a Bolsa de Negócios do sistema, pois os cadastros feitos em Curitiba poderão ser aproveitados também no RS e vice-versa.

Nestes quatro anos de governo, registraram-se 10400 consultas, sendo 800 em 1991; 2300 em 1992; 3400 em 1993; além de 3900 em 1994. São atendidas, diariamente, em média, 20 consultas que ficam catalogadas.

Integração com a América Latina

Desenvolve intensa atividade de aproximação e troca de experiências com representações da Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia. Entre outras realizações, citamos as de maior relevância:

- a) criação, em junho de 1993, da Coordenadoria do Mercosul, para centralizar, na SEAI, as atividades das demais Secretarias de Estado e suas vinculadas, nas ações referentes ao Mercosul;
- b) o Fórum Permanente do Mercosul realizou 10 reuniões desde que foi criado.

Comissão Estadual de Desenvolvimento Integrado da Fronteira - CEDIF

No período de 1991 a 1994, a CEDIF realizou 33 reuniões em 15 municípios.

Eventos

Entre os principais eventos, destacam-se os seguintes seminários realizados: Seminário Internacional sobre Alimentação Alternativa; 1º Seminário do Eixo Rodoferroviário Transcontinental; III Seminário Comunicação Anos 90 e o Seminário sobre o Eixo Rodoviário São Paulo/Buenos Aires.

Convênios

- Shiga: Intensificado o Convênio de Fraternidade com esta província do Japão, através da assinatura de Nota Conjunta para o desenvolvimento e intercâmbio nas áreas de educação e meio ambiente, em abril de 1992;
- Prorenda: Aprovação do Contrato de Contribuição Financeira celebrado entre o Rio Grande do Sul e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), para execução do projeto "Viabilidade de Espaços Econômicos para Populações Urbanas de Baixa Renda", em maio de 1992;
- Hubei: 1º Protocolo de Intenções para futuras trocas de experiências agrícolas, assinado em 1992. Hubei é uma província chinesa que gestiona a condição de província-irmã do Rio Grande do Sul;
- Mendoza: Assinatura de Protocolo de Intenções para ações conjuntas de cooperação internacional, em maio de 1994 (Argentina).

CONCLUSÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A SEAI tem o firme objetivo de promover o desenvolvimento industrial e comercial gaúcho através do processo de intercâmbio entre empresas do Estado e do exterior, propiciando a transferência de tecnologia e captação de investimentos. Para alcançar esses objetivos são propostas as seguintes atividades:

- reestruturar o atual sistema de informações, visando a possibilitar a identificação e o acompanhamento de "joint-ventures", bem como identificar interesses de empresas gaúchas com parceiros estrangeiros;
- assessorar as empresas gaúchas interessadas na busca de parceiros industriais e comerciais no exterior e promover o comércio de produtos do Estado no âmbito internacional;
- implementar sistema de informações que identifique a demanda internacional por produtos existentes no Estado, com o objetivo de orientar e apoiar produtores potencialmente aptos a ofertá-los;

- coordenar a política estadual de inserção da economia gaúcha, tendo em vista a formação do Mercado Comum do Cone Sul;
- fomentar e ampliar a cooperação técnica recebida do exterior.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

Eventos

Entre os eventos da SEAI, destacam-se: Curso de especialização do MERCOSUL; V Encontro do Arroz Parboilizado; -Expoagas/94; Seminário sobre o Mercosul e a Comunidade Européia; 1º Conamerco, Congresso de Administradores do MERCOSUL; Seminário sobre Turismo na Fronteira, realizado pela CEDIF, juntamente com a Companhia Riograndense de Turismo (CRTUR); Seminário sobre Mercosul em Dom Pedrito; Programa de Gestão Compartilhada da Bacia do Rio Quaraí e o Encontro "Al Interprise".

Fórum Permanente do Mercosul

Entre as diversas proposições encaminhadas às instâncias superiores do Mercosul destacam-se: a instalação do Tribunal de Justiça do Mercosul em Porto Alegre e a criação do sub-grupo de Educação e Cultura.

Disque-Mercosul

Contrato assinado com a Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (Procergs) e Convênio firmado com a Prefeitura de Curitiba (Paraná), para a instalação do Disque-Mercosul naquela cidade.

Missões organizadas e coordenadas pela SEAI

- Argentina/Uruguai: a SEAI organizou e coordenou o 1º Encontro Empresarial de Entre Rios;
- 1º Encontro Internacional de Negócios, realizado no Laboratório Tecnológico do Uruguai (LATU);
- Milão-Bruxelas: participação na feira de Milão e Bruxelas.

Comissão Estadual de Desenvolvimento Integrado da Fronteira

No segundo semestre de 1994, a CEDIF deu continuidade ao encaminhamento das demandas levantadas junto aos 12 municípios de fronteira.

Convênios

O Convênio de Fraternidade com a província de Shiga, no Japão, foi ampliado no segundo semestre de 1994, prosseguindo o intercâmbio de técnicos nas áreas do meio ambiente, agricultura e artes marciais. Foi articulado projeto de cooperação técnica com a Agência de Cooperação Japonesa (JICA), para o Programa de Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica da Lagoa dos Patos/Mirim. Igualmente, foi realizada uma missão de prospecção de cooperação empresarial para pequenas e médias empresas no Japão, coordenada pela SEAI e pelo SEBRAE.

1.5 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE

Como função essencial à justiça, a Advocacia de Estado constitui atividade inerente ao regime da legalidade na Administração Pública.

No Rio Grande do Sul, por disposição constitucional, é organizada sob a forma de sistema, tendo como Órgão Central a Procuradoria-Geral do Estado.

Nesta gestão, que ora se encerra, a Procuradoria teve atuação destacada na defesa judicial de ações prioritárias de governo, conquistando significativas vitórias em juízo.

De anotar-se, neste ponto, que ações de fundamental importância foram promovidas para assegurar o livre exercício das funções inerentes à competência privativa do Poder Executivo Estadual, invariavelmente com êxito, cabendo lembrar as concernentes ao calendário escolar rotativo, à prerrogativa de livre nomeação de diretores de escolas da rede pública estadual, à instituição do pedágio em rodovias estaduais e à reintegração de posse na área destinada ao Parque Estadual Itapuã, dentre muitas outras de importância não menos realçada.

Representado pela Procuradoria, o Governo do Estado esteve presente, neste quadriênio, no debate dos grandes temas nacionais, exemplificando-se com a composição da Câmara dos Deputados, a nova Lei das Licitações e o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios.

Já no desempenho da sua função institucional, de propor orientação jurídico-normativa para a administração pública, a Procuradoria desenvolveu intensa atividade consultiva, emitindo mais de 1.700 pareceres.

Por outro lado, atente-se que, obsequiando a mais estrita observância dos princípios norteadores da administração pública, com destaque para os princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade, este Governo confiou à Procuradoria-Geral do Estado papel fundamental para a mais efetiva atuação do controle interno dos seus atos, desempenhado na condução de inúmeras sindicâncias administrativas, como nos casos do Instituto Médico-Legal - IML, da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, da Companhia Riograndense de Telecomunicações - CRT, da Companhia de Habitação do Estado - COHAB, da Construtora Arcobaleno, do Conselho de Tráfego do DAER e do Concurso para Ingresso no Curso Superior de Formação de Delegados de Polícia, para citar apenas alguns dos casos que ganharam maior repercussão pública.

Ações administrativas foram adotadas para o aprimoramento do Sistema de Assistência Jurídica e Defesa Judicial do Estado, instituído pelo Decreto Estadual nº 30.168/81, merecendo destaque a designação de agentes setoriais e a assunção do patrocínio judicial de causas de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações estaduais, mais que triplicando a clientela da Procuradoria, que, atualmente, defende os interesses públicos em mais de 47.000 feitos judiciais, em diferentes juízos e instâncias.

Aliás, coube a este Governo, desde os primeiros momentos, a iniciativa ímpar de enfrentar com medidas administrativas concretas a problemática representada pelo contingente expressivo de causas justrabalhistas, aforadas contra órgãos e entidades do Poder Público Estadual. Novamente, a Procuradoria marcou presença: manifestando-se nos casos de acordos judiciais; assumindo o patrocínio das demandas de maior relevo e repercussão financeira, assim como daquelas cunhadas por fortes interesses corporativos; implementando sistema de credenciamento de escritórios jurídicos e advogados autônomos, selecionados mediante pré-qualificação e assumindo, parcial e gradativamente, na medida do correspondente aparelhamento dos seus serviços, o procuratório judicial das entidades da Administração Indireta (Ordem de Serviço nº 27/91-95 e seguintes).

Ainda, com a inédita designação de Procurador do Estado, para atuar junto ao Tribunal de Contas do Estado, este Governo deu cumprimento a mandamento constitucional estadual explícito, fazendo efetivamente representados os interesses da Administração Pública perante aquele Alto Sodalício.

No desempenho de seus cometimentos, de prestar assistência jurídica e administrativa aos Municípios, a título supletivo ou complementar, a Procuradoria desenvolveu, em ação conjunta com a Secretaria do Planejamento e da Administração, o 3º Programa de Assistência Técnica e Jurídica aos Municípios, instituído pelo atual Governo, através do Decreto Estadual nº 32.328/92.

No tocante ao autocontrole, a Procuradoria, recentemente, designou o seu Conselho de Ética, conferindo, assim, plena eficácia à disposição do artigo 11, do Decreto Estadual nº 31.060/83 (Portaria nº 47, de 7 de fevereiro de 1994, do Procurador-Geral do Estado).

Naturalmente que, para se desincumbir tão bem dos seus misteres institucionais, a Procuradoria-Geral do Estado foi contemplada com especial atenção governamental, avançando, consideravelmente, em termos de organização administrativa e aparelhamento em recursos materiais e humanos.

Para exemplificar, neste quadriênio, foi inteiramente executado o seu 1º Plano Diretor de Informática, permitindo o aparelhamento da sede central, das dezesseis Procuradorias Regionais e do Escritório de Apoio da Procuradoria-Geral do Estado, em Brasília, com terminais e micro computadores interligados em rede "on-line" e com "fac-símile".

Foi, ainda, nesta gestão, alocado imóvel, na capital, para o Depósito da Procuradoria-Geral do Estado, atualmente em funcionamento como depósito administrativo e judicial dos bens garantidores da dívida ativa tributária e não-tributária, proporcionando-se, com isso, expressivo incremento nos resultados da defesa judicial do Estado nas execuções fiscais.

Como providência de interesse cardeal para a organização e o aparelhamento do serviço, destaca-se, outrossim, a redefinição legal do Fundo de Assistência Judiciária, como instrumento de apoio financeiro aos programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Procuradoria-Geral do Estado (Lei Estadual nº 9.816/93).

Ainda, em termos de recursos materiais, além de terem sido destinados recursos para a edificação da futura sede central da Procuradoria-Geral do Estado, todas as dezesseis Procuradorias Regionais ganharam novas instalações.

De ressaltar, no campo humano, a realização do concurso para provimento de cargos da classe inicial de Procurador do Estado, com a investidura de 61 novos Procuradores do Estado, para atendimento às crescentes necessidades do serviço, intensificadas pela gradativa assunção do procuratório judicial das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações. No início da atual administração,

o número de Procuradores era de 151, passando a 170 até 31-10-94.

Em ação conjunta com a Associação dos Procuradores do Estado, foi fundada a Escola Superior de Advocacia de Estado.

Decerto que muito há por fazer, mas importantes metas foram plenamente atingidas, sendo indubitoso que merece constante revisão e aperfeiçoamento o Sistema de Assistência Jurídica e Defesa Judicial do Estado, inclusive avançando no sentido do incremento das ações de controle interno da legalidade e da probidade administrativa, trazendo, como consectário, maior eficiência em todas as esferas do serviço público estadual.

Por outro lado, sem obstância, todas as medidas realizadas para o incremento da cobrança da dívida ativa vêm tornar, a cada dia, mais imperativa a organização sistêmica do gerenciamento das execuções fiscais, assim como o constante aperfeiçoamento dos meios e recursos materiais e tecnológicos à disposição do serviço, inclusive nas áreas de informática e informações.

Neste ano a Procuradoria - Geral do Estado realizou, até outubro, as seguintes ações:

- Sindicâncias presididas por Procuradores do Estado: CEEE, Construtora Arcobaleno, Conselho de Tráfego do DAER e Concurso para Provimento do Cargo de Delegado de Polícia;

- Ações Judiciais:

- . Decisões Judiciais Favoráveis ao Estado em 94: 2.028
- . Decisões Judiciais Parcialmente Favoráveis ao Estado em 94: 836
- . Decisões Judiciais Contrárias ao Estado em 94: 1.644
- . Iniciais - 3.247
- . Contestações/Contra Razões - 2.946
- . Apelações/Agravos - 3.373
- . Recursos Extraordinários ou Especiais - 1.056
- . Outros Recursos - 752
- . Informações em MS - 108
- . Informações em ADIN - 99
- . Outras Petições - 30.008
- . Pareceres: 523
- . Informações - 1.503
- . Sustentações Oraís - 31
- . Audiências - 2.566
- . Consultas verbais - 4.919
- Total: - 51.131

- Decretos Editados:

- . Instituição da Carteira Funcional de Procurador do Estado.
- . Regulamento de Estágio Probatório na Carreira de Procurador do Estado.

- Representação Judicial:

- . Administração Direta
- . Caixa Econômica Estadual
- . Instituto de Previdência do Estado
- . Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
- . Instituto Rio-grandense do Arroz
- . Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore
- . Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
- . Departamento Aeroviário do Estado
- . CIENTEC - Fundação de Ciência e Tecnologia
- . Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado do RS
- . Companhia de Habitação do Estado do RS
- . CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica
- . Companhia Estadual de Silos e Armazéns
- . Fundação Piratini Rádio e TV Educativa
- . Fundação Estadual de Proteção Ambiental
- . Fundação Zoobotânica do Estado do RS
- . Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
- . Companhia Rio-grandense de Laticínios e Correlatos
- . Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
- . Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha

- Modernização e Outras Medidas:

- . Instalação de 11 microcomputadores nos diversos setores da PGE.
- . Aquisição e instalação de 18 aparelhos FAX em todas as sedes regionais, na capital e em Brasília.
- . Convênio com Prodasen, para acesso a 45 bases de dados.
- . Controle eletrônico da receita de honorários.
- . Controle financeiro e gerencial das execuções fiscais.
- . Aquisição de três linhas de telefonia celular.

- Fluxo Matéria Judicial: (setor Processual / Gabinete)

- . Citações - 2.117
- . Not/Intim. - 2.195
- . Mandados de Segurança - 105
- . ADINS - 68
- . Usucapião - 1.953
- . Outros - 132

1.6 - SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECS

A prerrogativa de propor e coordenar a política de Comunicação Social da Administração Estadual, juntamente com a necessidade de gerenciar o fluxo de informações que passam pela interface Governo-Sociedade, coloca, hoje, a SECS frente a uma moderna dinâmica, representada pelo novo modelo de Estado proposto pelo Poder Executivo.

A partir desse quadro, a SECS firma-se como responsável pela divulgação das políticas, diretrizes e ações do Governo, de forma permanente, junto à opinião pública. Dentre as múltiplas atividades desta Pasta, cabe destacar:

- a difusão das prestações de contas dos atos do Governo, através da elaboração de boletins informativos periódicos, programas específicos de rádio, entrevistas coletivas, debates na TV e geração de matérias especiais;
- a adequação desta Secretaria e, principalmente do setor de publicidade, à Lei nº 8666/93, que trata da regulamentação das licitações para o setor público. Com a promulgação desta norma, a SECS passou a adotar, obrigatoriamente, o Sistema de Editais, tendo em vista a contratação de Agências de Publicidade para o desenvolvimento de campanhas específicas para o Governo;
- a divulgação da implantação e ampliação do Sistema Financeiro Unificado e Rede Verde-Amarela, do FUNDOPEM, dos Condomínios Rurais, da ZPE, do Balcão de Negociação, das inaugurações dos CIEPs, do PROPLAST, da Via do Trabalhador, do Programa Sul Fronteira, das subestações da CEEE, da Telefonia Celular, das estradas estaduais, da implementação final do processo de Reforma Administrativa, da consolidação das CRDs e do CODESUL, entre outros fatos;
- a coordenação, em conjunto com outras Secretarias, diversas campanhas publicitárias, acompanhadas de material gráfico e vídeos, entre os quais salienta-se: 7.000 Obras, Caso Verdade, "Voto Consciente". Também evidencia-se a participação da Revista "Federação Mutilada", onde é feito um alerta contra o processo crescente de desagregação social e desintegração territorial;
- a total interação do Governo com os Meios de Comunicação, principalmente através de programas de rádio como:
 - "Povo Grande do Sul", abrangendo uma cadeia de 153 emissoras AM, com alcance popular, onde são relatados os principais projetos e atividades do Governo;
 - "O Governador e a Comunidade", programa ao vivo e semanal, o qual é transmitido em cadeia por 26 emissoras do interior do Estado;

- . "Os Gaúchos e o Governador", programa semanal que atualmente é transmitido em cadeia, por 28 emissoras de rádio, comandadas pela Rádio Gaúcha;
- . "Fala Governo", programa que proporciona ao interior Gaúcho o conhecimento das principais vozes do Governo (Secretários de Estado e Presidentes de Estados), sendo transmitido para uma cadeia de 47 emissoras.

Visando ao atendimento ininterrupto às solicitações dos diversos veículos e órgãos de comunicação que, em geral, buscam informações relativas ao Governo, a SECS tem suas atividades divididas em quatro áreas específicas: Coordenadoria de Imprensa, Coordenadoria de Publicidade, Coordenadoria de Relações Públicas e Unidade de Apoio Administrativo.

Coordenadoria de Imprensa

Através da Assessoria e de suas Editorias do Interior - de Rádio, de Cine/TV e de Fotografia - a Coordenadoria realiza a divulgação das atividades do Governador, tais como: resoluções, inaugurações, visitas, pronunciamentos, solenidades e comunicados, junto aos principais veículos de comunicação, além de atender, simultaneamente, às promoções e às iniciativas da Casa Civil e Casa Militar.

Coordenadoria de Relações Públicas

A cargo desta Coordenadoria, estão afetas as atividades relativas à área de Relações Públicas da SECS e Gabinete do Governador, tais como:

- planejamento de eventos que sejam de iniciativas do Governo Estadual, em conjunto com as assessorias das respectivas Secretarias Estaduais participantes;
- participação à sociedade de atividades institucionais organizadas pelo Estado;
- clipagem dos jornais de Porto Alegre e do centro do país, onde são destacados assuntos de interesse geral do Estado e do Governo;
- distribuição das cópias da clipagem e sinopses de notícias aos órgãos da administração estadual.

Coordenadoria de Publicidade

À Coordenadoria de Publicidade compete a responsabilidade de controlar e coordenar todas as despesas com publicidade oficial, veiculadas por qualquer Órgão Público pertencente à administração estadual.

O gerenciamento transparente de recursos destinados à prestação destes serviços por terceiros, pela SECS, está rigorosamente relacionado na forma do que determina a Lei Federal Nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, que passa a regulamentar o inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Também foi implementado o Dec. nº 34.484, que regulamenta a realização de pré-qualificação de agências de publicidade, para prestação de serviços aos órgãos e à Administração Estadual.

Unidade de Apoio Administrativo

Dentre as principais funções desta unidade, cabe destacar a elaboração das dotações orçamentárias relativas às despesas da SECS, que devem, obrigatoriamente, estar em consonância com os créditos orçamentários destinados ao Gabinete do Governador, bem como aos seus principais projetos e rubricas.

A Reforma Administrativa proporcionou o desenvolvimento de ações que envolveram todas as chefias das Unidades Organizacionais, as quais, assessoradas por consultores especialmente designados pela FDRH, elaboraram suas listagens de metas, visando à melhoria do desempenho de seus setores.

Também são pontos de destaques os estudos e as reuniões realizadas, que resultaram na elaboração de um projeto de lei, estabelecendo a nova estrutura organizacional da Secretaria e um projeto de Decreto, que objetiva regulamentar esta estrutura, a qual procura racionalizar as inter-relações entre as diversas unidades que compõem a Secretaria Especial de Comunicação Social.

Assessoria Especial

A Assessoria Especial, além de auxiliar nas atividades de linha das Coordenadorias, suprindo as necessidades destas, quando solicitada, realiza trabalhos específicos para o Secretário e Gabinete do Governador, além de promover a ação facilitadora entre os diferentes setores do Estado e a SECS.

Dentre os serviços realizados por esta Assessoria, podemos destacar:

- a efetivação e acompanhamento da programação do Setor Público, bem como sua inserção no Plano Plurianual (Projeto AAG - Acompanhamento das Ações Governamentais) junto à SPA;
- a coordenação, em conjunto com a Assessoria de Imprensa, da realização do "III^o Seminário Comunicação Anos 90" e da distribuição das principais matérias inerentes às ações e projetos Governamentais para as Rádios AM-FM, via SICOM (Sistema de Comunicação Social Integrado);
- o acompanhamento e a divulgação dos trabalhos do CODESUL, bem como a prestação de serviços de assessoria operacional a outras Secretarias e Estatais.

Unidade de Informática

As principais atividades realizadas pela Unidade de Informática desta Assessoria foram:

- a tabulação das notícias veiculadas nos jornais da capital e centro do país, relativas ao Governo do Estado, à operação do Sistema Broadcast, que transmite as notícias da Agência Estado;
- a implantação na SECS, juntamente com a PROCERGS, do Correio Eletrônico;
- a execução do programa de Aplicação de Recursos de Divulgação (ARD), assim como o Sistema de Protocolo Integrado (SPI);
- a elaboração, juntamente com a PROCERGS, do Plano de Informatização da SECS.

1.7 - CONSELHO DE APOIO ÀS AÇÕES COMUNITÁRIAS - CAAC

O Conselho de Apoio às Ações Comunitárias tem a finalidade de complementar atividades governamentais no setor social de atuação do Estado, com vista à obtenção de harmônico desenvolvimento nesta área, especialmente através de medidas supletivas de apoio a programas e projetos, de caráter público ou privado, voltados ao menor, ao idoso, aos necessitados e às comunidades carentes, bem como estímulo e amparo à participação comunitária e particular no atendimento de carências do setor.

Esta administração propôs a implantação e execução do programa Guerra à Miséria e a Assembléia Legislativa do

Estado aprovou, em 21-01-92, a Lei nº 9513, que instituiu o "Fundo Guerra à Miséria", permitindo, assim, sua operacionalização proposta no Plano de Governo.

O objetivo do Programa é prestar assistência básica a entidades ou pessoas que, comprovadamente, não apresentem as mínimas condições de alimentação, agasalho e teto, ou sejam incapazes de prover a própria subsistência ou, ainda, que a estas condições estejam submetidas em virtude de calamidades.

As principais ações desenvolvidas no período 1991-1994, beneficiando mais de 500.000 pessoas, foram as seguintes:

- quanto à fome: distribuição de em torno de 2,5 milhões de Kg de gêneros alimentícios, 30.000 atendimentos com ranchos emergenciais individuais, 5.700 atendimentos à entidades assistenciais, 1.680 atendimentos à Prefeituras municipais e treinamentos em nutrição para entidades cadastradas;
- quanto ao frio: distribuição de cerca de 2 milhões de peças de agasalhos, oriundos de mobilização comunitárias e aquisição direta e repasse de 290.000 cobertores;
- quanto ao teto: repasse de recursos para a construção e mobiliário de Casas da Criança em 23 municípios do Estado, com um investimento de mais de 3 milhões de dólares; instalação e reforma em instituições beneficentes em vários municípios, com repasse de recursos de mais de 310 mil dólares;
- quanto às calamidades: foi prestado atendimento a 113 municípios, através de auxílio para construção e reconstrução de moradias atingidas pelas enchentes, distribuição de gêneros alimentícios, cobertores, colchões e agasalhos às pessoas afetadas pelas situações de emergência ou calamidades;
- quanto ao serviço social: criado espaço físico para as pessoas desassistidas, que procuram o serviço social do CAAC: repasse de auxílios sociais diversos para aquisição de prótese, aparelhos auditivos, ortopédicos, caixões funerários, etc., com valores superiores a 150 mil dólares.

Completando as ações propostas no Programa "Guerra à Miséria", foram realizadas atividades e eventos, tais como: Festa e Natal do Idoso, Festa e Natal da Criança, Gincanas do Agasalho e do Amor, Fandango Farroupilha e Som das Luzes.

1.8 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A implantação da Defensoria Pública no Estado do Rio Grande do Sul foi objeto do plano de Governo da gestão 91/94, tendo sido realmente implantada através da Lei Complementar nº 10.194/94, que alterou a Lei nº 9.230/90.

Anteriormente, a assistência judiciária aos necessitados era exercida através da Unidade de Assistência Judiciária da Procuradoria-Geral do Estado - UAJ/PGE. Ao iniciar esta gestão, a UAJ/PGE ocupava um prédio com precárias condições físicas, que não alojava satisfatoriamente a parte administrativa e nem possuía instalações capazes de oferecer o mínimo de conforto para o atendimento à população-alvo. Assim, a administração atual encontrou um atendimento bastante restrito e ineficiente.

Registre-se que a UAJ/PGE atendia somente questões da Capital e da área metropolitana. O interior do Estado era todo atendido pela Procuradoria do Interior/PGE.

Várias alterações positivas foram feitas na atual gestão. Estas alterações referem-se, em primeiro lugar, à mudança do prédio, que, apesar de não comportar espaço satisfatório, pelo menos é mais higiênico e seguro. Atualmente, há tratativas de mudança para um prédio mais adequado.

Quanto ao espaço referido, destaca-se que houve um crescimento no atendimento da população e na praticidade e eficiência dos serviços.

Passou-se a atender juridicamente aos carentes de todo o interior do Estado com uma atuação próxima, tanto que foram realizados vários encontros e reuniões no interior, para normatizar a atuação, sugerir modificações, enfim, participar e colaborar com todos os integrantes da UAJ/PGE.

A praticidade e eficiência referidas encontram sustentáculo no fato de terem sido instalados telefones, microcomputadores, dois terminais de processamento e fax, criação e instalações de Núcleos Regionais e Subnúcleos.

Com a instalação da Defensoria Pública, foram designados vários Defensores para atuarem junto a todas as Câmaras Cíveis e Criminais de Justiça e de Alçada.

A partir de 16 de junho de 1994, data em que tomaram posse os primeiros 26 Defensores Públicos, foram elaborados diversos atos necessários ao bom funcionamento da Defensoria Pública.

Por outro lado, com a autonomia da Defensoria Pública, foi necessário reestruturar toda a parte administrativa, criando-se, então, a Diretoria Administrativa, com diversos setores necessários ao funcionamento da Instituição, implantando-se os serviços básicos para o bem-estar da população carente e o desenvolvimento da Instituição.

As principais ações desenvolvidas pela Unidade de Assistência Judiciária, no ano de 1994 (janeiro a agosto), foram: 18.768 distribuições de ações judiciais; 160.924 processos oficiados; 404 recursos cíveis e de família; 1.331 recursos-crime; 225 revisões criminais; 543 sustentações em 2º grau e plenário; 960 assistências a flagelados; 3.232 soluções de conflito; 263 júris; 19.953 audiências, 9 pesquisas trabalhistas; 1.218 atendimentos psicológicos; 711 entrevistas psicológicas e 90 pareceres.

2 - ÓRGÃOS DE SEGURANÇA

2.1 - Brigada Militar

2.2 - Polícia Civil

2.1 - BRIGADA MILITAR - BM

No desempenho das funções que lhe foram atribuídas pela Constituição da República e pela Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, a Brigada Militar adotou, como linhas básicas de sua atuação, um conjunto de procedimentos e de ações que objetivam supri-la, dando-lhe condições para maior eficiência dos serviços e a ampliação do leque desses serviços, para melhor atender às necessidades da comunidade e do desenvolvimento do Estado.

No campo da adequação da organização, dos recursos humanos e dos meios materiais às necessidades de atuação da corporação, destacam-se o recrutamento para redução dos claros do efetivo; o reaparelhamento operacional, visando a aumentar a capacidade de atuação no policiamento ostensivo e na prevenção e combate ao fogo; a melhoria da infra-estrutura física através da construção e da reforma de quartelamentos; a implantação de sedes em novos municípios, a descentralização operacional através da criação dos módulos Policiais Militares, bem como a implantação de novas unidades, nos centros de maior densidade populacional, para melhor estruturação da administração e expansão das atividades de Polícia Ostensiva.

Destacam-se, ainda, as diretrizes de manutenção e incremento das principais Operações de Policiamento, tais como a Operação Golfinho, a Volta à Escola e Papai Noel, além das campanhas de prevenção de acidentes de trânsito. Muito importante, também, é a criação de 78 Patrulhas Ambientais - PATRAM - e a especialização de seu efetivo, através de cursos para atuação na proteção ao meio ambiente.

REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91/94

No quadriênio 91/94, foram incluídos, na Corporação, 6.307 novos Policiais Militares e, abatendo-se as exclusões, constatou-se um aumento de 2.970 vagas de efetivo previsto (33.650). O efetivo existente (set/94) era de 28.931.

No reaparelhamento operacional, foram incluídos 1.127.832 itens, dos quais 595 por doação e o restante por aquisição. No rol, estão incluídas 1.061 viaturas, das quais 842 adquiridas e 219 incluí-las por doação.

Foram instalados 37 módulos Policiais Militares, num total de 2.444,44 m² de área construída, distribuídos em 27 municípios, bem como 47 novas unidades localizadas em 33 Municípios do Estado.

Entre construção de Módulos Policiais Militares, prédios e reformas de quartelamentos, foram realizadas 336 obras.

A implantação da Avenida do Trabalhador incluiu, entre os diversos benefícios à população da região metropolitana de Porto Alegre, a participação da Brigada Militar, que estará presente nos módulos de serviços comunitários, construindo, em pontos estratégicos, os módulos Policiais Militares, bem como Estações de Bombeiros. Também estarão presentes, nesses pontos, ao longo da via, ambulâncias para os resgates de emergências.

Numa ação convergente para os objetivos do Governo do Estado, no atendimento ao menor carente, a Brigada Militar intensificou o Serviço de Profissionalização de Adolescentes - SPA, promovendo a melhoria das condições de vida de adolescentes carentes, proporcionando-lhes, através dos núcleos da capital e do interior, a profissionalização para facilitar a sua integração à sociedade. O SPA trabalha com menores de 12 a 17 anos, proporcionando-lhes iniciação profissional, através dos cursos de mecânica de automóveis, chapeação, pintura, marcenaria, eletricidade, tipografia, datilografia e computação. Concomitantemente, os menores participantes do programa recebem atenção médica e odontológica. Os recursos para o projeto são oriundos do Orçamento do Estado e de Convênios.

No período em pauta, a Brigada Militar participou da campanha de combate à sonegação de ICMS. O apoio em força, dado pela corporação a todas as operações de fiscalização, contribuiu para maior arrecadação obtida. A Brigada Militar implantou, em seus cursos de formação, disciplinas para capacitar seus elementos no apoio sistemático ao Órgão fiscalizador de tributos estaduais.

Na área de saúde, foram adquiridos diversos equipamentos médico-hospitalares e providenciada a contratação emergencial de 150 funcionários civis, de nível superior e médio, sendo 118 para o hospital de Porto Alegre e 32 para o hospital de Santa Maria, proporcionando melhor atendimento aos Policiais Militares e seus familiares.

No Policiamento Ostensivo, foram intensificadas as ações de prevenção, como melhor forma de reduzir o índice de criminalidade. O número total de ocorrências, que em 1992 atingira mais de dois milhões, baixou para 1.754.428 em 1993 e, em 1994, até setembro, haviam sido registradas, 1.340.751 ocorrências, mostrando o acerto da tática adotada.

A criação do Fundo da Brigada Militar - FBM, através de Lei 9.706 de 24 de julho de 1992, foi um passo importante na instrumentação da corporação ao desempenho de suas funções. O FBM administra recursos decorrentes de receita gerada por atividades da própria Brigada Militar e as resultantes das aplicações financeiras, além das provenientes de dotação

orçamentárias, tendo como finalidade o apoio em caráter supletivo à execução da programação da Brigada Militar.

Visando ao melhor desempenho da Brigada Militar, foram tomadas medidas e implementados processos para modernização e racionalização na gestão das atividades, para valorização dos seus recursos humanos e para adequação da estrutura e dos procedimentos à tipologia e intensidade das necessidades das comunidades atendidas.

A Brigada Militar implementou, no seu quadro funcional, o Programa de Qualidade Total. Em convênio com empresas privadas e FDRH, um total de 170 Oficiais formaram-se nos cursos ministrados. Está prevista a continuidade do processo até a participação de todos os seus integrantes. Os resultados se traduzem na prestação de melhores serviços à comunidade.

Dentro da política adotada, foram estudadas e executadas várias modificações na estrutura organizacional, bem como nas práticas de operacionalização.

Os órgãos de apoio sofreram uma reavaliação na sua organização e procedimentos, e foi criado o Centro de Suprimento e Manutenção de Motomecanização. Do ajustamento dos recursos humanos, com realocação de pessoal nas atividades-fim e a redefinição de rotinas, obteve-se acentuada melhoria no desempenho.

A reformulação dos órgãos de Direção setorial resultou na criação da Sétima Seção do Estado Maior (PM 7), ampliando o assessoramento ao Comando da Corporação e na criação do Departamento de Supervisão e Vigilância e Guardas, possibilitando à Brigada Militar desenvolver de forma mais efetiva e completa as atribuições que lhe foram legalmente cometidas. Criou-se, ainda, o Gabinete do Comando-Geral, encarregado dos aspectos parlamentares, jurídicos e de comunicação social, do interesse direto deste Comando.

Entre as mudanças ligadas às questões operacionais, destaca-se a criação, em nível de Comando Intermediário, do Comando de Policiamento de Área 6 (CPA/6), que assumiu as unidades operacionais da "Grande Porto Alegre", permitindo que o Comando de Policiamento da Capital (CPC) se dedique única e exclusivamente às unidades operacionais da Capital. Assim, o Litoral Norte, por ocasião da Operação Golfinho é suprido por um Comando de Área específico, em benefício do aprimoramento tático e técnico da referida Operação.

A criação de Destacamentos Especiais, frações com nível e efetivo variáveis, segundo o perfil sócio-econômico e político da comunidade atendida, permite a melhor adequação e gerenciamento dos recursos alocados, possibilitando atribuir a essas frações características de Unidade Independente, apesar de reduzido efetivo empregado na atividade-meio.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com a implementação dos projetos de governo, no campo da Segurança Pública e na área de atuação da Brigada Militar, as metas foram atingidas, proporcionando um clima de tranquilidade na comunidade Rio-grandense. Apesar dos resultados obtidos, através das ações desenvolvidas, deficiências ainda existem e devem ser analisadas para o encaminhamento de soluções.

Registre-se que o crescimento da frota de veículos é inferior à demanda da Corporação e que, pelo uso constante e manutenção inadequada, a vida útil das viaturas é reduzida. Faz-se necessária, também, a reavaliação do tipo de viaturas empregadas no Policiamento Ostensivo, pois recomenda-se a opção por viaturas dotadas de cela.

A destinação de recursos para a aquisição de armamento é de vital importância, principalmente porque o existente além de desgastado pelo longo tempo de uso, está, em muitos casos, superado, havendo necessidade urgente de modernização do armamento utilizado, pois, a cada dia que passa, o crime organizado avança e especializa seu poder de fogo, obrigando a Polícia a adequar-se nesta nova conjuntura.

Os procedimentos adotados no quadriênio 91/94, se constituem nos primeiros passos, arrojados, para a concepção de uma Corporação que, dentro dos padrões de modernidade, apresente uma estrutura leve e flexível, permitindo a solução de problemas de maneira mais dinâmica e eficiente, de forma a corresponder às exigências dos diversos segmentos que formam a sociedade gaúcha. Os primeiros passos foram dados. Resta, porém, um longo caminho, até a consecução total dos objetivos aqui propostos. Assim, faz-se mister que projetos ainda em andamento sejam concluídos. Entre eles, citamos a Lei de Organização Básica da Brigada Militar, o Projeto de Lei alterando o Estatuto dos Policiais Militares, Lei de Ensino, a Lei de Proteção contra Incêndios e seu regulamento e a Lei de Funções Gratificadas do Quadro de Saúde da Brigada Militar. Tais projetos requerem o seu acompanhamento, pela Corporação, junto à Casa Civil onde atualmente tramitam. Necessário se faz, ainda, que outros projetos sejam encaminhados ao Executivo, a fim da plena consecução dos objetivos propostos. Entre eles, destacamos o Regulamento de Movimentação de Oficiais e Praças da Corporação, a Lei de Promoção de Oficiais e Praças, o Decreto de Regulamentação da Lei de Organização Básica, a Lei de Fixação de Efetivo, a Lei de FG para diversos Quadros de Oficiais da Corporação e o Decreto, dispendo sobre as Qualificações Policiais Militares.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

No ano de 1994, foi intensificado o processo de descentralização do Policiamento Ostensivo, com a instalação de 13 módulos Policiais Militares, obtendo-se resultados positivos, a julgar pelos índices de segurança pública e pelo reconhecimento das comunidades contempladas.

O reacompletamento da frota de veículos teve direcionados os recursos, visando à aquisição de 244 veículos para suprir as necessidades surgidas com a demanda e a instalação de frações nos novos municípios.

A descentralização do Policiamento Ostensivo, através da construção de módulos Policiais Militares, atingiu, durante o atual período, um marco importante no contexto da segurança pública, pois, através de convênios firmados entre o Estado e as Prefeituras, tornou-se possível a aproximação e ampliação dos serviços da Brigada Militar junto às comunidades de diversos municípios.

A aquisição de armamento teve continuidade, salientando-se o acréscimo de novos modelos como a escopeta "PUMP ACTION", calibre 12, além de revólveres, munição e coletes à prova de bala, dotando o Policial Militar de material moderno e eficiente para a tranquilidade na execução de seu mister. Com relação ao efetivo da Corporação houve um acréscimo de 445 novos Policiais Militares, diminuindo a defasagem existente.

Na área do Corpo de Bombeiros, foi implantado projeto de viaturas para primeiro atendimento de ocorrências (viaturas de resgate). Este novo modelo de viatura possui como vantagem fundamental a rapidez e agilidade, além do custo 4 vezes menor do que as viaturas anteriormente utilizadas, beneficiando, em especial, as cidades com maior índice populacional, como Porto Alegre e Região Metropolitana, Caxias do Sul, Santa Maria e Pelotas. Atualmente, existem 23 convênios firmados entre o Estado e Municípios para a execução dos serviços de prevenção de incêndios, combate ao fogo e socorros públicos, de acordo com a Lei 6019 de 25/08/70, além de ter sido enviado ao poder executivo o projeto do Código Estadual de Proteção contra Incêndio. Na área de comunicação social, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Prêmio Banrisul - Destaque da Operação Golfinho;
- Prêmio Profissional do Ano;
- Motorista-Padrão;
- Semana Tiradentes;

- Semana do Bombeiro;

- Prêmio Jornalismo.

No ano de 1994, a Corporação priorizou a aproximação de seus serviços com as comunidades servidas, descentralizando atividades eminentemente operacionais (Módulos Policiais Militares). Neste processo, o homem fardado sai de dentro dos quartéis e passa a integrar, mais amiúde a sociedade a que serve, participando e vivenciando suas necessidades, seus anseios e problemas. Isto faz com que a resposta da Corporação, em termos de segurança, possa efetivar-se mais rápida e eficazmente, muitas vezes, antecipando-se aos problemas, trazendo um reflexo positivo da interação polícia-comunidade.

2.2 - POLÍCIA CIVIL - PC

A Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul integra o sistema de segurança pública, previsto no artigo 144 da Constituição Federal, e se constitui na instituição de caráter permanente, com a finalidade do exercício da função de Polícia Judiciária no Estado.

Está subordinada diretamente ao Governador do Estado, conforme estabelecido na Lei Estadual nº 9.433, de 27 de novembro de 1991.

Através da atividade dos órgãos policiais, observou-se um crescimento médio anual de 8,72% nas ocorrências registradas nos últimos 4 anos.

Nas ocorrências registradas, incluem-se, além das comunicações de infrações penais, pedidos de providência (perturbação à ordem pública) e registros de perda de documentos.

No âmbito das infrações penais é de se observar que não foi evidentemente computada a chamada "cifra negra", que são os fatos delituosos, que não chegam ao conhecimento dos órgãos policiais e que, segundo os estudiosos, aproximam-se a 10% das comunicações das infrações penais.

A criminalidade no Estado do Rio Grande do Sul, entre 1991 e 1994, cresceu numa média anual de 6,74%, sendo considerados, entre outros, os crimes de arrombamento, furto de veículos, abigeato, roubo, tóxicos, homicídios e lesões corporais.

Observando-se, também, a crescente progressão nos crimes de roubo a bancos, falsificação de moeda (dólar) e crimes praticados contra os turistas estrangeiros, uma nova situação que começa a ganhar dimensão devido ao desenvolvimento do projeto integrativo do MERCOSUL.

Diante dessa realidade, o serviço investigatório sobre a articulação criminosa precisa modernizar-se, para fazer frente à demanda sempre crescente.

No período - 1991 a 1994, a instauração de inquéritos policiais cresceu uma média anual de 4,34%.

Verifica-se, com isso, um crescente aumento de produtividade dos serviços policiais, mesmo contando a Polícia Civil com um efetivo reduzido e com a insuficiência dos meios de locomoção.

Deve-se, entretanto, fazer justiça à atual gestão governamental do Estado, que está, apesar das limitações financeiras do erário, realizando investimentos nas áreas críticas.

Na defasagem do quadro de pessoal, vem-se desenvolvendo considerável esforço de recuperação, através de nomeações e concursos na ACADEPOL.

Com a Lei 9.708 de 24 de julho de 1992, foram criados 4.595 cargos no Quadro dos Servidores da Polícia Civil, aumentando o efetivo policial de 7.854 para 12.449 servidores.

A população aproximada do Rio Grande do Sul, hoje, é de 9.468.318 habitantes e, considerando o efetivo real da Polícia Civil que atualmente é de 5.663 policiais, temos uma relação policial/habitante em 1(um) policial para cada grupo de 1.671 pessoas.

Uma das principais dificuldades para alcançar o efetivo necessário, já aprovado em Lei, é a própria Lei nº 8.835/89, que regula os concursos da Polícia Civil, a qual deve ser alterada, no sentido da agilização do recrutamento, seleção e formação de policiais.

Outra dificuldade são as precárias condições do prédio, alugado, onde está instalada a Academia de Polícia Civil, o qual apresenta problemas insolúveis quanto ao seu "lay-out", o que inviabiliza qualquer racionalização de procedimentos administrativos.

A construção de prédio próprio para a ACADEPOL, com instalações completas e adequadas no município de Canoas, é aspiração antiga. Desta forma, a Polícia Civil vai poder atender à demanda e formar o efetivo necessário à Organização, reduzindo significativamente o número de vagas hoje existentes, e proporcionando aos policiais em atividade um retorno à Academia, através de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento.

O efetivo policial, no atual período de Governo, apresentou um pequeno crescimento, em consideração ao efetivo existente em março de 1991. Como se constata no demonstrativo abaixo, insuficiente para a demanda.

EFETIVO POLICIAL 1990-94

| Cargos/Total | Nº DE CARGOS PROVIDOS | | | | | EFETIVO LEGAL |
|-------------------------------------------------------------------|-----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| | 1.990 | 1.991 | 1.992 | 1.993 | 1.994 | |
| Del. Pol. | 332 | 336 | 431 | 381 | 350 | 594 |
| Escrivães, Inspetores e Investigado- res de Polí- cia | 5.347 | 5.107 | 4.858 | 5.027 | 5.313 | 11.855 |
| TOTAL | 5.679 | 5.443 | 5.289 | 5.408 | 5.663 | 12.449 |
| Percentual de Variação | +3,04% | -4,15% | -2,82% | -2,21% | +4,51% | |

Fonte: DP/DAP

Durante o período 1991/1994, a Polícia Civil adquiriu 153 viaturas operacionais e recebeu, em comodato/doação, 29 veículos, o que totaliza 182 novas viaturas incluídas à frota. No entanto, no mesmo período, foram desativados 350 veículos inadequados ao serviço policial. Atualmente, a Polícia Civil possui uma frota de 937 viaturas.

O tempo de uso das viaturas que compõem a frota atual é a seguinte: de zero a três anos há 163 veículos, de quatro a oito anos, 570 veículos, mais de oito anos, 204 veículos, que equivalem a 17%, 61% e 22%, respectivamente, do total de 937 veículos.

Deve-se considerar que a frota mínima necessária para a Polícia Civil é de 1.678 veículos.

VIATURAS DISPONÍVEIS PARA O SERVIÇO POLICIAL

| A N O | 1.990 | 1.991 | 1.992 | 1.993 | AGO/1994 |
|---------------------------|---------|---------|--------|---------|----------|
| Quantidade | 1.104 | 898 | 856 | 965 | 937 |
| Percentual de Variação | +23,56% | -18,66% | -4,68% | +12,73% | -2,91 |

Fonte: DTM/DAP

Percentual de redução da frota no período: -15,13%

ATUAÇÃO

Apresentamos alguns dados sobre a atuação da Polícia Civil em relação ao período de 1991 a ago/1994: no movimento cartorário, constaram 2.478.726 ocorrências registradas, 272.670 inquéritos instaurados, 247.597 inquéritos remetidos, 268.149 inquéritos em andamento, 8.028 prisões preventivas solicitadas e 16.866 flagrantes elaborados.

A Polícia Civil também expediu 1.604.546 Cédulas de Identidade, 981.371 Carteiras Nacionais de Habilitação, 214.338 Atestados, 1.264.724 Registros de Veículos, 121.246 Portes de Armas e 123.453 Registros de Armas, totalizando 4.309.678 documentos.

Baseando-se no número do efetivo policial, observou-se que, no ano de 1991, cada policial atendeu a uma média de 111,54 ocorrências, 120,41 em 1992, 124,33 em 1993 e 102,82 até agosto de 1994.

Verificou-se, nesta gestão, o furto de 37.083 veículos, sendo, desse total, 27.082 recuperados; na Capital, o registro foi de respectivamente 12.629 e 6.935.

Houve, em média, um acréscimo anual de 1,31% em veículos furtados e de 4,96% em veículos recuperados, observando-se um aumento de produtividade nos serviços executados.

Para a realização de suas atividades, a Polícia Civil contou com uma execução orçamentária apresentando variação significativa. Em 1983, o percentual de participação foi de 1,95%, passando, nesta gestão, para 1,48% em 1991, 1,79% em 1992, 1,89% em 1993 e 0,79% em 1994.

A arrecadação da Polícia Civil, no período de 1991 a agosto/1994, corresponde, respectivamente, a 19,27%, 21,07%, 48,10% e 52,65% da execução orçamentária do órgão.

REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91/94

Através de convênios com o Fundo Especial de Reparelhamento do Serviço de Segurança Pública-FUNDESP/RS, foram inaugurados 7 (sete) prédios para órgãos policiais, estando 39 (trinta e nove) em construção.

Estão em construção, no interior do Estado, 39 (trinta e nove) prédios para instalação de órgãos policiais.

Por convênios firmados entre o Estado e os municípios, através do FUNDESP/RS, o Governo atual assumiu 41 (quarenta e uma) obras da Polícia Civil, em andamento no interior do Estado, sendo 36 (trinta e seis) destinadas à instalação de Delegacias de Polícia e 5 (cinco) destinadas à Centrais de Polícia. Na atual administração, foram inauguradas 7 (sete)

novas obras. Atualmente, existem 39 (trinta e nove) obras em andamento.

Com recursos do FUNDESP/RS foi realizada a obra de reforma do Centro de Operações da Polícia Civil, na Capital.

Com recursos próprios da Polícia Civil, foram realizadas 5 (cinco) obras de reforma de prédio de Delegacias de Polícia, sendo 2 (duas) na Capital (4ª e 8ª Distrito) e 3 (três) na Região Metropolitana (3ª DP/Canoas, Sapucaia do Sul e Esteio).

Na área da Região Metropolitana, foram criadas 7 (sete) Delegacias de Polícia, 3 (três) Circunscrições Regionais de Trânsito - CIRETRANS, 7 (sete) Postos Policiais para a Mulher, uma Delegacia Especializada, uma Delegacia de Proteção ao Idoso, uma Divisão para a Criança e Adolescente e 1 (um) Grupo Tático Especial.

No Interior do Estado, foram criadas 94 (noventa e quatro) Delegacias de Polícia, 2 (duas) Delegacias Especializadas (uma de Furtos e Roubos e outra de Abigeato), uma CIRETRAN e 1 (um) Posto Policial para a Mulher.

Foram instaladas, na Região Metropolitana, 4 (quatro) Delegacias de Polícia, 3 (três) CIRETRANS, 1 (um) Centro de Operações e uma Delegacia Especializada.

No interior do Estado, foram instaladas 38 (trinta e oito) Delegacias de Polícia, 10 (dez) Centros de Operações, 2 (duas) Delegacias Especializadas (uma de Furtos e Roubos e outra de Abigeato), uma Delegacia de Trânsito, 3 (três) CIRETRANS e 3 (três) Postos Policiais para a Mulher.

Na área de informática, pelo domínio da tecnologia da linha discada (utilização da linha de telefone para a transmissão de dados via computador), a Polícia Civil informatizou 141 (cento e quarenta e um) Órgãos Policiais. Tal crescimento representa um índice de 242,4% em quatro anos. Esse incremento representou melhoria das condições de trabalho dos servidores policiais e maior eficiência às atividades de Polícia Judiciária no Estado do RS. Também, esse fato ajudou a consolidar a imagem da Polícia Civil do RS: como a mais informatizada do país.

Além disso, o domínio da tecnologia da microinformática na Polícia Civil permitiu que fossem desenvolvidos inúmeros programas (aplicativos), destinados a auxiliarem no controle administrativo da Organização. Assim sendo, reduziu-se o número de funcionários nas tarefas de ordem administrativa, liberando-os para as atividades fins.

Praticamente, todos os sistemas informatizados da Polícia Civil foram melhorados, visando ao aperfeiçoamento dos mecanismos de operação. Com isso, houve benefícios tanto

para a organização em si, quanto para a população que se utiliza de seus subprodutos, dentre muitos, a implantação de placa única de veículos (Sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAN).

Destacam-se o Sistema de Controle da População Flutuante de Porto Alegre e interior do Estado (hóspedes de hotéis) e Sistema de Controle de Armas e Explosivos.

Entre os projetos do órgão, destacam-se a elaboração do Módulo Furto/Roubo do RENAVAM, Cadastro Criminal (em fase de desenvolvimento) e integração de todos os principais sistemas de grande porte a saber: SIP (Sistema de Informações Policiais); ICC (Identificação Civil e Criminal); ARM (Sistema de Armas); MOT (Sistema de Motoristas); PRO (Sistema Procurados); VIN (Sistema de Veículos e Infrações); MFP (Sistema de Microfilmagem Plana).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante do exposto, passaremos às considerações sobre o quadro enfrentado pelo Órgão.

1 - O problema básico da Polícia Civil é a falta de recursos financeiros, causado por orçamentos discriminantes e impostos por orientação político-financeira que resulta em:

- Ausência de investimento para a renovação e ampliação de equipamentos (veículos, telecomunicações, armamento, construção e manutenção de prédios);
- Restrição das dotações de custeio, impossibilitando adequada manutenção do instrumental e prédios;
- Comprometimento das verbas de custeio pela falta de investimentos, como por exemplo, não se adquirem prédios e locam-se imóveis; não se adquire fax e gasta-se com os já anacrônicos telex. Dos 421 prédios ocupados pela Polícia Civil, 43% são próprios, 26% são cedidos e 31% são locados, mesmo assim, os 128 prédios locados representam um custo mensal de R\$ 44.113,22 (quarenta e quatro mil, cento e treze reais e vinte e dois centavos). A par do ônus financeiro da ordem de R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais) por ano, os prédios locados apresentam, em sua maioria, o inconveniente de não se adaptarem às necessidades dos órgãos policiais, pois para tal não foram projetados. Além disso, é grande o número de prédios locados que se encontram em más condições de conservação, pois a Polícia Civil não pode aplicar verbas na sua recuperação por não ser patrimônio do Estado e os proprietários, na maioria das vezes, não têm interesse na manutenção da locação;

- Insuficiência de recursos para o aperfeiçoamento de policiais (remuneração de professores e técnicos, locomoção de pessoal do interior do Estado, viagens de estudo, etc).
- 2 - Falta de autonomia administrativa resultando numa deficiência na agilização operacional no trato das questões administrativas, como há muito existe na Brigada Militar (Lei nº 7.556/81 - Lei de Estrutura Básica da BM), onde a própria Organização não pode fazer suas licitações e aquisições, designar e dispensar chefias. Esta falta é motivada pela inexistência de uma lei orgânica que estabeleça uma estrutura organizacional mais leve, racional e dinâmica e pela deficiência da estrutura operacional na área administrativa, causada pela falta de incentivo e atrativo para contratação de técnicos especializados, principalmente nas áreas de administração e de informática.
- 3 - Manutenção da predominância de critérios técnicos sobre os políticos (iniciada basicamente a partir da Reforma Administrativa da Lei nº 9.433/91, com a Polícia Civil subordinada diretamente ao Governador do Estado), direcionados no sentido de acentuar a postura profissional dos serviços prestados pela Polícia Civil onde são necessários critérios técnicos na remoção de funcionários, principalmente, de Delegados de Polícia, racionalização de meios técnicos e materiais para a criação e extinção de órgãos policiais, tais como Delegacias Regionais de Polícia e Delegacias Especializadas, bem como sua forma de atuação, e a insuficiente participação dos Conselhos Pró-Segurança Pública (CONSEPRO), devendo ser menos assistencialistas (fornecer recursos financeiros às Delegacias de Polícia), mais abertos a todos os segmentos da população da área (circunscrição policial) e à discussão de todas as questões de segurança pública - policiamento preventivo e polícia investigatória.
- 4 - A ausência de uma política de recursos humanos adequada resultou em remuneração não-compatível com a valorização profissional dos agentes policiais, com a falta de fixação da verticalidade salarial com os Delegados de Polícia, que já obtiveram a isonomia com os Procuradores do Estado. A ausência de uma lei que estabeleça critérios mais técnicos e objetivos para promoção no quadro policial, a ausência de um quadro administrativo próprio, dirigido para as reais necessidades de apoio à área operacional (mecânicos, engenheiros, pedreiros, médicos, psicólogos), insuficiente incentivo material e técnico de apoio assistencial específico ao policial (assistência social, médica e psicoterapêutica).

Além desse quadro apresentado, existem ainda as "oportunidades" e ameaças ao desenvolvimento das atividades setoriais.

No que se refere a "oportunidades", o principal produto da Polícia Civil é a investigação criminal, cujo repositório, o inquérito policial, tem servido de instrumento importante para a preservação da cidadania dentro de nosso Estado de Direito. Alguns intelectuais menos informados querem extinguir este instrumento, sob a alegação de ter natureza autoritária e anacrônica. Todavia, no calor dos fatos, a investigação exercida pela Polícia Judiciária evita a "denúncia" precipitada do Ministério Público e a indução em erro do Poder Judiciário. O complexo investigatório policial situa-se na ante-sala do Poder Judiciário, protegendo-o do desgaste corrosivo que o complexo de interesses e a tensão do momento do crime (pressão da opinião pública, dos interesses escusos e do sensacionalismo dos órgãos de comunicação social) proporcionam a qualquer órgão investigatório.

No que se refere a ameaças, dois são os aspectos negativos que necessitam de uma atenção para a melhora do desempenho e da credibilidade pública dos serviços desenvolvidos pela Polícia Civil. Um deles é melhorar a qualidade do serviço investigatório, através de programas de aperfeiçoamento a ser desenvolvido pela Academia de Polícia Civil e dinamizar o serviço de inspeção da Corregedoria Policial, aparelhando-o com recursos humanos especializados, tornando-o mais atuante e eficiente, na orientação para a busca da qualidade profissional. O outro aspecto é o da incrementação da mídia. Hoje, muitas vezes, acionadas por segmentos corporativos contrários à fixação de espaço institucional da Polícia Civil, a mídia tem atuação somente para salientar algumas partes defectivas de desvios de condutas de policiais ou deficiências de serviços. Com o aperfeiçoamento da qualidade profissional e o apoio de uma mídia equilibrada, a Polícia Civil alcançará a credibilidade pública necessária para o exercício das atribuições institucionais.

Diante do exposto, os grandes objetivos a serem alcançados a curto prazo são: pessoal com aptidão, preparo e em número adequado; veículos para a necessária agilidade que a natureza do serviço exige, com menor custo e melhor apresentação do serviço público; prédios em condições de receber a comunidade que se socorre dessa área do serviço público, que dignifique o servidor e que lhe dê mais credibilidade; equipamentos para o Sistema de Comunicações, tornando o serviço mais ágil, eficiente, econômico e seguro ao policial; sistema de informática, com equipamentos adequados, capazes de racionalizar os serviços administrativos e manter os órgãos-fim com informações oportunas e seguras; armas de porte, convencionais, modernas e munições próprias, e armas disponíveis para o confronto com a delinqüência organizada e/ou violenta que se utiliza, também, desses recursos; autonomia administrativa.

A médio prazo, em relação aos objetivos financeiros: propor e executar orçamento no montante de US\$ 200.000.000,00, destinados a reconstrução da Polícia Civil; incrementar o Fundo Polícia Civil criado pela Lei nº 10.035, de 21 de dezembro de 1993, que prevê doações, convênios, etc.; investimentos imediatos em equipamentos, construção da Academia da Polícia Civil e reforma dos principais prédios da Polícia Civil.

Em relação aos objetivos jurídicos: reintegração dos Institutos de Criminalidade, Instituto Médico-Legal e de Identificação no organograma da Polícia Civil, mediante revogação do artigo 136 e parágrafo da Constituição Estadual, e alínea "e" do inciso I do artigo 4º da Lei nº 9.433, de 27 de novembro de 1991; inclusão no parágrafo 1º do artigo 82 da Constituição Estadual, do cargo isolado do Chefe de Polícia, possibilitando que o Governador do Estado possa delegar-lhe matéria administrativa; constituição de Lei Estadual de estrutura básica da Polícia Civil, semelhante à Lei nº 7.556, de 20 de novembro de 1981 da Brigada Militar; aperfeiçoamento da Lei Estadual nº 7.366 de 29 de março de 1980 (Estatuto dos Servidores da Polícia Civil), buscando atingir:

- 1 - o afastamento preventivo, pelo Conselho Superior de Polícia e, até o final do Processo Administrativo-Disciplinar, de policiais que pratiquem crime contra o decoro policial (medida idêntica ao Estatuto da Magistratura - Lei nº 6.929, de 02 de dezembro de 1975, artigo 137, parágrafo único);
- 2 - promoção imediata por ato de bravura, em razão de ferimento no exercício da atividade policial;
- 3 - elaboração de lei de contratação de profissionais administrativos para suprir falta (pedreiros, eletricitas, mecânicos, etc.);
- 4 - Lei de promoções por antigüidade e merecimento.

Referente aos objetivos operacionais pretende-se: aperfeiçoar os quadros policiais com programas de reciclagem pela Academia de Polícia Civil e atuação efetiva da Corregedoria Policial; desenvolver trabalho de mídia, objetivando demonstrar reconstrução da Polícia Civil; tomar decisões definitivas quanto à localização da Academia de Polícia Civil em prédio próprio ou, pelo menos, em um adequado às suas necessidades. Sugerimos três alternativas como solução para tal problema: o início imediato das obras de construção de novo prédio para a ACADEPOL em terreno a ela já destinado em Canoas (área da Polícia Civil); instalação, mediante convênio, da ACADEPOL no Campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a exemplo do que já ocorre em São Paulo, onde a Academia de Polícia localiza-se no Campus da USP; retomada, imediata, das negociações que visam à transferência da ACADEPOL para o bairro Menino Deus, em área

pertencente ao Estado (Centro Estadual de Treinamento Esportivo - CETE). Esta solução é, de longe, a que melhor atende aos interesses da Instituição Policial, uma vez que o local já apresenta, totalmente construída, a completa infraestrutura necessária a esta Academia que, inclusive, ali realiza as provas físicas de seus concursos públicos, dada a excelência do local; a curtíssimo prazo seja feito um levantamento geral das condições do prédio (elétrica, hidráulica, de telhado, pintura, etc.), executando-se as obras necessárias à habitabilidade daquela casa de ensino.

Dentro do quadro apresentado, consideramos que, se tivesse a Polícia Civil seu efetivo completo, uma frota qualitativa e quantitativamente equipada, moderno Sistema de Telecomunicações e de Armamento disponíveis, além do Sistema de Informática já existente, haveria um maior controle do Estado sobre a criminalidade e o crime organizado hoje existentes.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

No tocante a recursos humanos no ano de 1994, foram realizados dois cursos na ACADEPOL: Curso Extraordinário de Formação de Agente de Segurança Judiciária e Curso de Aperfeiçoamento em Armamento e Tiro para Agentes de Segurança Judiciária. Também foi realizado o Concurso Público de ingresso nos Cursos de Nível Médio de Formação de Escrivão de Polícia e de Inspetor de Polícia, (em andamento).

Foi aprovado, através do decreto nº 35.406, de 26 de julho de 1994, o Regimento Interno do Fundo de Polícia Civil - FPC - instituído pela Lei nº 10.035 de 21 de dezembro de 1993.

Na área de informática estão sendo implantados vários projetos: setores de pessoal, financeiro e de apoio.

Através de convênios firmados entre o Estado e o Município, através do FUNDESP/RS, a Polícia Civil tem como meta para os meses de outubro, novembro e dezembro de 1994 a conclusão e/ou inauguração de nove DPs no interior do Estado.

Também foi assinado convênio, através do FUNDESP/RS, com o Município de Osório, para construção da Central de Polícia com área de 537,07 m².

Com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, criado pela Lei nº 9.828, de 05 de fevereiro de 1993, estão sendo executadas obras de reforma do Palácio da Polícia: calçadas e pintura externa, escadarias internas e telhado.

Há a previsão de aquisição de 75 (setenta e cinco) novas viaturas até o final de dezembro/94.

Em relação aos equipamentos de uso dos policiais, foram adquiridos, com recursos orçamentários da Polícia Civil, 967 (novecentos e sessenta e sete) revólveres e 1.800 (um mil e oitocentos) pares de algemas.

Encontra-se em execução o Projeto Via do Trabalhador, com recursos liberados para início das obras da DP da Lomba do Pinheiro e para a compra de viaturas que fazem parte do Projeto.

No ano de 1994, na Região Metropolitana, foram criados: 7 (sete) Postos Policiais para a Mulher, 1 (uma) Delegacia de Proteção ao Idoso, a 21ª e a 22ª Delegacias de Polícia Distrital, Núcleo de Processamento de Dados nas Divisões, Equipes de Processamento de dados nas Delegacias Especializadas e Delegacias de Trânsito, CIRETRAN na DP de Eldorado do Sul, CIRETRAN na 1ª DP de Cachoeirinha, CIRETRAN na 1ª DP de Alvorada; a Divisão para a Criança e Adolescente e o Grupo Tático Especial.

No interior do Estado, foram criados os seguintes Órgãos Policiais: 1 (um) Posto Policial para a Mulher em São Luiz Gonzaga; 2ª DP de São Borja; CIRETRAN na DP de Gramado; CIRETRAN na DP de Selbach; Delegacia de Polícia de Jaboticaba; Delegacia de Polícia especializada no Combate ao Abigeato de Bagé. Foram criados, também, Núcleos de Processamento de Dados nas Divisões e Equipes de Processamento de Dados nas Delegacias Especializadas e Delegacias de Trânsito.

Relativamente ao Departamento de Trânsito, estão sendo desenvolvidos os seguintes projetos:

- novas dependências do Plantão Informatizado e Cartórios de Pronto Atendimento para acidentes de trânsito e depósito provisório de veículos, com inauguração prevista para dezembro/1994;
- estudos para reforma e ampliação da área destinada ao atendimento de candidatos à obtenção da CNH (Carteira Nacional de Habilitação).

Como atividade sistemática, a Polícia Civil participa, anualmente, das Operações Veraneio, Serra, Barreira, Uruguaiana e do Projeto MERCOSUL.

**3 - SECRETARIAS DE ESTADO E
SUAS VINCULADAS**

3.1 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SE)

3.1 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SE

Partindo-se do contexto encontrado em 1991, a primeira e principal constatação foi a falta de planejamento, controle e avaliação no processo educacional; com a falta de equipamentos e materiais escolares; com o desgaste das instalações de nossas escolas; com a manutenção de privilégios construídos pelo corporativismo irresponsável, que subtraía da Rede Pública 40.000 professores; com a inabilidade quanto ao aproveitamento racional do espaço escolar que, rotineiramente, deixava à margem do processo educativo alunos excedentes; com o descaso pela educação de nossas crianças mais desassistidas e de nossos jovens e adultos analfabetos; com a inexistência de programas ou projetos para a melhoria da qualidade de ensino - condição imperiosa para a recuperação da credibilidade da Escola Pública; com a sucessão de greves em toda uma década, fato que contribuiu para que se perdessem 323 dias de aula, quase dois anos letivos, prejudicando, irremediavelmente, o aprendizado de toda uma geração; com a falta de planejamento na localização de unidades escolares, ocasionando desperdício de recursos físicos e humanos; em suma, tem-se simplesmente, acostumado-se com o conformismo, com o desprezo e com a inércia que caracterizaram a educação feita em nosso Estado, em anos anteriores a esta administração.

A partir de 1991, a educação pública no Rio Grande do Sul passou a ser prioridade, produto de primeira categoria, decretando-se, nessa área, o fim da politicagem e do empreguismo.

O Sistema de Aproveitamento Integral do Espaço Escolar - Calendário Rotativo - junto com o Repasse Trimestral, com a recuperação dos prédios, com a construção de CIEPs e com o Projeto Melhoria da Qualidade do Ensino colocaram a criança no centro do processo.

Mudanças radicais foram feitas, ocasionando uma verdadeira Revolução na Educação.

Cientes dos descontentamentos que provocaria ao mexer com privilégios conquistados por poucos, à custa do dinheiro público, causando desgaste político e pessoal aos governantes, ainda assim, esta Administração não esmoreceu, mantendo-se firme nos seus propósitos.

Não é possível resolver a problemática da Educação por decreto e, sim, através do Planejamento efetivo. Enxugou-se a máquina administrativa, racionalizando-se os recursos humanos, físicos e financeiros; com a rede escolar recuperada, equipada, informatizada, dotou-se de infra-estrutura capaz de desencadear o processo educacional.

A Constituição da República Federativa do Brasil diz, no seu artigo 208, parágrafo 2º, que "O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular importa em responsabilidade da autoridade competente". Já o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 57, estabelece que "O Poder Público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório".

O Calendário Rotativo foi a medida que atendeu a essa questão legal, oportunizando a absorção da clientela de alunos excedentes, diminuindo a ociosidade física e racionalizando os recursos humanos das escolas estaduais, através da implantação de ano letivo, com três inícios diferenciados, nas regiões onde a demanda de vagas indicava a necessidade, sem acarretar novas despesas com a construção de salas-de-aula.

Buscou-se a universalização do acesso à educação para todas as crianças, jovens e adultos, dando melhores perspectivas de vida aos mais sofridos e marginalizados e à infância desvalida, interrompendo, assim, a perpetuação de privilégios.

Entendeu-se, também que a educação deveria comprometer-se com a redução das desigualdades sociais, voltando-se, preferencialmente, para a população de baixa renda, guardando, assim, coerência entre o projeto educativo e o projeto dos grupos como sujeitos de uma transformação. A educação de adultos mereceu, por isso, cuidado especial.

Projeto Nenhum Adulto Analfabeto, executado com êxito na administração Alceu Collares, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (1986-1988), foi aperfeiçoado pedagogicamente e reeditado para atingir uma população de 632.744 analfabetos com quinze anos ou mais, no Estado do Rio Grande do Sul (IBGE-1986).

Com o objetivo de oferecer alfabetização de forma individualizada, buscando, para tal, na comunidade, monitores alfabetizadores voluntários, o Projeto Nenhum Adulto Analfabeto veio preencher uma lacuna deixada por outras iniciativas governamentais que fracassaram, como o MOBRAF e a Fundação Educar.

Sabe-se que não existem soluções fáceis para os problemas educacionais. É possível, porém, progredirmos significativamente na luta pela melhoria do ensino, ir alterando, ir mudando, ir pondo cunhas no sistema educacional. Para tanto, este governo buscou o resgate da atualização, da formação e do aperfeiçoamento do magistério gaúcho, ressaltado, inclusive, nas Pautas de Reivindicações do CPERS Sindicato.

O acesso a cursos de atualização e aperfeiçoamento era, até 1991, privilégio de alguns professores que, por condições próprias e pessoais, freqüentavam instituições variadas, com ônus do afastamento temporário da sala-de-aula e o conseqüente prejuízo aos alunos.

O Projeto Melhoria da Qualidade do Ensino oportunizou a todos os professores o aperfeiçoamento em suas próprias escolas, sem prejuízo de suas férias e vencimentos, dentro do Calendário Escolar.

O Projeto Melhoria da Qualidade do Ensino propiciou a integração vertical entre os três graus de ensino, através da participação das Instituições de Ensino Superior que atuaram em conjunto nas suas áreas de excelência, favorecendo a análise do papel do professor em sala-de-aula, permitindo o repensar de sua prática, redimensionando-a quando necessário.

O resgate de espaços para reflexão, estudos e debates, proporcionado pelo Projeto Melhoria da Qualidade do Ensino, teve outro importante veículo: a Revista do Ensino, tradicional publicação da Secretaria da Educação, iniciada em 1939 e que havia sido interrompida e descaracterizada nas duas últimas décadas.

A partir de outubro de 1992, a Secretaria da Educação reeditou a Revista do Ensino, proporcionando subsídios à Rede Estadual de Ensino com mais uma forma de divulgar experiências pedagógicas e atividades práticas, abrindo um canal de comunicação entre a SE e sua estrutura com as escolas e, até mesmo, com as instituições ligadas à área da educação no Estado, no Brasil e no exterior.

Para concretizar a existência de uma escola voltada à educação da população de baixa renda, o oferecimento de ensino formal, especial e profissionalizante em turno integral, viabilizou a escola de qualidade, na medida em que o Projeto Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs - objetiva atender o desenvolvimento biopsicossocial e cultural do educando, implantando espaços de lazer e recreação, complementados por atendimento médico, nutricional e psicológico.

A implantação dos Centros Integrados de Educação Pública partiu de profundo estudo conjunto com as comunidades, identificando-se as necessidades regionais relativas à demanda de alunos e às peculiaridades locais.

A parceria com as Prefeituras Municipais foi fundamental, uma vez que os terrenos destinados aos CIEPs foram doados pelos Municípios que participaram, também, com recursos humanos e a urbanização dos locais onde foram instaladas as escolas.

Através dos CIEPs, a Secretaria da Educação concretizou também seu projeto pedagógico, dentro de um espaço ativo, alegre, criativo e lúdico, onde é importante a liberdade de expressão na formação do homem democrático, ao mesmo tempo em que oferece suporte para uma visão construtivo-interacionista do conhecimento.

O acelerado processo de informatização da sociedade não foi esquecido pelo Governo do estado no período 91/94. Ao contrário, com a integração do computador ao sistema de administração educacional, à atualização dos dados e estatísticas educacionais como apoio importante às dificuldades de aprendizagem, proporcionou-se significativa melhoria na postura e na eficácia da escola.

Os resultados da informatização no órgão central e nas Delegacias de Educação refletiram-se na modernização da estrutura, racionalizando recursos humanos e agilizando fluxos, permitindo o gerenciamento eficiente de todo o sistema, com controle, acompanhamento e avaliação permanentes.

Em 1991, encontrou-se uma defasagem na publicação dos dados educacionais corespondente a cinco anos. Publicaram-se, por isso, as Estatísticas Educacionais de 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, dando-se continuidade com as de 1991, 1992 e 1993. As relativas ao ano de 1994 não ficarão publicadas em virtude de o Calendário Escolar ter três períodos letivos diversos, ultrapassando o ano civil.

Com segurança, pode-se afirmar que o avanço nessa área foi significativo. Hoje, pode-se ter acesso aos dados de qualquer unidade escolar, chegando-se, até mesmo, ao controle do consumo de água e energia elétrica, entre outros. A introdução das tecnologias da informação na educação não significa apenas a substituição ou alteração de recursos materiais, mas deve estar associada à mudança do modo de interação entre quem ensina e quem aprende e à mudança do modo como se reflete sobre a natureza do conhecimento. O resultado é, então, um novo processo de abordar velhas idéias e velhas práticas.

A integração de novos conceitos, valores, atitudes, tecnologias, competências e responsabilidades pedagógicas, unidos às representações metodológicas da escola, simbolizam a intervenção educativa do professor nas bases da mudança da sociedade e da qualidade do ensino. Com esse enfoque, foi integrada a "multimídia" em programas interdisciplinares de ensino e na educação ambiental, num trabalho conjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, da PROCERGS e da Secretaria da Educação.

A Rede Escolar, tanto estadual como municipal, apresentava, em 1991, um grave problema: a má distribuição dos prédios escolares, com excesso de escolas muito pequenas - com menos de 60 alunos - e outras maiores implantadas em zoneamentos onde a demanda não exigia. Impunha-se, então, uma ação que permitisse uma racionalização dessas unidades escolares.

A parceria com as Prefeituras Municipais, através do Projeto Nucleação, permitiu o alcance desse objetivo.

Com a aquisição de veículos escolares (kombis e microônibus), repassados pelo Estado às prefeituras participantes, implantaram-se escolas-pólo, que absorveram as pequenas. Essa medida trouxe não só a racionalização de recursos humanos e físicos proposta, mas a conseqüente melhoria da qualidade do ensino, uma vez que os alunos passaram a freqüentar unidades escolares com melhores condições de infra-estrutura.

Ressalta-se, também, o resultado da parceria com os Municípios. Outrora, recebiam eles os recursos financeiros repassados pelo Estado e os aplicavam conforme as necessidades locais. Ao invés disso, com a aquisição dos veículos, passaram a atuar em planejamento conjunto com o Estado, através de convênio, estabelecendo as competências de ambas as partes.

Na área do esporte, lazer e recreação foram adotadas medidas que garantiram a participação popular com a implantação de uma política estadual do desporto, lazer e educação física.

O incremento havido nessa área pode ser verificado pelo acréscimo no número de participantes nos vários projetos desenvolvidos, pelos equipamentos e materiais adquiridos, pelas instalações recuperadas e construídas, merecendo destaque especial a implantação do CIEP Esportivo "Mané Garrincha", único no país a oferecer ensino regular e treinamento esportivo em turno integral.

O Plano de Governo para a área da educação, elaborado para o período 1991-1994, previa estudo e elaboração de proposta de absorção da FADERS - Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul. A proposta foi elaborada e encaminhada à Assembléia Legislativa como parte integrante da Reforma Administrativa do Estado. Por não ter sido aprovada, a Portaria nº 999/92, a SE instituiu o Grupo de Trabalho para compatibilizar a proposta do governo com as entidades particulares que atendem os deficientes. A seguir, a Portaria nº 596 promoveu o retorno à SE dos professores e técnicos especializados que atuavam na FADERS. Nessa área, atingiram-se resultados significativos, como o acréscimo de 100% nas vagas para alunos deficientes e portadores de necessidades.

A outra Fundação vinculada à estrutura da SE é a Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, localizada em Novo Hamburgo, que, também, em função da Reforma Administrativa, teve proposta de extinção, tendo em vista que, ao longo de sua caminhada, não conseguiu gerar recursos, sobrevivendo às custas dos recursos do Estado, tanto para a folha de Pagamento, como para o desenvolvimento de Projetos.

A partir de 93, com a mudança da Direção do Conselho Técnico-Deliberativo dessa Fundação, a Secretaria da Educação passou a desenvolver ações na busca de solução para o problema de auto-sustentação detectado.

Outras ações não menos importantes foram levadas a bom termo na Administração 1991-1994 na Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Entre elas, devem ser citadas a aquisição de uniformes, tênis e "kits" escolares; o resgate do ensino técnico, do ensino supletivo e da educação especial; o incremento da educação na Televisão; a implantação do Projeto Guri Tri-Legal; a preocupação com a segurança nas escolas e com a educação Ambiental-Pró-Guaíba - e, finalmente, a instalação de telefones nas escolas, de acordo com o Projeto Nenhuma Escola sem Telefone.

O detalhamento de todas elas e de tudo quanto foi referido é feito ao longo das partes constitutivas deste Relatório, vez que, nesta introdução, ofereceu-se apenas uma síntese.

REALIZAÇÕES NO PERÍODO

91/94

AÇÕES/PROJETOS: IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Modernização e Racionalização Administrativa com a gradativa correção de rotinas e procedimentos burocráticos, implantando um sistema de informações gerenciais com consequente agilidade e atualização sistemática.</p> | <p>A expansão dos serviços técnicos e administrativos de forma desordenada, gerando sistemas isolados, excessiva burocracia, somada a desarticulação entre os vários segmentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevado número de recursos humanos em serviços administrativos, caracterizando desvio de função; • Prédio do Órgão Central em condições precárias inadequadas e insalubres com laudos periciais indicando necessidade de reforma geral, devido a áreas de alto risco em relação às instalações elétricas e hidráulicas. • Insuficiência de informações gerenciais, dificultando controle e acompanhamento. • Prédios locados, gerando despesa excessiva na manutenção; | <ul style="list-style-type: none"> • Redimensionamento administrativo dos órgãos Regionais com a extinção de 12 Delegacias de Ensino. (Decretos 33.978 de 25/06/91 - 1º DE e 33.979 de 25/06/91); • 178 núcleos municipais desativados. • Racionalização dos recursos humanos na administração central e nos órgãos regionais. • Redução de 1607 para 703 funcionários lotados na SE, e de 4.570 para 2.525 nas Delegacias. • Instalação nova sede da Secretaria de Educação em área de 9.000 m² do Centro Administrativo do Estado, permitindo agilidade de fluxos burocráticos. RECURSO INVESTIDO: US\$ 624.551,00 Fonte: Tesouro do Estado. • Modernização nas instalações da sede da Secretaria, de acordo com propostas avançadas de administração, objetivando a qualidade total. • Eliminação de 78 dos 207 alugueis, representando uma economia de 86%. | <ul style="list-style-type: none"> • Realização de ajustes que se fizerem necessários, em função de crescimento populacional, emancipação de novos municípios e outros. • Manutenção dos critérios de racionalização dos Recursos Humanos na sede e DEs. • Execução das obras no terreno e sobrelaje da Plataforma, permitindo instalar o restante da estrutura da SE, que ficou em outros locais, a saber: <ul style="list-style-type: none"> - Centro de documentação; - Protocolo central; - Reprografia. • Aperfeiçoamento dos sistemas de informática implantados, garantindo o assessoramento permanente aos usuários. • Construção de sede própria para DEs que se encontram em prédio locado. |

ACÇÕES/PROJETOS: IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Frota de veículos insuficiente e em estado precário; | <ul style="list-style-type: none"> • Desativação de veículos com mais de 10 anos e aquisição de 100 novos para a sede e DEs. <p>RECURSO INVESTIDO: US\$ 789.792,00 Fonte: Tesouro do Estado.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Conservação permanente da frota existente. |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura organizacional da SE incompatível com as funções | <ul style="list-style-type: none"> • Redimensionamento da estrutura organizacional da Sede Central e das Delegacias, com proposta encaminhada à Secretaria do Planejamento em 1993; | <ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da estrutura proposta com a sua implantação. |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de acompanhamento e controle permanentes, com relação a gastos com manutenção da estrutura. | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de Sistemas de Controle e acompanhamento dos custos e gastos, possibilitando uma programação de ações corretivas de desvios, redução de consumos e agilização das operações • Redução do consumo de energia elétrica em 32%. | <ul style="list-style-type: none"> • Continuidade do acompanhamento e controle de custos, a fim de evitar desperdício e possibilitar distribuição equilibrada dos recursos com manutenção. |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação de Moral e Civismo COMOCI - pertencente à estrutura da SE, mesmo tendo sido extinta, em nível nacional, desde 21/11/86, pelo Decreto nº 93613. | <ul style="list-style-type: none"> • Extinção da COMOCI em 07/07/91, sendo suas funções absorvidas pela Diretoria Pedagógica - Departamento de Ensino. | |

ACÇÕES/PROJETOS: IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> ● Unidade de Regimentos Escolares (URE), pertencente à Secretaria de Educação, gerando maior burocracia na análise dos documentos e duplicidade de funções COM o Conselho Estadual de Educação. ● Acompanhamento, controle e avaliação permanentes do sistema de ensino deficiente, com escassez de recursos humanos e sem espaço específico na estrutura da Secretaria da Educação. | <ul style="list-style-type: none"> ● Transferência da URE para o Conselho Estadual de Educação, trazendo maior agilidade e encaminhamento dos Regimentos Escolares. | <ul style="list-style-type: none"> ● Manutenção do acompanhamento, controle e avaliação permanentes através da aplicação do Instrumento de Avaliação Global das Escolas. Conservação das equipes de Supervisão e Inspeção, com recursos humanos suficientes para realizar esse trabalho. |
| | | <ul style="list-style-type: none"> ● Implantação do Acompanhamento, Controle e Avaliação ACA - visando ao diagnóstico permanente, com reativação da Inspeção Escolar, inicialmente constituindo um grupo de trabalho integrado à equipe da Supervisão na Diretoria-Geral, sendo transferida, em 1992, para a Diretoria Pedagógica. Elaborado o Instrumento de Avaliação Global das Escolas e aplicado durante o período em 1.056 estabelecimentos de ensino. Em 1992, foi realizado um treinamento para o credenciamento, a título precário, de 180 pessoas e nos anos seguintes foram realizados treinamentos em serviço envolvendo chefias pedagógicas, supervisores e inspetores das Delegacias de Educação e DDE. | |

ACÇÕES/PROJETOS: IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Dados estatísticos com defasagem de atualização e publicação. • Inexistência de um sistema de informações em operação; | <p>Atualização, recuperação e publicação das estatísticas educacionais desde 1986, dando continuidade à série histórica, iniciada em 1974, tendo como objetivo atendimento das necessidades do MEC, IBGE, FEE e outras instituições, bem como usuários em geral;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do SIEE (Sistema de Informações Educacionais do Estado) na SE e nas DEs, envolvendo estabelecimentos, alunado e recursos humanos; • Descentralização das informações e coleta de dados referentes à matrícula inicial e final (MMI e MMF); • Racionalização do Sistema de Protocolo, implantado nas DEs que absorve 70% da demanda de processos; • Implantação e administração do Banco de Dados de Pessoal (BDP) do Acompanhamento das Obras (ADS), Correio Eletrónico, Património (PAT), Controle de Promoções do Magistério (CPM), Atos Legais de Educação (ALE), Certificados dos Exames Supletivos (UES), Sistema de Pleitos; | <ul style="list-style-type: none"> • Publicação e distribuição das estatísticas educacionais, mantendo a série estatística. • Interligação Escolas, DEs e SE através do INE (Sistema de Informatização dos Estabelecimentos de Ensino). • Continuidade e operacionalização do Sistema de informatização do ensino supletivo e 3º Grau; • Implementação do SIEE, nas várias, educação especial, recursos humanos nas DEs. |

AÇÕES/PROJETOS: IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> ● Implantação e execução do Sistema INE (Informatização dos Estabelecimentos de Ensino), atingindo 150 Escolas Estaduais, com a instalação de equipamentos e treinamento de Recursos Humanos; ● Aquisição de 78 microcomputadores, 120 impressoras e 1 TUT 6.000 (Câmbio Multimídia) e locação de 149 microcomputadores, 161 terminais e 261 impressoras; ● Contratos com a PROCERGS para a operação e manutenção dos diversos sistemas; ● Desenvolvimento de sistemas de microcomputador específicos para: Repasse Trimestral, Municipalização, Nucleação, Distribuição de uniformes, tênis e "kits" escolares; ● Operacionalização de módulo específico, com informações do ensino supletivo; | |
| <p>RECURSO INVESTIDO: US\$ 7.929.562,00</p> <p>Fontes: Tesouro do Estado e Salário Educação - Quota Estadual e Convênio</p> | | | |

AÇÕES/PROJETOS: SUPRIMENTO DE RECURSOS HUMANOS E RACIONALIZAÇÃO DE PESSOAL

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Racionalização de pessoal dando prioridade de atendimento ao aluno. O aluno como centro do processo.</p> | <p>Em março de 1991, dos 96.046 professores (matriculas) constantes na folha de pagamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 7.450 encontravam-se cedidos a outros órgãos; • 6.357 trabalhando administrativamente nos Órgãos Centrais e Regionais. | <p>Em outubro de 1994 o nº de professores (matriculas) em exercício era de 91.860.</p> <p>Ficou evidenciado o retorno de 4.973 professores cedidos aos seus órgãos de origem, constatando-se, atualmente, a existência de apenas 230 acordos firmados.</p> <p>Redução do número de professores e funcionários lotados na SE e nas DEs - Atualmente 3.451 professores e funcionários trabalham administrativamente na SE, DDE e DES, constatando-se uma redução de 2.906 servidores em atuação nos órgãos centrais e regionais.</p> | <p>Foram nomeados em exercício da função, no período, 16.471 novos professores e 935 especialistas em educação, nas 4 categorias (supervisor, orientador, inspetor e administrador), visando suprir as necessidades de recursos humanos existentes.</p> <p>Ordem Serviço nº 01/93 (QPE)</p> |
| <p>Em contrapartida, a carência de professores na Rede Escolar, em março de 1991, equivale a 22.135 e 9.690 funcionários para atender 1.031.558 alunos.</p> | <p>Nomeações efetuadas, sem prévia definição das reais necessidades, ocasionando excesso dos recursos humanos em determinadas áreas (filosofia, sociologia, etc.) e mantendo carência em outras (ciências, matemática, física) e falta de critérios para lotação de professores nas escolas.</p> | <p>Período maio/91 a outubro/94.</p> | |

AÇÕES/PROJETOS: SUPRIMENTO DE RECURSOS HUMANOS E RACIONALIZAÇÃO DE PESSOAL

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | <p>Profissionais técnico-científicos em desvio de funções, atuando na área de saúde escolar e bibliotecas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • especialistas em educação, atuando sem concurso e habilitação; • merendeiras, serentes, porteiros, vigilantes, agente de portaria e secretários de escola em número insuficiente em grande parte, preenchidos por professores, caracterizando desvio de função | <p>Abertura de concurso para funcionários, técnico-científicos e magistério, tendo sido tomadas as providências legais para a criação de novos cargos para funcionários e técnico-científicos e posterior envio à Assembleia Legislativa, para aprovação, bem como o levantamento de necessidades de pessoal para atuação na rede estadual de ensino. Em 1994, foram feitas as homologações dos concursos para técnico-científico e especialistas em educação, divulgados os resultados finais do concurso para funcionários do quadro geral, bem como se deu continuidade as nomeações dos aprovados nos concursos do magistério realizados em 1992 e 1993.</p> | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Foram nomeados 8.422 funcionários do quadro-geral e 443 técnicos-científicos. Técnicos Científicos tiveram publicadas suas nomeações sem efetivação da posse. Apesar das nomeações, ainda foi necessária a contratação emergencial de mais 3.517 funcionários e 199 cirurgiões-dentistas. | |

AÇÕES/PROJETOS: SUPRIMENTO DE RECURSOS HUMANOS E RACIONALIZAÇÃO DE PESSOAL

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | <p>Inexistência de cursos de capacitação para funcionários de escola;</p> | <p>Qualificação profissional dos servidores da SE, DEs e escolas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ao longo do período, foram realizados cursos para qualificação de servidores que atuam em: operação de máquina xerox, telex e fax; redação e revisão, recepção, datilografia, correspondência oficial, microcomputador, secretaria de escola, vigilância e Núcleos de Desenvolvimento de Recursos Humanos. | |
| | <p>Acúmulo de processos relativos à vida funcional de professores e funcionários.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Regularização de processos e expedientes relativos à vida funcional de professores. Criação de Grupo Operacional Permanente para Validação de Dados e treinamento de pessoal, constatando-se no período de janeiro a agosto/94, a entrada de 8.535 processos e saída de 7.774. | |
| | <p>Inexistência de ações conjuntas para prevenção ao uso indevido de álcool e drogas por alunos e professores da rede estadual de ensino.</p> | <p>Programa Valorização da Vida. Implantado por esta administração, desenvolveu-se, durante o período, de forma contínua com a participação da Secretaria nos eventos realizados pelo Comitê Estadual, bem como com a proporção de vários encontros e cursos atingindo as escolas da rede estadual de ensino na Prevenção ao uso Indevido de Álcool e Drogas.</p> | |

AÇÕES/PROJETOS: SUPRIMENTO DE RECURSOS HUMANOS E RACIONALIZAÇÃO DE PESSOAL

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | <p>Diretores de Escolas assumindo a função sem orientações específicas para esse exercício.</p> | <p>Foi elaborada a sistematização e informatização dos dados de pesquisa realizada para a publicação do perfil epidemiológico do consumo abusivo de substâncias psicoativas nas escolas de Porto Alegre.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de todos os diretores nomeados em 1991, em Porto Alegre, com duração de 05 dias úteis, com objetivo instrumentalizá-los para o exercício da função. • Curso de Administração Escolar para Diretores, a partir de 1992. Atingiu-se 2.275 diretores em cursos de embasamento teórico-prático em administração escolar, distribuídos por tipologia de Escola, com duração de 120 h/aula. | |
| <p>Inexistência de ações de suporte psicológico a servidores, que possibilitem a reintegração dos mesmos.</p> | | <p>Assistência a servidores da rede estadual de ensino. Criação de Grupos Operativos para auxiliar na reintegração e relotação de professores cedidos, em sala-de-aula, como também para prestar suporte psicológico e orientação a responsáveis por setores nos órgãos da SE, DEs, Diretores de Escola e servidores.</p> | |

AÇÕES/PROJETOS: SUPRIMENTO DE RECURSOS HUMANOS E RACIONALIZAÇÃO DE PESSOAL

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | <p>Estágios extracurriculares, sem acompanhamento e programas de integração.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Programa de Estágio Profissionalizante da SE. ● O estágio extracurricular, efetivado através de convênio com FDRH, envolveu estudantes de 2º e 3º Graus e supletivo. Foram contratados 230 estagiários, que atuaram em todas as Diretorias da SE. Complementando este Projeto, realizou-se o Programa de Acompanhamento, Integração e Capacitação de Estagiários da SE, que promoveu encontros, palestras, visitas e cursos, cuja finalidade era a qualificação dos estudantes. | |
| | <p>Banco de Recursos Humanos zerado em determinadas disciplinas.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Contratação emergencial de aproximadamente 3.000 professores por tempo fechado de 1 ano letivo (contratos emergenciais). | |
| | <p>Ausência de dados estatísticos referentes à movimentação dos recursos humanos na rede.</p> | <p>Desenvolvimento de pesquisa e levantamentos estatísticos de licenças, aposentadorias e afastamentos diversos constatou-se a concessão, em média mensal, de 4.491 licenças (LI - LAE e LAA), e um total de 25.628 afastamentos definitivos no período 1991 - 1994 (exonerações, demissões voluntárias, óbitos, aposentadorias e dispensas de contratos emergenciais).</p> | |

AÇÕES/PROJETOS: APOIO AO ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>O Programa Estadual de Crédito Educativo foi criado pelas Leis 9203/91 e 9644/92. Suas diretrizes são regidas pelo Convênio firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Entidades Mantenedoras das Instituições de Ensino Superior Comunitário, em 11 de fevereiro de 1993.</p> <p>Foi implantado, no primeiro semestre de 1993, em todas IES Comunitárias do Rio Grande do Sul, visando a estudantes de cursos de graduação com insuficiência de recursos próprios ou familiares.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Determinação Constitucional de Repasse de 0,5% da receita líquida de impostos às Instituições de Ensino Superior Comunitárias, que não vinha sendo cumprida. | <p>1993 - Implantação do <u>PROCRED</u> no <u>Rio Grande do Sul</u>.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cadastramento das IES habilitadas a desenvolverem o Programa Estadual de Crédito Educativo (Art. 4º Lei 9203/91); foram credenciadas 29 IES Comunitárias; • Firmado o Convênio entre o Governo do Estado e as 29 IES Comunitárias credenciadas; • Reuniões de orientação para as IES e DES sobre a implantação e desenvolvimento do Programa; • Nominação das Comissões Especial e Central e Gestores; • Orientação sobre inscrição e seleção de alunos carentes; • Elaboração de cálculo para definição do índice de carência dos candidatos; • Elaboração do cálculo para a distribuição dos recursos financeiros; | <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção do Programa Estadual de Crédito Educativo, através do cumprimento das Leis Estaduais 9203/91 e 9644/92; • Elaboração e cumprimento de um calendário, prevendo os repasses financeiros às IES Comunitárias, pela Secretaria da Fazenda, a fim de manter o programa em desenvolvimento; • Atualização dos repasses financeiros a IES comunitárias credenciadas a partir de junho de 1994; • Atualização dos repasses financeiros do Projeto BEMM relativos ao 1º sem/94, no valor de R\$ 13.830,25. |

AÇÕES/PROJETOS: APOIO AO ENSINO SUPERIOR COMUNITÁRIO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1992) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Manual de Instruções; • Alunos contemplados pelo PROCRED: 1993 - 2.074 1994 - 687 (parcial) • Repasses efetuados para o PROCRED: 1993 - CRS 399.967,396,00 1994 - RS 584.992,96 (até maio/94) • Manutenção do Projeto de Bolsas de Estudo aos Membros do Magistério Público Estadual (BEMM); • Alunos contemplados com o BEMM: 1º Sem/93 - 92 2º Sem/93 - 33 1º Sem/94 - 29 • Repasses efetuados do BEMM: 1993 - RS 8.156,14 | |

AÇÕES/PROJETOS: APROVEITAMENTO INTEGRAL DO ESPAÇO ESCOLAR CALENDÁRIO ROTATIVO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Absorção da clientela de alunos excedentes, diminuindo a ociosidade física e racionalizando os recursos humanos das escolas estaduais, através da implantação de ano letivo com três inícios diferenciados, nas regiões onde a demanda de vagas indicar a necessidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • a insuficiência de espaço físico na rede escolar para abrigar a demanda por vagas, com acúmulo de alunos excedentes em determinados zoneamentos. Conforme dados da Secretaria da educação, está previsto para 1994 um número de, aproximadamente, 300.000 alunos excedentes que buscarão vagas nas escolas públicas; • a precariedade da rede física em termos de manutenção e conservação. De um total de 3.201 escolas estaduais, dados de 1990, maioria com necessidade de reforma; • os altos índices de evasão e repetência em estreita relação com a dificuldade para o acesso e permanência do aluno na escola. (Em dados da Fundação de Economia e Estatística a Informática SE/RS (1988), 71,42% da população com baixo nível de escolarização: 1 a 4 anos de estudo). | <p>A situação educacional do Estado, em 1991, apresentou problemas tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a insuficiência de espaço físico na rede escolar para abrigar a demanda por vagas, com acúmulo de alunos excedentes em determinados zoneamentos. Conforme dados da Secretaria da educação, está previsto para 1994 um número de, aproximadamente, 300.000 alunos excedentes que buscarão vagas nas escolas públicas; • a precariedade da rede física em termos de manutenção e conservação. De um total de 3.201 escolas estaduais, dados de 1990, maioria com necessidade de reforma; • os altos índices de evasão e repetência em estreita relação com a dificuldade para o acesso e permanência do aluno na escola. (Em dados da Fundação de Economia e Estatística a Informática SE/RS (1988), 71,42% da população com baixo nível de escolarização: 1 a 4 anos de estudo). | <p>Implantação do Calendário rotativo a partir de 1992, com os seguintes resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • elevação das matrículas em 500.000 alunos - aproximadamente 50%. • racionalização de recursos, evitando a construção de 2.000 novas salas-de-aula; • absorção de todos os alunos excedentes de 1º e 2º Graus no Estado; • atualização e aperfeiçoamento de todos os professores da Rede Estadual de Ensino; • recuperação e equipamento da Rede Escolar existente; • uniforme, tênis e "kits" escolares a todos os alunos do Calendário Rotativo; | <p>Continuidade da implantação em escolas onde a demanda de alunos exigir;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prioridade na recuperação física e equipamento das escolas que tem 3 Calendários; • Aquisição de distribuição de uniformes, tênis e "kits" de material escolar aos alunos novos de Calendário Rotativo; • Livre acesso e permanência de alunos, na Rede Pública Estadual, sem exames de seleção, em cumprimento às Constituições Estadual e Federal; • Garantia da atualização e aperfeiçoamento de todos os professores da Rede Estadual, com espaço determinado no Calendário escolar. |

AÇÕES/PROJETOS: APROVEITAMENTO INTEGRAL DO ESPAÇO ESCOLAR CALENDÁRIO ROTATIVO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | <p>Censo/80, no Rio Grande do Sul, demonstrou um índice de 16,71% da população com 10 anos (e mais) que não sabiam ler e escrever. Em 1984, Garcia (Cadernos CEDES, 1984, p.46) refere:</p> <p>“de uma população de 130 milhões, apenas 40 milhões, entre 7 e 15 anos, têm acesso à escola”.</p> <ul style="list-style-type: none"> • a falta de atualização e aperfeiçoamento dos professores, principalmente dos regentes de classe, em sua maioria responsáveis pelo ensino básico, que têm seu afastamento dificultado pela impossibilidade de substituição; • o número elevado de alunos por turma e concentração muito grande num mesmo período letivo, em detrimento do processo pedagógico; | <ul style="list-style-type: none"> • redução nos índices de evasão escolar; • Melhoria da Qualidade do Ensino, com a redução do número de alunos por turma e recuperação dos objetivos não atingidos. | |

AÇÕES/PROJETOS: APROVEITAMENTO INTEGRAL DO ESPAÇO ESCOLAR CALENDÁRIO ROTATIVO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> ● existência de crianças de rua e na rua, por inexistência de ação efetiva dos órgãos responsáveis; ● falta de acompanhamento centralizado para ajustamento de vagas na rede escolar de todo o Estado. ● falta de espaço e tempo dentro do Calendário Escolar para uma efetiva recuperação dos objetivos não alcançados pelo aluno, conforme preconizada a legislação de ensino; ● dificuldade de realização de reformas, ampliações e/ou construções em prédios escolares, com apenas um período de férias para toda a rede, resultando na extensão deste trabalho ao período de aulas, interferindo no andamento da escola; | <ul style="list-style-type: none"> ● implantação do Projeto "Guri Tri Legal", em ação conjunta com FEBEM, Prefeituras Municipais, Brigada Militar, Conselhos Tutelares e outros órgãos de ação comunitária; realizou-se cadastramento de 9.560 alunos e encaminhamento destes à rede escolar. ● implantação do "Disque Vaga", na Sede da Secretaria da Educação, através de uma Central Telefônica. Em março de 1994, atendeu e encaminhou solicitações de vagas de 941 alunos. ● implantação da Recuperação Terapêutica entre períodos letivos em cumprimento à Lei 5692/71, Art. 11, e Parecer CEED 231/82. | <ul style="list-style-type: none"> ● necessidade de acompanhamento e controle permanentes, com vistas à manutenção desses alunos nas escolas. ● manutenção do sistema, tendo em vista os resultados positivos atingidos. |

AÇÕES/PROJETOS: APROVEITAMENTO INTEGRAL DO ESPAÇO ESCOLAR CALENDÁRIO ROTATIVO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none">● fechamento das escolas por longos períodos, propiciando atos de vandalismo, como depredações, arruamentos e roubo. | | | |

ACÇÕES/PROJETOS: CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA E CENTROS DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Escolas de turno integral dando prioridade à população de baixa renda.</p> <p>Oferecimento de ensino formal, oportunidade de lazer e recreação, atendimento médico nutricional e psicológico.</p> | <p>Os dados estatísticos da realidade educacional brasileira demonstram a ineficiência que a escola tem apresentado. As condições de vida dos alunos das camadas populares resultam de determinantes sócio-económicos, que lhes conferem características culturais, bem como formas de raciocínio para a apreensão da realidade e para a solução de problemas, diferentes dos padrões normalmente vigentes na escola pública.</p> <p>O fracasso generalizado dessa escola tem sido atribuído a diversas causas, que ora recaem sobre o professor, a escola, o aluno, a sociedade, a comunidade, e ora sobre o sistema educacional.</p> <p>Pode-se entre elas citar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • falta de recursos didáticos; • desvalorização da expressão criativa e do pensamento crítico; • ambiente pobre de estimulação, com programas extensos e distantes da realidade do aluno; | <p>Construção e implantação de 55 CIEPs, possibilitando o acesso de 55 mil alunos no Calendário A ou 82.500 com Calendário Rotativo, nos Municípios de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ALEGRETE, BAGÉ, BENTO GONÇALVES, CACHOEIRA DO SUL, CAMAQUÁ, CANELA, CARAZINHO, CATUPIÊ, CAXIAS DO SUL, CERRO LARGO, CIDREIRA, CRISTAL, CREZ ALTA (ESPECIAL), DOM PEDRITO, FREDERICO WESTPHALEN, GIRIÁ, GRAVATAÍ, GUÁIBA, HUMAITÁ, IJUI, LAGOA VERMELHA, MONTENEGRO, NONOAI, NOVO HAMBURGO, OSÓRIO, PALMEIRA DAS MISSÕES, PASSO FUNDO, PELOTAS, PLANALTO, PORTO ALEGRE (2) PORTO XAVIER, QUARAÍ, RIO GRANDE, ROSÁRIO DO SUL, SANTANA DO LIVRAMENTO, SANTA MARIA, SANTA ROSA, SANTIAGO, SANTO ÂNGELO, SANTO AUGUSTO, SÃO LUIZ GONZAGA, SÃO MIGUEL DAS MISSÕES, SÃO SEPE, SAPIRANGA, SARANDI, SOLEDADE, TAPES, TAQUARA, TRÊS DE MAIO, URUGUAIANA E VACARIA. | <p>Conclusão das obras e implantação de 12 CIEPs, nos municípios de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CAÇAPAVA DO SUL, CAMPINA DAS MISSÕES, CANOAS, ESTRELA, EREXIM, FARROUPILHA, PANAMBA, TRÊS PASSOS, SÃO BORJA, SANTA MARIA (Especial), SÃO LOURENÇO DO SUL (Rural) • PORTO ALEGRE - Centro Vida (Profissionalizante). |
| <p>RECURSO INVESTIDO: US\$ 56.107.210,00 Fontes: Tesouro do Estado Salário Educação Convênios</p> | | | |

AÇÕES/PROJETOS: CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA E CENTROS DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> ● desestrutura da organização familiar agravada pela situação de pobreza; ● insuficiência alimentar; ● ano letivo e carga diária reduzida. | <p>Construção e implantação de 21 CAICs nos municípios de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● CACHOEIRINHA (2), SÃO LEOPOLDO (2), PAROBÉ, ALVORADA, PORTO ALEGRE, VIAMÃO, SANTANA DO LIVRAMENTO, BAGÉ, RIO GRANDE, ESTEIO, VENÂNCIO AIRES, SÃO JOSÉ DO NORTE, PELOTAS, CANOAS, SANTA CRUZ DO SUL, ALVORADA, SÃO GABRIEL, PASSO FUNDO, CARAZINHO. ● PORTO ALEGRE (2), SANTO ÂNGELO, NOVO HAMBURGO, URUGUAIANA, BENTO GONÇALVES. <p>06 CAICs nos municípios de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● OBSERVAÇÃO: PROJETO DO GOVERNO FEDERAL EM CONVÊNIO COM GOVERNO ESTADUAL, PREFEITURAS E UNIVERSIDADES. | |

ACÇÕES/PROJETOS: MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Elevar o nível de produtividade da Escola Pública implantando uma política de valorização profissional através de actualização permanente atingindo 100% dos Recursos Humanos que atuam na Educação.</p> | <p>Existência de antiga reivindicação do magistério (pautas do CPERS Sindicalto) de oportunidades para aperfeiçoamento dos trabalhadores em educação.</p> <p>Descrédito da Escola Pública com reflexos na qualidade do ensino.</p> <p>Alguns professores com acesso a cursos, seminários e congressos, quase sempre realizados durante o período letivo, em prejuízo dos alunos, deixando as classes acéfalas.</p> | <p>Actualização e aperfeiçoamento de 100% dos Recursos Humanos que atuam na Rede estadual de Ensino incluindo-se os professores e funcionários lotados nos Órgãos Centrais SE e DEs.</p> | <p>Utilização dos conteúdos essenciais elaborados durante os quatro anos anteriores, oferecendo um embasamento no exercício da prática pedagógica nas Escolas Estaduais.</p> |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Alguns professores com acesso a cursos, seminários e congressos, quase sempre realizados durante o período letivo, em prejuízo dos alunos, deixando as classes acéfalas. | <ul style="list-style-type: none"> • Convénio com instituições de Ensino Superior para a produção dos subsídios técnicos, de ensino a distância, por componentes curriculares. | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Conclusão do aperfeiçoamento resultando na elaboração de conteúdos mínimos por disciplina e graus de ensino, impressos e distribuídos a toda Rede Estadual de Ensino. | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Iniciado em 1992, tendo continuado de em 1993 e 1994, realizou-se no espaço previsto, dentro de Aproveitamento Integral do espaço Escolar. | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Além dos subsídios elaborados em conjunto com as universidades, a SE adquiriu livros técnicos para utilização pelos professores. | |

ACÇÕES/PROJETOS: MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> Realização do I Encontro Internacional de Educação no dia 20 de novembro de 1993 compreendendo "avaliação dos resultados do Melhorar a Qualidade do Ensino 92/93 e seminário com palestrantes convidados: Dr. Rick Bein e Dr. Larry Girshart (de Indiana - EUA) Dr. Luis Osin de Tel-Aviv (Israel) Dr. Katarzyna Skouynska - Embaixadora da Polónia <p>Este evento teve transmissão ao vivo pela TV Educativa para toda a rede escolar do Estado do Rio Grande do Sul.</p> <ul style="list-style-type: none"> A Televisão Educativa, através do Núcleo de Tecnologia Educacional, desenvolveu programação de apoio, nos três anos em que foi desenvolvido. | |
| <p>RECURSOS INVESTIDOS: US\$ 3.960.265,00 Fontes: Tesouro do Estado Salário Educação Convênio</p> | | | |

AÇÕES/PROJETOS: ENSINO SUPLETIVO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Propiciar o desenvolvimento de estratégias supletivas de ensino abrangendo áreas diferenciadas de atuação dada a heterogeneidade das necessidades educacionais de jovens adultos e idosos.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura física dos prédios dos CRES necessitando de reparos; | <ul style="list-style-type: none"> • CRES de Santa Rosa e Caçapava do Sul recuperados com o Projeto MUTIRÃO, os demais recuperados com recursos próprios; | <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção e conservação dos CRES; |
| <p>OBSERVAÇÃO: O ensino supletivo compreende modalidades diferentes:</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de equipamentos e materiais; | <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de veículos e equipamentos facilitando o trabalho pedagógico. | |
| <ul style="list-style-type: none"> • CES: Centros de Estudos Supletivos com atendimento em nível de 1º e 2º Graus, através de ensino semi-direto, personalizado em nº de 6 no Estado; | <ul style="list-style-type: none"> • Localização dos CES em prédios locais; | <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de cinco CES, sendo três para prédios próprios, um para sede locado e um para as dependências anexas de uma escola estadual; | <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do número de CES; |
| <ul style="list-style-type: none"> • CRES: Centro Rural de Ensino Supletivo com oferecimento de educação geral em nível de 1º e 2º Graus e cursos de qualificação profissional para o Setor Primário e Secundário, em nº de 5, no Estado; | <ul style="list-style-type: none"> • Pequeno acervo bibliográfico; | <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de livros técnicos, assinatura de revistas, e periódicos que serviriam para qualificar o acervo; | |
| <ul style="list-style-type: none"> • NOES: Núcleo de Orientação de Ensino Supletivo orienta a clientela para as alternativas de atendimento oferecidas pela comunidade e proporciona atendimento em educação geral, através de ensino personalizado em nº de 39 no Estado. | <ul style="list-style-type: none"> • Necessidades de reelaborar módulos das disciplinas de Educação Geral de 1º e 2º Graus; | <ul style="list-style-type: none"> • Reorganização, avaliação, reprodução e distribuição do material instrucional (Módulos) de 1º e 2º Graus; | |

AÇÕES/PROJETOS: ENSINO SUPLETIVO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> • Cursos de Suplência em nível de 1º e 2º Graus; • Exames supletivos; | <ul style="list-style-type: none"> • Educação massiva; • Existência de uma população de 632.744 analfabetos com quinze anos ou mais; • Morosidade na elaboração e emissão de certificados de 1º e 2º Graus, pelo grande volume de trabalho; • Exames supletivos com programas desatualizados e taxas de inscrição com valor elevado, dificultando o acesso da clientela, de candidatos; • Necessidade de expansão ao atendimento de alunos para fora das instituições. | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do projeto Institucionalização da Educação Básica para Jovens e Adultos; • Implantação de oficinas de alfabetização e pós-alfabetização; • Implantação da informatização no sistema de emissão de certificados de 1º e 2º Graus; • Reformulação dos Programas das disciplinas dos Exames Supletivos de 1º e 2º Graus e redução no valor da taxa dos exames, proporcionando um aumento significativo na clientela de candidatos (65,36%); • Ampliação dos atendimentos externos, através de acordos firmados com empresas, sindicatos, comando militar do 3º exército e projeto ensino de 1º e 2º Graus Supletivo em organizações militares do Rio Grande do Sul. | <ul style="list-style-type: none"> • Foram desenvolvidos 321 cursos de suplência em nível de 1º e 2º Graus, e ampliou-se o número de Núcleos de Orientação NOES de 39 para 43. |

AÇÕES/PROJETOS: REVITALIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| <p>Viabilizar o ingresso e a permanência de jovens nos cursos técnicos, proporcionando-lhes, na própria escola, aproximação da educação com o trabalho e a oportunidade de geração de renda</p> | <ul style="list-style-type: none"> Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha com 82,8% de sua receita proveniente do erário público; | <ul style="list-style-type: none"> Proposta de extinção da Fundação, tendo em vista a reforma administrativa do Governo do Estado (não aprovada na Assembleia Legislativa). | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Posse de novo Diretor e Conselho Técnico Deliberativa. Ao longo do período, a direção executiva da Fundação preocupou-se com a melhoria dos aspectos físicos, através da execução de obras de conservação e de ampliação do prédio. A instalação de terminais de computador interligou a Fundação com o sistema estadual da PROCERGS, oportunizando a agilização e um melhor acompanhamento das atividades administrativas. Houve um atendimento médio a 2.300 alunos por ano, nas áreas de química, eletrônica, eletrotécnica, mecânica e segurança do trabalho. Preocupou-se, ainda, com o aperfeiçoamento de professores e de especialistas de educação, bem como com a atualização metodológica e integração curricular; - Recursos repassados para despesas correntes: US\$ 937.227 - Tesouro do Estado - Recursos repassados para despesas de pessoal: US\$ 16.536.786 - Tesouro do Estado | |

AÇÕES/PROJETOS: REVITALIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Escolas Técnicas Agrícolas, Comerciais e Industriais, apresentando rede física em condições precárias (principalmente nos setores de internato e refeitório) equipamentos obsoletos e sucateados. | <ul style="list-style-type: none"> • Recuperação da rede física, hidráulica e elétrica pelo Projeto Mutirão; • Reequipamento dos internatos, com beliches, armários, colchões, material de cantina, etc. • Aquisição de 13 veículos Toyota, 46 máquinas agrícolas, 5 tratores, 7 veículos Kombi, 227 equipamentos comerciais, 1.102 equipamentos industriais. | <ul style="list-style-type: none"> • Recursos Humanos insuficientes. • Realização de concurso e admissão de funcionários e professores, seguindo-se as necessidades através de nomeações e contratos emergenciais. • Currículo diferenciado por escola, dificultando a transferência de alunos entre escolas do estado. • Implementação de diretrizes norteadoras, visando a estruturação das unidades educativas de produção; • Carência de bibliografia atualizada. • Aquisição de livros técnicos; • Implementação da proposta técnica e pedagógica das escolas técnicas; |

AÇÕES/PROJETOS: REVITALIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Escolas agrícolas onerosas sem produção. | <ul style="list-style-type: none"> • Escolas agrícolas produzindo para sua auto-sustentação. <p>TOTAL INVESTIDO na recuperação de 68 escolas técnicas: US\$ 4.227.292,62</p> <p>US\$ 1.405.001,83 investidos na recuperação de 19 escolas agrícolas e 2 CRES (Centros Rurais de Ensino Supletivo).</p> | |

AÇÕES/PROJETOS: EDUCAÇÃO ESPECIAL

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| <p>Melhoria no atendimento e na integração das pessoas portadoras de deficiências, superdotadas ou talentosas, através de sensibilização social, atendimento pedagógico direto e indireto, e aquisição de equipamentos e material permanente indispensáveis ao uso e ao desenvolvimento da educação especial.</p> | <p>FADERS - Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul, apresentando estrutura administrativa excessivamente centralizada, profissionais em desvio de função, e zada, profissionais em desvio de função, cedidos, atendendo um pequeno nº de crianças.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Estudo e elaboração de proposta de absorção da FADERS pela estrutura da SE, em 1991, a proposta de extinção da FADERS, como parte integrante da reforma administrativa do Estado, não foi aceita pela Assembléia Legislativa. A seguir, através da Portaria nº 999/92, da SE, instituiu-se o Grupo de Trabalho para compatibilizar a proposta do Governo com a das entidades. | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Departamento de Educação Especial na estrutura da SE, implantado na Diretoria Pedagógica, em 1992, através da Portaria nº 596, promovendo o retorno efetivo à SE dos professores e técnicos especializados, até então em exercício na FADERS. Em março/93 foi extinto pela Portaria 01155/93 e com a publicação da Portaria 01156/93 foi constituído o Grupo de Trabalho para a Educação Especial para atuar na Diretoria Pedagógica, em funcionamento até o presente momento. | |

AÇÕES/PROJETOS: EDUCAÇÃO ESPECIAL

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de vagas nos Centros e Escola da FADERS, no período 91/92, totalizando um acréscimo de 717 vagas, o que representou um aumento de 100% no número de matriculas. • Assinatura de contrato com a Fundação de Recursos Humanos para execução de Concurso Público. • Implantação do Núcleo de atendimento na Vila Cruzeiro, foi implantado em local cedido pela Secretaria da Saúde, em 1991, o Núcleo de Atendimento - FADERS - Zona Sul, voltado às pessoas portadoras de necessidades especiais. | <ul style="list-style-type: none"> • Conclusão do concurso e nomeação dos aprovados. • Implantação de Centros Especializados no interior do Estado. |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do centro Abrigado da Zona Norte - CAZON, inaugurado no 2º semestre de 1992, cuja capacidade de atendimento é de 250 deficientes mentais adultos. | |

AÇÕES/PROJETOS: EDUCAÇÃO ESPECIAL

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> ● Capacitação de recursos humanos de forma precária. | <ul style="list-style-type: none"> ● Implantação do Centro de Avaliação e Tratamento foi implantado em 1992, com a denominação de centro de Convivências Criativas da FADERS, prestando serviços de avaliação e atendimento à criança portadora de necessidades especiais e a seus familiares. ● Ao longo do período foram realizados cursos de capacitação de recursos humanos para atuarem em educação especial, nas áreas de deficiência mental, deficiência auditiva, deficiências múltiplas, deficiência visual e superdotados, atingindo 282 professores e técnicos. Houve a distribuição e suprimento de material de apoio à prática pedagógica desenvolvida nas escolas. | <ul style="list-style-type: none"> ● Ampliação da capacitação de professores especializados. ● Realização de curso de habilitação de professores especializados no atendimento a crianças autistas, habilitando 33 professores para dar atendimento a alunos portadores da síndrome do autismo. |

AÇÕES/PROJETOS: EDUCAÇÃO ESPECIAL

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> Inexistência de propostas pedagógicas que atendam os altamente capazes dentro do sistema formal de ensino. | <p>Projeto-Piloto "Ingresso precoce a crianças altamente capazes", implantado em 1993, junto à E.E. de 1º Grau Anne Franck, com a formação de dois grupos com características distintas, evidenciando habilidades avançadas na leitura e na escrita, raciocínio lógico, habilidades verbais e egressas da prática escolar. Com o desenvolvimento do projeto, constataram-se mudanças no comportamento do grupo no sentido da aquisição de maior autonomia, iniciativas em tarefas novas, melhor desempenho escolar, maior aceitação do outro, melhor performance social, o que veio a confirmar o sucesso da proposta que surgiu como uma solução de caráter social, tendo em vista que atende às necessidades de pessoas com baixo poder aquisitivo e que, se não recebessem esta oportunidade, desperdiçariam seus talentos. Face aos resultados apresentados em 1993, deu-se continuidade ao projeto, com a implantação de uma nova classe de 1º série, mantendo as mesmas características.</p> | <ul style="list-style-type: none"> Implementação do projeto de "Ingresso precoce a crianças altamente capazes" em Delegacias de Educação. |

AÇÕES/PROJETOS: EDUCAÇÃO ESPECIAL

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Reduzido nº de salas de recursos para atendimento de alunos portadores de necessidades especiais. | <ul style="list-style-type: none"> • A implantação de mais duas classes especiais para o atendimento de alunos portadores de deficiência auditiva, na E.E. de 1º e 2º Graus Emilio Massot, somadas às seis já existentes e à sala de recursos proporcionaram a, aproximadamente, 45 alunos o atendimento necessário à superação de suas dificuldades e ao acesso à escolarização. Além destas, constatou-se o atendimento nas áreas de deficiência mental e visual, através do funcionamento de classes especiais e salas de recursos. | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de transporte para os alunos portadores de necessidades especiais e deficientes físicos. | <ul style="list-style-type: none"> • Transporte de alunos portadores de necessidades especiais - Aquisição de três microônibus para o transporte de alunos deficientes físicos. | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de escolas públicas de turno integral para o atendimento de crianças com necessidades especiais. | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do CIEP Especial de Cruz Alta, com capacidade para atender 100 alunos com necessidades especiais e superdotados. | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do CIEP Especial de Santa Maria, com recurso previsto no orçamento 95, (liberado 10% em 94) |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • RECURSOS INVESTIDOS: US\$ 368.090,00 Fontes: Tesouro do Estado Salário Educação Convênios US\$ 383.550,00 Aquisição de Microônibus Salário Educação/Convênios | |

AÇÕES/PROJETOS: ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Promover condições favoráveis de permanência do educando no sistema educacional e as melhorias de sua qualidade de vida, visando a promoção social e de saúde.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Crianças frequentando as escolas da Rede Estadual sem agasalho e calçados adequados ao clima do Estado; | <ul style="list-style-type: none"> • Objetivando o acesso e a permanência do aluno na escola com condições favoráveis ao seu desenvolvimento pessoal, foram distribuídos 32.098 uniformes escolares, constituídos de abrigo, camiseta e calção; 250.000 pares de tênis, 220.000 camisetas manga longa e 250.000 "kits" de material escolar, contendo: mochila, pasta de polionda, cadernos, lápis, apontador, tesoura, caderno de desenho, lápis de cor, régua, borracha, escova e creme dental. | <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção e ampliação dos programas implantados. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Merenda Escolar, atendendo de forma assistemática alunos do 1º Grau da Rede Pública Estadual de 1º e 4º; | <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da qualidade e quantidade da Merenda Escolar, oferecida de forma sistemática a 100% dos alunos de 1º Grau, através de repasse de 32,6 milhões de dólares do Tesouro do Estado e verbas da FAE. | <ul style="list-style-type: none"> • Supervisão sistemática e capacitação de 100% dos recursos humanos que atuam na merenda escolar de forma descentralizada e respeitando as diferenças regionais; | <ul style="list-style-type: none"> • Estocagem dos alimentos substituídos por melhores condições de sanidade e zerando as perdas; |
| <ul style="list-style-type: none"> • Supervisão e capacitação assistemática e descentralizada; | <ul style="list-style-type: none"> • 8 toneladas de alimentos vencidos e estocados sem condições de sanidade; | <ul style="list-style-type: none"> • Estocagem dos alimentos substituídos por melhores condições de sanidade e zerando as perdas; | |

AÇÕES/PROJETOS: ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Técnico-científicos em desvio de função; • Excesso de pessoal na administração central; • Comunidades escolares de municípios distantes sem acesso a atendimento médico e odontológico; • Ausência de materiais instrucionais e orientações de prevenção em saúde escolar; | <ul style="list-style-type: none"> • Realização de concurso público para nomeação de médicos, dentistas, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas e outros; • Redistribuição de técnicos que atuavam na administração central, objetivando implementar o atendimento preventivo, diretamente com a comunidade escolar; • Recuperação e utilização de odontomóveis, atendendo comunidades escolares distantes e carentes de cursos em saúde; • Elaboração e distribuição de 100.000 carteiras de saúde e cartilhas de Prevenção em Saúde Escolar; • Convênios com clínicas especializadas aos portadores de deficiências. <p>RECURSO INVESTIDO: US\$ 207.289,00 Fontes: Tesouro do Estado e Salário Educação</p> | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Compra de materiais de consumo, centralizada e de difícil distribuição; | <ul style="list-style-type: none"> • Instituição de cestas básicas oportunizando a compra descentralizada de materiais de consumo, realizada pelas DEs na forma de contra-empenho; | |

AÇÕES/PROJETOS: ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Compra de aparelhos corretivos, realizada sem critérios específicos e sem acompanhamento médico. | <ul style="list-style-type: none"> • Definição de critérios e acompanhamento médico para o uso dos aparelhos corretivos adquiridos; | |

AÇÕES/PROJETOS: TECNOLOGIAS DE APOIO À EDUCAÇÃO E INFORMÁTICA EDUCATIVA

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Utilização das tecnologias educacionais e informática educativa como forma de intensificar o aprendizado, enriquecendo o desenvolvimento intelectual dos alunos.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Distribuição indevida de equipamentos em escolas de 2º Grau; • Reduzido nº de Subcentros e laboratórios de informática educativa; | <ul style="list-style-type: none"> • Redistribuição dos equipamentos contemplando as escolas de 1º Grau, considerando-se que a verba de aquisição é originária do Salário-Educação. • Implantados novos Subcentros do CFED (Centro de Informática e Educação) localizados em: Carazinho, Santa Maria, Rio Grande, Pelotas e Santana do Livramento, bem como o Subcentro de Educação Especial em Porto Alegre (E.E. de 1º Grau Incompleto Recanto da Alegria). • Implementados e ampliados os laboratórios de informática em nº de 18, sendo 10 em Porto Alegre e os 8 restantes distribuídos nas seguintes DEs: 2ª, 4ª, 9ª, 24ª, 14ª, 15ª, 10ª e 6ª; | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de novos Subcentros no interior do Estado e escolas-pólo na capital e interior. |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento a 15 alunos de Educação Especial; | <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento a 298 alunos de Educação Especial; | <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do atendimento à educação especial através de escolas-pólo; |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Realizados cursos de capacitação de conhecimento genérico em informática; | <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do número de cursos de capacitação, utilizando metodologia pedagógica diferenciada (Oficinas) específicas, atendendo as necessidades detectadas; | |

AÇÕES/PROJETOS: TECNOLOGIAS DE APOIO À EDUCAÇÃO E INFORMÁTICA EDUCATIVA

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Existência de três Subcentros de Recursos Audiovisuais; | <ul style="list-style-type: none"> • Implantados 10 Subcentros de recursos audiovisuais localizados em: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Uruguaiana, Erechim, Santana do Livramento, Santa Rosa, Palmeira das Missões, Rio Grande e Carazinho. | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Acervo do Centro de Recursos Audiovisuais, 743 fitas; | <ul style="list-style-type: none"> • Acervo do Centro de Recursos Audiovisuais ampliado e aperfeiçoado contando em 1994 com 1.735 fitas; | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Acervo dos Subcentros de Recursos Audiovisuais de 208 fitas; | <ul style="list-style-type: none"> • Acervo nos Subcentros ampliados para 3.420 fitas; | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Realizadas 3 oficinas pedagógicas, atendendo a 75 professores da rede pública. | <ul style="list-style-type: none"> • Realizadas 51 oficinas pedagógicas que atenderam a 1.258 professores, em áreas de conhecimento específico conforme levantamentos previamente realizados. | <ul style="list-style-type: none"> • Continuidade e implementação das oficinas pedagógicas. |

AÇÕES/PROJETOS: NENHUM ADULTO ANALFABETO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Desenvolvimento de Programa para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, através de proposta individualizada de ensino, com ampla participação voluntária da comunidade.</p> | <p>A constituição do Estado do RS garante o ensino fundamental para todos que ele buscarem, independente da idade.</p> <p>Constatou-se a inexistência de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • propostas para o atendimento da população analfabeta do RS fora do Sistema Educacional formal e de materiais exclusivamente elaborados para esse fim, com também a inoperância dos programas até então implantados no RS e Brasil, ocasionando abandono, desestímulo. | <ul style="list-style-type: none"> • A partir de uma reestruturação e ampliação do material utilizado em Porto Alegre - 1986 - 1988, implantou-se, em 1991, o Projeto Nenhum Adulto Analfabeto. • Os módulos de ensino e demais materiais complementares foram totalmente produzidos pela equipe técnica e especializada da própria Secretaria da Educação. • Composto de 10 módulos de ensino, acompanhados de Manual do Monitor e Alfabeto destacável, foram impressos 855.000 exemplares. • O programa foi desenvolvido com ampla participação comunitária, instituições públicas e privadas, o que permitiu atingir aproximadamente 100.000 pessoas no período de governo. | <p>Elaboração de novos convênios, objetivando a ampliação da clientela beneficiada.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento das instituições participantes, bem como a alfabetizadores e alunos, para manter a continuidade do processo de alfabetização. |
| <p>Além disso, os dados do Censo de 1980 apontavam que existem no RS, 632.744 analfabetos de 15 anos ou mais, o que representa 10,6% da população do Estado.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • A experiência desenvolvida na Prefeitura de Porto Alegre, Governo Alceu Collares 1986/1988 demonstrou eficácia do Sistema implantado - Projeto Nenhum Adulto Analfabeto, que proporcionou alfabetização aproximadamente de 20.000 pessoas. | <p>RECURSO INVESTIDO: US\$ 728.912,00 Fontes: Tesouro do Estado Salário Educação Convênios</p> | |

AÇÕES/PROJETOS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRÓ-GUAÍBA SUBPROGRAMA Nº 6

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Desenvolver através do "Programa para o Desenvolvimento Racional, Gerenciamento e Recuperação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba", atividades que propiciem a melhoria da qualidade ambiental da referida Bacia, por intermédio de subprogramas.</p> | <p>A Bacia do Guaíba em uma abrangência de 85950 km², correspondendo a 30% do estado e 176 municípios, com desenvolvimento irracional, causador de graves impactos ao meio ambiente.</p> <p>A ausência de conscientização das comunidades em relação a esta situação, se deve, em grande parte, à inexistência de uma abordagem sistemática nas escolas.</p> | <p>A Secretaria da Educação, juntamente com outros Órgãos da Administração Pública Estadual e Municipal - CORSAN, DMLU, DNER, EMATER, FEPAM, FZB, GUABRA-VIVE, PROCENIPA, METROPLAN, PROCERGS, SMAN e SPM - participou da elaboração do Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de 12 pólos de Educação ambiental, atendendo a um total de 1.191.784 alunos; • capacitação de 20 professores multiplicadores em nível de Pós-Graduação, perfazendo um total de 360 horas-aula; • 427 secretarias municipais de educação envolvidas no trabalho e assessoradas através de subsídios técnico-pedagógico. | <ul style="list-style-type: none"> • A continuidade destas ações, vinculadas ao andamento do Programa no Governo como um todo. A Secretaria da Educação deu andamento às suas atividades, conforme previsto no Projeto. |

AÇÕES/PROJETOS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRÓ-GUAÍBA SUBPROGRAMA Nº 6

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|----------------------------|-------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> ● subsídios técnico-pedagógicos: <ul style="list-style-type: none"> - 9 produzidos; - 4 publicados; - 21.567 distribuídos. | | | |
| <p>RECURSO INVESTIDO: US\$ 56.957,00 Fonte: Tesouro do Estado</p> | | | |

AÇÕES/PROJETOS: EDUCAÇÃO NA TELEVISÃO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Implementação de ações que transformem a Televisão Educativa do estado em agente de expansão da Educação no Rio Grande do Sul, caracterizando-a como instrumento fundamental de apoio ao processo pedagógico, em atendimento a Portaria Ministerial nº 236/91 (Estimulo à Televisão).</p> | <p>A Televisão Educativa, Fundação vinculada à Secretaria da Cultura, na seguinte situação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • apenas 10% de sua programação específica na área da educação; estrutura deficiente com carência de recursos humanos e equipamentos; • nº de retransmissoras instaladas no interior do Estado, insuficientes para atingir parcela significativa da população. | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Setor de Tecnologia Educacional, dentro da estrutura da TVE. • reprogramação atingindo 60% da programação voltada para a Educação e Divulgação Cultural. • Compra de equipamentos novos que permitem a produção local, através do Plano de Trabalho Anual (PTA) - SE/MEC 01/05/92 - 31/12/92. | <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção do atendimento à Portaria Municipal, permitindo a continuidade de 60% da programação voltada para a Educação. |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Sete programas com veiculação diária ou semanal: <ul style="list-style-type: none"> - Lembrando - Trocando idéias - Nenhum Adulto Analfabeto - Educação em Revista - Panorama/Interação - Sala de Aula - Jornal da Educação <p>Além de programas especiais para o Melhoria da Qualidade do Ensino e Audiovisuais.</p> | | |
| | | | <p>RECURSO INVESTIDO: US\$ 192.268,78 Fonte: Convênio SE/MEC</p> |

AÇÕES/PROJETOS: RESGATE DA REVISTA DO ENSINO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Manter publicação periódica da Secretaria da Educação, para divulgar ações e projetos desenvolvidos na rede Escolar, buscando a construção coletiva do conhecimento e da ação no espaço político de transformação social que é a escola.</p> | <p>Nas últimas duas décadas, a Revista do Ensino, tradicional publicação da Secretaria da Educação, havia sido retirada de circulação, deixando vago um importante espaço de divulgação de experiências pedagógicas, bem como de debate relativos a referências teóricas. Em 1989 houve uma tentativa de reedição, tendo sido publicados apenas três (03) números com características completamente diferentes, configurando-se mais como um jornal.</p> | <p>Reedição da Revista do Ensino, a partir de 1992, resgatando sua configuração original. Destinada à divulgação de projetos e assuntos de interesse do magistério, a Revista do Ensino pode ser utilizada em sala de aula. No período 1991 - 1994 foram editadas oito (08) Revistas, que tiveram a numeração continuada a partir dos números anteriores numa periodicidade bimensal. A Revista do Ensino constitui-se ainda em importante apoio ao Projeto Melhoria da Qualidade do Ensino, através de edições especiais. Cada edição constava de 10.000 exemplares, distribuídos gratuitamente na rede escolar, Delegacias de Educação e Secretaria da Educação.</p> | <p>• Continuidade desta publicação, uma vez que a repercussão na rede escolar é positiva.</p> |

AÇÕES/PROJETOS: AÇÃO DIRETA NA REDE ESCOLAR

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| <p>Acompanhamento, controle e avaliação permanentes, permitindo correção de desvios no desenvolvimento do processo educacional, garantindo o cumprimento da legislação vigente.</p> | <ul style="list-style-type: none"> Inspeção e Supervisão Escolar desativadas no órgão central. | <ul style="list-style-type: none"> Organização do Departamento de Inspeção Escolar (DIE), junto à Diretoria Pedagógica, constituído por 11 (onze) inspetores, 01 (um) Administrador e 04 (quatro) Supervisores; | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Treinamento de 06 (seis) professores de cada Delegacia de Educação e da Diretoria de Divisão Escolar, para exercerem a título precário a função de Inspector de Ensino, num total de 180 pessoas; | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Elaboração de Instrumento de Avaliação Global da Escola, abrangendo recursos físicos e humanos, organização administrativa e pedagógica, instituições e serviços. Aplicação do instrumento nas escolas de 29 Delegacias de Educação e de Porto Alegre. | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> Realização de curso de aperfeiçoamento para Equipes Pedagógicas, com duração de 48 horas e participação de 90 técnicos das Delegacias de Educação; | |
| | <ul style="list-style-type: none"> Planos Globais das Escolas desatualizadas. | <ul style="list-style-type: none"> Análise dos Planos Globais de todas as Escolas, em ação conjunta com as Delegacias de Educação; | |

AÇÕES/PROJETOS: AÇÃO DIRETA NA REDE ESCOLAR

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Matrículas conforme o número de vagas existentes, nem sempre respeitando o zoneamento. • Não cumprimento da Lei 5692/71, no que diz respeito à Recuperação Terapêutica; • Existência de exames de seleção, desrespeitando as Constituições Federal e Estadual e o Estatuto da Criança e do Adolescente; • Regimentos outorgados desatualizados; | <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de critérios de matrícula por zoneamento, organizando-se postos de ajustamento de vagas por bairros na capital e maiores cidades; • Cumprimento da Lei 5692/71, artigo 11 e Parecer CEEB 231/82 que estabelece a Recuperação Terapêutica entre períodos letivos, compreendido como o 1º dia após o término do ano letivo anterior, até o dia que precede o início do ano letivo subsequente; • Extinção do exame de seleção em cumprimento às Constituições Federal (Art. 206) e Estadual (Art. 197) e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 53), que preconizam igualdade de condições para acesso e permanência na escola; • Revisão dos regimentos individualizados, corrigindo discrepâncias no capítulo referente à avaliação (muitas vezes os alunos já estavam reprovados antes do período de Recuperação Terapêutica); | |

AÇÕES/PROJETOS: AÇÃO DIRETA NA REDE ESCOLAR

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Bares nas escolas funcionando de forma irregular, comercializando alimentos sem controle de qualidade; | <ul style="list-style-type: none"> • Fechamento provisório de todos os bares escolares. Adoção de procedimentos e critérios para reabertura destes em local pertencente à área do imóvel da escola, através da Ordem de Serviço nº 05, de 10 de dezembro de 1991; | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Excesso de irregularidades apontadas por sindicâncias já realizadas, sem providências para correção dos desvios e outras sem providências para sua apuração. | <p>Realização de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sindicâncias • Ações Administrativas • Mandados de Segurança <p>Averiguações, adotando-se as providências cabíveis a cada caso.</p> | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de bibliotecas escolares na zona rural. | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Projeto "Caixas Bibliotecas", atendendo 1.290 escolas rurais | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Não cumprimento de preceito constitucional; | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares, previsto no Art. 218 Constituição Federal. Em funcionamento 14 Bibliotecas Pólo em Porto Alegre. | |

AÇÕES/PROJETOS: AÇÃO DIRETA NA REDE ESCOLAR

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Recursos Humanos desatualizados e em desvio de função, atuando nas Bibliotecas Escolares. | <ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento dos recursos humanos através da capacitação de professores e realização de Concurso Público e nomeação de bibliotecários; | <ul style="list-style-type: none"> • Manter a renovação dos acervos. |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de renovação do acervo das bibliotecas. | <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de 1.155.078 livros entre paradidáticos, didáticos, literatura infanto-juvenil e geral, técnicos de apoio ao professor (para atualização pedagógica), dicionários, Atlas, periódicos, 350 enciclopédias e 13.616 mapas, para a rede estadual; | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Distribuição de 336.040 livros didáticos para Escolas de 1º Grau (federal, estaduais, municipais e cenesistas) das 29 Des e DDE - Cbhv. MEC/FAE/SE, beneficiando 320.000 alunos, em 1992. | |

AÇÕES/PROJETOS: MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO NO RIO GRANDE DO SUL NUCLEAÇÃO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Cooperar com os municípios na execução das ações educacionais que visem à melhoria e a expansão da qualidade do ensino fundamental.</p> | <p>No Rio grande do Sul, em 1991, das 3.553 escolas estaduais, 1.535 tinham menos de 100 alunos. Nessas escolas 59.000 ocupavam 3.950 salas de aula, no que perfaz uma média de 12 alunos por sala de aula em apenas um turno (manhã ou tarde), ficando portanto, dois turnos ociosos, caracterizando má distribuição e falta de planejamento na localização das unidades escolares.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Parceria com Prefeituras Municipais para racionalização da rede pública de educação fundamental com vistas à melhoria da qualidade do ensino. ● Implantação de 1.447 escolas-pólo e desativação ou cessação de 3.374 escolas, entre municipais e estaduais. | <ul style="list-style-type: none"> ● Permanência do transporte escolar gratuito através de subvenção financeira para auxiliar na manutenção e no combustível. |
| | <p>A essa situação deve somar-se as condições físicas precárias, tanto dos prédios, como de equipamentos e material pedagógico.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ● Aquisição de 1.375 veículos repassados as 378 Prefeituras participantes. | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> ● Transporte de 74.728 alunos do ensino fundamental. | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> ● Construção e ampliação de 104 escolas-pólo da rede estadual. | <ul style="list-style-type: none"> ● Continuidade das obras em escolas-pólo da Rede Estadual. |
| <p>RECURSO INVESTIDO: US\$ 29.316.045,00</p> | | | |

AÇÕES/PROJETOS: MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO NO RIO GRANDE DO SUL NÚCLEAÇÃO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-------------|----------------------------|-------------------------------|
|---------------------|-------------|----------------------------|-------------------------------|

- Concessão de Auxílio Financeiro às Prefeituras para o Ensino de 1º Grau.
- Ao longo deste período, esta Administração preocupou-se em implementar ações cujos objetivos visaram a privilegiar a rede municipal de ensino, através de repasse financeiro para construção, ampliação e recuperação de prédios, aquisição de equipamentos e materiais escolares, bem como em honrar os compromissos assumidos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Municipal - PRADEM, que prevê o ressarcimento às prefeituras dos salários de professores municipais cedidos a escolas estaduais de difícil provimento.
- A manutenção do Acordo PRADEM faz-se necessária, uma vez que, em determinados municípios, os recursos humanos de escolas de difícil provimento são vinculados às Prefeituras. Os concursos promovidos pelo estado não têm sido suficientes para resolver essa situação.

RECURSO INVESTIDO:

US\$ 34.895.839,00

Fontes: Tesouro do estado
Salário Educação

AÇÕES/PROJETOS: MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO NO RIO GRANDE DO SUL NUCLEAÇÃO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | <p>Acordo de Municipalização do Ensino.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Este Programa, executado no período de 1991/1993, permitiu o ressarcimento de professores e servidores municipais, cedidos a escolas estaduais sob administração municipal, do qual participaram em torno de 105 prefeituras, 1.700 professores e 320 servidores (Encerrado em Março/93). <p style="text-align: center;">RECURSOS INVESTIDOS: <i>US\$ 5.746.584,00</i> Fonte: Tesouro do Estado</p> | <ul style="list-style-type: none"> • A comissão mista, indicada pelas respectivas Instituições deverá dar continuidade ao trabalho, em atendimento ao preceito Constitucional. |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Programa de Municipalização Gradativa, foi criada uma <i>Comissão Mista com representantes da SE e da FAMURS</i>, com vistas a realização de um anteprojeto de colaboração Estado/Município, em atendimento ao artigo 206 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. | |

AÇÕES/PROJETOS: REPASSE TRIMESTRAL

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Manutenção e Conservação da Rede Pública Estadual | <p>A Constituição Estadual do RS, no artigo 202, determina a aplicação de 35% da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino público e deste montante não menos de 10% deverão ser aplicados na manutenção e conservação das escolas públicas, através de transferências trimestrais de verbas que lhe garantam o funcionamento normal e um padrão mínimo de qualidade.</p> | <p>A partir de julho de 1991, implantação do REPASSE TRIMESTRAL de verbas à totalidade das escolas da Rede Estadual, tendo por critério nº de alunos matriculados em cada escola e nº de salas de aula, diferenciando-as por graus de ensino e tipologia (1º e 2º Graus, Escolas Técnicas, CIEPs, Escolas Agrícolas).</p> | <p>Permanência do REPASSE TRIMESTRAL, respeitando-se o preceito Constitucional para garantia do direito à Escola Gratuita e a expectativa da comunidade escolar, que aprovou totalmente esta medida governamental.</p> |
| | <p>Este preceito Constitucional, por não ter sido regulamentado, não vinha sendo cumprido, ficando a manutenção e conservação das escolas a cargo da Comunidade Escolar.</p> | <p>A administração direta do atendimento às necessidades das escolas permitiu:</p> | |
| | | <ul style="list-style-type: none"> • agilidade no atendimento; • atendimento às reais necessidades das escolas; • menor desperdício de materiais; • menor depreciação dos prédios e maior vida útil dos equipamentos e mobiliários; • melhor aproveitamento do patrimônio escolar e sensível redução na necessidade de aquisição de novos equipamentos; | |

AÇÕES/PROJETOS: REPASSE TRIMESTRAL

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • isenção de despesas de transporte para a distribuição de materiais de consumo às escolas. <p>TOTAL REPASSADO no período: US\$ 50.511.651,00 Fonte: Tesouro do Estado</p> | |

AÇÕES/PROJETOS: RECUPERAÇÃO DA REDE ESCOLAR

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| <p>Recuperação da Rede Estadual de Ensino, oportunizando condições ambientais favoráveis ao pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas, através da desburocratização dos procedimentos e da democratização nas definições das prioridades pela comunidade escolar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Totalidade das escolas da rede Estadual, necessitando de reparos; • Burocracia excessiva, processo licitatório envolvendo 11 procedimentos; • Demora dos processos gerando atendimento das necessidades. | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação do projeto MUTIRÃO, reduzindo de 11 para 2 o nº de procedimentos burocráticos • Ao longo do período, foram feitos 4.026 atendimentos em 3200 unidades escolares. O projeto visou à recuperação emergencial de prédios escolares, cujo estado de precariedade dificultava o exercício da atividade educativa. Numa primeira etapa, foram atendidos 45% dos prédios e, posteriormente, os restantes 55%. <p>RECURSOS INVESTIDOS: US\$ 66.354.695,00 Fontes: Tesouro do Estado Salário Educação Convênios</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Permanência do Sistema implantado, a fim de manter a rede física em plenas condições de funcionamento. <p>RECURSOS INVESTIDOS: US\$ 22.200.700,00 Fontes: Tesouro do Estado Salário Educação</p> | |
| <ul style="list-style-type: none"> • 122 obras iniciadas no Governo anterior. | <p>RECURSOS INVESTIDOS: US\$ 66.354.695,00 Fontes: Tesouro do Estado Salário Educação Convênios</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Concluídas 108 obras iniciadas no Governo anterior. | |

ACÇÕES/PROJETOS: EQUIPAMENTO E MOBILIÁRIO DA REDE ESCOLAR

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Melhoria das condições de trabalho nas escolas da Rede Estadual, oportunizando aos alunos condições plenas de aprendizagem.</p> | <p>Rede Estadual, apresentando precárias condições de equipamentos e mobiliário, ocasionando dificuldade no desenvolvimento do Trabalho de professores, funcionários e alunos.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Suprimento da Rede Escolar com equipamentos e materiais básicos, reaparelhando as escolas existentes e as novas construídas. - Mobiliário Escolar - Material de Cantina - Equipamentos de Cozinha - Mobiliário e acervo de bibliotecas - Recursos audiovisuais | <ul style="list-style-type: none"> • Manter o controle na aquisição de equipamentos necessários às escolas, a fim de preservar o pleno funcionamento das mesmas. |
| <ul style="list-style-type: none"> • O desconforto das salas-de-aula, principalmente nos meses de intenso calor, pode ser apontado como uma das causas de baixo rendimento do aluno e até mesmo da evasão escolar. Em 1991 - 10% das escolas tinham bebedouros instalados e nenhuma possuía ventiladores de teto. | <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria das condições das escolas numa preocupação com o conforto do aluno, através da aquisição de ventiladores de teto e bebedouros, beneficiando 96% dos estabelecimentos de ensino estaduais. | <p>RECURSO INVESTIDO: US\$ 48.928.668,00</p> <p>Fontes: Tesouro do Estado Salário Educação Convênio</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção dos equipamentos já existentes e aquisição para as escolas (4%) que não foram beneficiadas neste governo. |
| <ul style="list-style-type: none"> • Mobiliário escolar sucateado por falta de recursos para sua recuperação. | <ul style="list-style-type: none"> • Recuperação de mobiliário escolar executado através da delegação desta tarefa às Escolas, através do <i>Relatório Trimestral de verbas e da instalação de oficinas de restauração de mobiliário escolar em 06 Delegacias de Educação</i> | <p>RECURSO INVESTIDO: Incluído no valor acima.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Continuidade da sistemática adotada, garantindo manutenção e conservação permanente do mobiliário escolar. |

AÇÕES/PROJETOS: SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO ESCOLAR

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Desenvolvimento de programas e elaboração de convênios, a fim de melhorar o acesso, qualidade e permanência da clientela escolar.</p> | <p>A Rede Física configura-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • em precárias condições estruturais, manutenção e conservação insuficientes e sob responsabilidade da comunidade; • mínimas condições de segurança, dificultando o pleno desenvolvimento das atividades pedagógicas. | <ul style="list-style-type: none"> • Convênio com a CRT: desenvolvimento do projeto nenhuma Escola sem Telefone, através do qual foram instalados, no período 1991 a 1994: <ul style="list-style-type: none"> - 210 telefones públicos; - 78 telefones públicos comunitários; - 36 telefones semipúblicos; - 15 telefones com ramais representando 91,90% das escolas de Porto Alegre atendidas e 11,52% no interior do Estado. • Implementação do Projeto PM Residente. Atualmente 225 PMs residentes e 566 civis; • Construção de 60 casas de zelador em Porto Alegre, sendo: <ul style="list-style-type: none"> - 25 casas concluídas; - 05 casas com processos em rescisão. (Dados em novembro/94) | <ul style="list-style-type: none"> • Manutenção e ampliação dos convênios atingindo 100% das escolas com telefone. |
| <p>RECURSO INVESTIDO: US\$ 285.000,00 aplicados nas 30 casas > 25 concluídas 5 em rescisão Fonte: Salário Educação</p> | | | |

AÇÕES/PROJETOS: SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO ESCOLAR

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de projeto visando a oferecer um espaço seguro para guarda de equipamentos nas escolas de Porto Alegre que apresentam maior incidência de furtos, através de grades em portas, janelas, bebedouros e equipamentos eletrônicos e audiovisuais, em 72 escolas de Porto Alegre. | <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a segurança dos equipamentos, ampliando a colocação de grades nas restantes escolas que apresentam problemas de furtos constantes. |
| <p>RECURSO INVESTIDO: US\$ 76.682,79 Fontes: Tesouro do Estado Salário Educação</p> | | | |

AÇÕES/PROJETOS: ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Coordenação da política da educação física e desportos do Estado, propiciando à comunidade escolar o acesso à recreação, esporte e lazer como meio de formação integral do educando, apoiando o desporto comunitário e a prática do esporte amador.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Instalações e equipamentos da Subsecretaria de Desporto, em estado precário, com ginásio sinistrado (incêndio) e falta de conservação e manutenção; | <ul style="list-style-type: none"> • Instalação de nova Central telefônica, fax e telex; - As obras de reconstrução do Ginásio iniciaram ainda em 1991 e foram concluídas em 1992; - Informatização da Subsecretaria e aquisição de: 1 notebook, 1 microcomputador 486, 1 impressora e locação de 1 microcomputador 386, 2 terminais e 3 impressoras; | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de projeto pedagógico aliado o ensino formal à prática desportiva que leve à formação de atletas; | <ul style="list-style-type: none"> • Construção e implantação do CIEP Mané Garrincha dentro da estrutura do CETE (CENTRO DE TREINAMENTO ESPORTIVO), com proposta voltada para o desenvolvimento integral da criança com ênfase na prática de esportes. | <ul style="list-style-type: none"> • Continuidade das ações propostas e implementação da prática desportiva; |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento de 875 alunos, distribuídos em três Calendários; as instalações do CIEP beneficiam ainda a clientela frequentadora do CETE, ampliando esse atendimento para a comunidade. | <ul style="list-style-type: none"> • Implantação de Colônias de Férias na serra, observando-se a nova estrutura do Calendário Escolar, oportunizando a realização de 3 eventos anuais atendendo aproximadamente 1.080 alunos; | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de novos projetos buscando maior participação da comunidade. |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Pequeno nº de alunos em Colônias de Férias, realizadas exclusivamente no litoral; | | |

AÇÕES/PROJETOS: ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Material esportivo existente nas <i>DEs insuficiente;</i> • Inexistência de material e equipamentos específicos para ginástica olímpica e ginástica rítmica; | <ul style="list-style-type: none"> • Implementação da Colônia de Férias no litoral, aproximadamente 3.400 alunos matriculados em escolas estaduais; • Treinamento de 970 acadêmicos de Educação Física, para atuarem nas Colônias de Férias do litoral e ser- ra; • Aquisição de material esportivo <i>para as escolas em todas as Delegacias de Educação, totalizando 3.557 escolas atendidas;</i> • Aquisição de "kits" de material esportivo e recreativo distribuídos a 110 Prefeituras e 20 entidades comunitárias; | |
| | <ul style="list-style-type: none"> • Frota de veículos sucateada e insuficiente para o transporte de alunos e atletas (01 veículo Parati e 03 ca- minhão); | <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de equipamentos para ginástica rítmica desportiva e ginástica olímpica, musculação e laboratório de pesquisa; • Aquisição de 02 veículos kombi para o transporte de alunos e atletas, e 01 Elba para serviços administrativos; | |

AÇÕES/PROJETOS: ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de implementação na participação esportiva, nos jogos e projetos desenvolvidos pela Subsecretaria, atendendo um maior número de alunos e atletas, destacando os que evidenciam habilidades desportivas. | <ul style="list-style-type: none"> • JOGOS ESCOLARES DO RIO GRANDE DO SUL (JERGS) Em 1991 e 1992 foi dado continuidade à proposta que já vinha sendo executada. Em 1993, optou-se pela inovação, ao se introduzir na fase final, os "Jogos da Primavera", congregando 8.000 escolares de todo o Estado, por um período de duas semanas. • JOGOS INTERMUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL (JIRGS), congregando 300.000 atletas no período, em ação conjunta com as federações e municípios; • JOGOS ESTUDANTIS BRASILEIROS (JEBs), com a participação de atletas do Rio Grande do Sul nos jogos realizados em São Paulo (1991), Santa Catarina (1992) e Pernambuco (1994); • JOGOS DO CONE SUL (JCS), com a participação de atletas em 1992 em Santiago do Chile e em 1994 em Buenos Aires (Argentina); | |

AÇÕES/PROJETOS: ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1994 |
|---------------------|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | | <ul style="list-style-type: none"> • JOGOS DA CRIANÇA (JC), atendendo em 1992, 50.000 escolares durante 06 meses; • Implantação dos Projetos: <ul style="list-style-type: none"> “Itinerante de Recreação e Lazer”, possibilitando a participação de 114.000 crianças e adolescentes de várias localidades do Estado, em eventos recreativos; “Criança Sãdia” realizado no período 1991/1992, em conjunto com as Secretarias da Saúde e da Agricultura, possibilitando o atendimento de 1.100 crianças de famílias de baixa renda, com o fornecimento de alimentação, atividades de lazer e recreação e noções de higiene pessoal; “Se eu fosse um peixinho” atendendo aproximadamente 500 alunos matriculados na rede estadual de ensino do 1º Grau, em escolas particulares de natacão, visando a proporcionar a prática da natacão utilitária e o acompanhamento de doenças respiratórias; “Pinte y 7 no CETE” atingindo 3.500 alunos de escolas estaduais localizadas nas proximidades do CETE; | |

AÇÕES/PROJETOS: ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | | <p>“<u>Veteranos da Educação Física</u>”, com atendimento a professores de Educação Física aposentados;</p> <p>“<u>Recreação na 3ª Idade</u>” que possibilitou o atendimento a 1.400 idosos, vinculados a diversas entidades assistenciais de Porto Alegre, integrando-se a comunidade de forma lúdica;</p> <p>“<u>Cada Criança uma Vencedora</u>” em ação conjunta do CEFÉ com escolas estaduais, atendendo 500 crianças (recreação com base de fundamentação no atletismo);</p> <p>“<u>Baby-Class</u>”, atendendo, no período, 500 crianças com atividades físico-motoras de base, na faixa etária dos 04 aos 05 anos.</p> | |
| <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento reduzido da comunidade, no CEFÉ (Centro Estadual de Treinamento Esportivo); | <ul style="list-style-type: none"> • No período, foi feito um atendimento mensal a, aproximadamente, 3.100 alunos, nas modalidades de handebol, voleibol, ginástica rítmica, basquetebol, futebol de campo, judô, atletismo, ginástica olímpica e dança contemporânea. | <ul style="list-style-type: none"> • Além do atendimento a deficientes físicos e visuais na prática desportiva, foi feito o acompanhamento dos atletas, com a realização de exames médicos, avaliação de classe funcional e em competições de nível regional, nacional e internacional; | |

AÇÕES/PROJETOS: ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO

| POLÍTICAS SETORIAIS | DIAGNÓSTICO | EXECUTADO (1991 - 1994) | PROJEÇÕES A PARTIR DE 1995 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Desarticulação da SUDESP com outros órgãos regionais que atuam na área do esporte amador e estudantil. | <ul style="list-style-type: none"> • Apoio técnico ao Conselho Regional de Desportos (CRD), através de assessoramento na elaboração de projetos e atividades desenvolvidas, além de ações conjuntas; • Supervisão e assessoramento a coordenadores de Educação Física das 29 Delegacias de Educação, tendo sido realizados 10 (dez) encontros regionais no período 91/94. | |
| TOTAL INVESTIDO: US\$ 3.888.995,00 Fontes: Tesouro do Estado Salário Educação e Fundo Especial Des- porto (FUNDESP) | | | |

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O período de governo 1991-1994, na Secretaria da Educação, caracteriza-se pela prioridade dada a esta área no Plano Plurianual, o que pode ser comprovado pelos resultados obtido e que se encontram descritos no item "Realizações" deste documento.

Durante três(3) anos e dez(10) meses - 15 de março de 1991 a 31 de dezembro de 1994 - a Secretaria da Educação implantou e desenvolveu todas as ações e projetos previstos no Plano de Governo e acrescentou outros, conforme as necessidades surgidas.

Ao montar este relatório, houve a preocupação em deixar indicadas algumas "projeções", ou seja, ações que deverão ter continuidade, uma vez que os resultados obtidos foram positivos.

A preocupação básica, norteadora de todo o trabalho desenvolvido, foi o acompanhamento, controle e avaliação permanentes, tendo sido realizados, a cada ano, seminários de avaliação, envolvendo toda a estrutura (Órgão Central, Órgãos Regionais e estabelecimentos de ensino).

Desta forma, foi possível a correção de desvios, bem como a promoção de ajustes na estrutura.

Cabe destacar, como altamente positiva, a instalação da Secretaria em nova sede, junto ao Centro Administrativo do Estado, com 9.000 m², num único andar - plataforma - concebida para desenvolver uma administração - "holística", permitindo agilidade de fluxos, modernização da estrutura e o conseqüente aumento da eficiência trazida pela total informatização de todos os setores.

O aluno - centro do processo - foi o maior beneficiado. O expressivo aumento das matrículas pela implantação dos projetos "Calendário Rotativo", "Centros Integrados de Educação Pública", "Nucleação de Escolas", "Repasse Trimestral", entre outros, comprova a plena realização dessa meta.

O professor - elemento-chave do processo - mereceu atenção especial. Antigas reivindicações da categoria, como a atualização e o aperfeiçoamento foram proporcionados por este governo, a 100% do magistério. Além disto, a racionalização de pessoal, embora tenha levado a muitos desgastes no campo pessoal e político, resultaram em um verdadeiro enxugamento, diminuindo o número de pessoas e permitindo a todos os que estão na função terem suas condições de trabalho melhoradas. As escolas foram recuperadas, dotadas de equipamentos e, com sua manutenção garantida pelo Repasse Trimestral. Ainda, desde o primeiro mês de governo, o Estado cumpriu o

compromisso de pagar em dia os salários, o décimo terceiro e as vantagens pessoais.

O rigoroso cumprimento da legislação pautou, em todos os momentos, o esforço para manter o controle. O grande número de sindicâncias realizadas, bem como a correção dos desvios encontrados, demonstram o trabalho desenvolvido. Dentre as muitas ações judiciais enfrentadas e todas com resultados favoráveis, pode-se citar: a ação direta de inconstitucionalidade da eleição para diretores de Escolas, o Calendário Rotativo e o Calendário Escolar, entre outras, que foram à julgamento, inclusive, no Supremo Tribunal Federal, demonstrando a constante preocupação com a legalidade dos atos.

Dessa forma, também, a aplicação dos recursos financeiros, das diversas fontes, desenvolveu-se de forma a equacionar os graves problemas encontrados, em ordem de prioridade. A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul preconiza a aplicação de, no mínimo, 35% da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, o que foi plenamente executado, ultrapassando-se, inclusive, esse percentual, na média do período de governo.

O Rio Grande do Sul destacou-se junto ao Ministério da Educação, no período 91/94, como um dos Estados que recebeu e aplicou os recursos repassados (Salário Educação e Convênios), tendo sempre a definição de prioridades - Projetos - conforme plano de Governo, evitando-se a pulverização dessas verbas.

Este governo entrega a área da educação com um grande volume de obras que aí estão para ficar, com as 94 (noventa e quatro) escolas de turno integral (Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs - e Centros de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente-CAICs), dotadas de infra-estrutura capaz de enfrentar as necessidades da educação no ano 2.000. Alguns questionamentos surgiram ao longo do governo, quanto à necessidade da construção e implantação dessas escolas em municípios com população reduzida. No entanto, cabe ressaltar que, ao projetar essas escolas, pensou-se, sobretudo, em dotar essa ou aquela comunidade, de uma escola de qualidade. Ao estabelecer no CIEP uma escola-pólo, muitas pequenas escolas, sem infra-estrutura foram fechadas, independente de serem estas estaduais ou municipais. O transporte escolar veio complementar essa ação, oferecendo escolarização a crianças que ainda não haviam tido essa oportunidade, bem como àquelas que já haviam abandonado os bancos escolares.

O Calendário Rotativo, uma proposta que mobilizou a comunidade, que alterou os hábitos, que mexeu com preconceitos, foi alvo de críticas provenientes de setores que dele não se beneficiaram. Todas tornaram-se inconseqüentes diante dos fatos e dos dados. Tendo sido

adotado em um reduzido número de escolas, que representam em torno de 3% da rede estadual, beneficiou um significativo número de alunos, principalmente das periferias urbanas, que tradicionalmente ficavam sem escola.

A Comunidade foi, ainda, beneficiada com a eliminação das taxas de CPM. Hoje é o governo que se preocupa com a manutenção da Escola. Cumprindo outro preceito constitucional, ainda no primeiro ano de governo (julho de 1991), implantou-se o Repasse Trimestral, que atingiu um montante de US\$ 45,36 milhões no período 91/94, aplicados na conservação do patrimônio escolar, material didático, material de limpeza e outros gastos, administrados pela própria comunidade escolar.

No tocante às recomendações, que podem ser traduzidas em "Projeções a partir de 1995", cabe ressaltar a importância de serem mantidos os critérios de racionalização dos recursos humanos, sob pena de voltar a ocorrer a situação anterior; em março/91 a média de alunos por professor era de doze(12) e hoje estamos com uma média de dezenove(19). Destacamos, ainda, a necessidade de aperfeiçoamento e a continuidade dos sistemas de informatização implantados como garantia da manutenção do controle e acompanhamento permanentes.

A estrutura organizacional da Secretaria da Educação foi proposta como parte integrante da Reforma Administrativa do Estado. No entanto, não foi homologada pela Assembléia Legislativa, gerando um funcionamento dessa estrutura em caráter "de fato" e não "de direito". Impõe-se, por isso, que seja resolvido esse aspecto legal.

A conclusão das obras e da implantação de onze(11) CIEPs, cujos recursos financeiros acham-se garantidos no orçamento de 1995, proporcionará um acréscimo de onze mil vagas, aproximadamente, além de oferecer a esses municípios a garantia da escola de qualidade, com o turno integral.

O Calendário Rotativo - Aproveitamento Integral do Espaço Escolar - foi a fórmula encontrada por este governo, para solucionar o problema de falta de vagas e algumas questões como a ociosidade dos prédios escolares, a falta de um período determinado para aperfeiçoamento dos professores, entre outros. Para atender a demanda de excedentes, divulgada em 1991, era necessário construir 2.000 salas de aula novas ou 200 escolas com (10) salas cada uma. Se isso tivesse sido feito, não seria possível a recuperação de quase 100% da rede escolar, através do Projeto Mutirão e a construção dos cinquenta e cinco(55) Centros Integrados de Educação Pública, já em funcionamento, espalhados por todo o Estado do Rio Grande do Sul.

O Ensino Técnico, embora tenha merecido atenção especial, permanece com o problema dos recursos humanos, cuja escassez prejudica a implementação de uma proposta pedagógica que leve essa área de ensino a uma real melhoria da qualidade. As escolas agrícolas tiveram uma real diminuição de seu custo através da produção para auto-sustentação, ficando como projeção a implementação dessa meta, que prevê o troca-troca com as escolas da rede estadual próximas, cujos reflexos se farão sentir, principalmente, na merenda escolar.

A continuidade de outras ações e/ou projetos, como: Nenhum Adulto Analfabeto, Educação Ambiental - Pró-Guaíba, Educação na Televisão, Revista de Ensino, Nucleação de Escolas, Segurança do Patrimônio Escolar, Programa Estadual de Crédito Educativo, Esporte, Lazer e Recreação, entre outros, implantados e descritos no corpo deste documento, impõem-se como necessidade uma vez que seu desenvolvimento já faz parte da expectativa da população escolar do Rio Grande do Sul.

É evidente que o governo que assume em janeiro de 95 imprimirá características próprias e certamente trará novos projetos. A partir deste Relatório, poderá ter uma visão global de tudo o que foi realizado no período 1991-1994, servindo, certamente, de subsídios para o incremento de suas metas.

Na certeza de que foi um caminho árduo e de rupturas; mas necessário para reverter a inoperância conformista que caracterizava a área da educação em nosso estado até 1991, implantou-se uma verdadeira Revolução na Educação, não apenas no discurso oficial, mas juntando-a à prática. A priorização da Educação concretizou-se na ação política e na consciência de que, se quisermos que alguma coisa mude, cabe a nós, governo, promovermos as mudanças.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

EM 1994

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

| PROJETOS/AÇÕES | EXECUTADO |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ÁREA PEDAGÓGICA | |
| 04. Sistema de Acompanhamento Integral do Espaço Escolar | - A complexidade do calendário relativo possibilitou a realização de 47.200 aulas em 1994 em execução de 1995 |
| 07. Melhorar a Qualidade do Ensino | - A realização de cursos e cursos subsidiados com a realização das atividades de distribuição de material técnico pedagógico, Técnico Agrícola Industrial e Comercial, Preparação para o Trabalho, Ensino Superior, Educação Especial e Ensino Fundamental, atingindo 87.000 professores e 12.000 especialistas em educação. |
| 08. Implantação dos CIPES | - Relatório na área de Recursos Humanos e materiais |
| 09. Normas Adotadas Anualmente | - Nesse caso, foram adotadas novas estratégias de divulgação e distribuição de material técnico pedagógico, através da participação efetiva da sociedade, representada por entidades de classes, empresas privadas, casas de religião, associações, clubes, organizações escolares, entre outras, a que resultou em um aumento de recebimentos e a atualizada quanto à sua proposta de alfabetização. |
| 06. Treinamento de nutricionistas, secretárias, merendeiras e responsáveis pela manutenção escolar | - Tudo o quadro de pessoal em atividade no período recebeu treinamento para qualificação de seus serviços. |
| 05. Estabelecimento de convênios para ampliar o atendimento em nível escolar | - Concessão de bolsas de estudo a 228 alunos em educação especial e a 488 alunos do 2º grau. |
| 07. PROJETO: PRO-GUABA | - Criação do Centro de Estudos e Desenvolvimento Participativo na organização de eventos realizados no Estado. Habitação de projetos em parceria com a CERUR e Prefeitura Municipal de Ponta Alegre, através do DMLU, e com a Secretaria Estadual de PRO-GUABA. Distribuição de 16.000 exemplares do Subvício de Educação Ambiental, nºs 3, 4 e 5. Divulgação de 1.500 exemplares de artigos e elaborados por 7000 cursos que participaram do Curso de Pós Graduação em Educação Ambiental. Organização e divulgação de 3.000 exemplares do documento "Ação e Responsabilidade do Plano de Terra dependa de..." |
| 08. Atuação de subsecretários de apoio tecnológico | - Implantados os subsecretários de apoio, 17 e 30%, e realizados cursos de capacitação de recursos humanos para a utilização de recursos audiovisuais em escolas e subsecretários. Houve a utilização do acervo de recursos audiovisuais, beneficiando escolas da capital e do interior do Estado. O CREAL deu continuidade à realização de oficinas pedagógicas, atingindo 287 professores e supervisores de educação. |
| 09. Revista do Ensino | - A revista do ensino foi editada trimestralmente, com uma tiragem de 10.000 exemplares por bimestre. |

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

| PROJETOS/AÇÕES | EXECUTADO |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>ENSINO MÉDIO</p> <p>01. Criação de condições necessárias para a implantação de 100 escolas estaduais de ensino médio, respectivamente o bem funcionamento dos cursos em andamento e a demanda de matrículas.</p> <p>02. Subsídios às escolas de ensino médio quanto à criação de projetos e planos, envolvendo atividades de ensino didático-pedagógico-produtivo.</p> | <p>Aquisição de equipamento e material didático para as comunidades de atividades de ensino-pedagógicas nos Centros de Ensino da Rede Estadual.</p> <p>- Distribuição dos sistemas de controle e distribuição de recursos didático-pedagógicos, incluindo no processo de implantação e agilização da entrega de DI e Unidades Escolares com o mesmo que já em circulação, a nível de ensino médio.</p> <p>- Repasse de material didático e subsídios específicos às Escolas Estaduais de 2.ª e 3.ª grau.</p> <p>- Atendimento das reivindicações das Escolas Estaduais Agrícolas através de assessoramento e dos Planos de Repasse Tecnológico, através do Equipe Técnica do DE-MDF e DDAE.</p> |
| <p>03. Desenvolvimento de uma proposta estruturada em cursos curriculares, tais como: Educação Ambiental, Projeto Remoável e Material.</p> | <p>- Envio de 3 subsídios sobre Material, 3 de Educação Ambiental, 2 de Projeto Remoável, atendendo aos anseios das Escolas, tendo sido elaborados em conjunto com as Escolas, havendo intervenções entre Escolas das partes do Cene-Sul, principalmente no Projeto Curricular Material.</p> |
| <p>ENSINO SUPLETIVO</p> <p>1.1. Melhorar a qualidade de educação de jovens e adultos.</p> | <p>- Foram implantadas 3 módulos de Orientação do Ensino Supletivo (NOSES).</p> <p>- Foram implantadas 15 NOSES, 6 Centros de Ensino Supletivo e 7 Centros Rurais de Ensino Supletivo (CRESE).</p> <p>- Todas as modalidades supletivas foram beneficiadas com palestras.</p> <p>- 45 NOSES e 6 CTS receberam Módulos.</p> <p>- Revisão e retribuição de Módulos de Espanhol.</p> |
| <p>02. Recusos Pedagógicos</p> | <p>- Algumas manutenções e combustíveis.</p> |
| <p>03. Cursos supletivos</p> | <p>- Realização de Exames Supletivos de Educação Geral de 1.ª e 2.ª Graus e Qualificação Profissional.</p> |

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

| PROJETOS/AÇÕES | EXECUTADO |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>ÁREA ADMINISTRATIVA</p> <p>01. Implantação do Sistema de Informações Pessoais em nível Estadual - SIPP</p> <p>02. Implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho em nível Estadual - SIDA</p> <p>03. Planejamento estratégico de todos os Departamentos do Recôncavo de Feira</p> <p>04. Implantação do Sistema Estadual de Ensino</p> | <p>- Conclusão da implantação do SIPP no SP e nos 25 DIs. Por fim, com a conclusão da implantação do SIPP em nível estadual todos os dados foram consolidados e encaminhados para a elaboração do Relatório de Gestão do SP, com ênfase especial na área de Recursos Humanos, com a apresentação de propostas de melhorias, com a apresentação da proposta de implantação do SIDA, e finalmente, com o planejamento estratégico das ações do Departamento de Recursos Humanos.</p> <p>- Aplicação do instrumento de Avaliação de Desempenho em nível estadual e realização de 5 treinamentos em serviço, com a realização de 100 reuniões de trabalho e 100 reuniões de trabalho em cada departamento.</p> <p>- Participação de 1.571 diretores em cursos de atualização em administração e gestão.</p> <p>- Implantação e manutenção do SIPP, Sistema de Informações Pessoais, BIP, Banco de Dados de Pessoal, ACS, Acompanhamento das Obras do SP, e Censos Funcionários em 100% dos DIs e no SUDESP. Implantação e execução do sistema INE, dando continuidade ao projeto de informatização dos estabelecimentos de ensino, com a realização de 100 reuniões estaduais, 100 reuniões de trabalho, 100 reuniões de trabalho e 100 reuniões de trabalho, com a realização de 100 reuniões de trabalho e 100 reuniões de trabalho em 1994 e a realização de coleta de dados do ensino suprativo.</p> |

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

| PROJETOS/AÇÕES | EXECUTIVO |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ÁREA DE RECURSOS FÍSICO-FINANÇEIROS | |
| 01. Projeto Matinas | - Obras de recuperação em 694 prédios escolares |
| 02. Implantação de Centros Integrados de Educação Pública | - Conclusão das obras de construção de 2 CIEPs, funcionamento nos municípios de Grammaté, Cajalente e do Sal. Fátima, Ligeia, Viana, Ligeia, Peixos e Sapatim |
| 03. Suprimento da rede escolar com equipamentos e materiais básicos | - Aquisição de mobiliário e equipamentos básicos para o funcionamento de 34 CIEPs e 1.550 escolas estaduais |
| 04. Expulso do Projeto Integrado Aplicado à Educação | - Implantação de 7 salventes, perfuradores à 3", 2", 8", 14", 18" e 30" DPs, 12 Inversões de Alimentação em escolas de ensino fundamental, 5 laboratórios de escolas de ensino técnico localizadas em Porto Alegre e no interior de Estado, 8 telefonia 11.268 alunos da rede pública estadual |
| 05. Suprimento das escolas técnicas | - Estímulo passivo a partir da área |
| 06. Implantação de reposse instrumental | - Repossição R\$ 15.987.018, para manutenção e conservação das escolas estaduais |
| 07. Concessão de auxílios financeiros às prefeituras municipais para o ensino de 3ª Grada | - Repossição de recursos financeiros para compra de passagens, aquisição de veículos e reformas em escolas. Realização de concursos municipais para o pagamento de 2.029 professores e 1.377 funcionários. Condições de trabalho das escolas estaduais, redução de 987 professores estaduais de \$MTCs e aquisição de material didático, em atendimento ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Municipal - PRADIM; O acordo PRADIM vig. até 31/12/94 |
| 08. Nucleação - empacotamento da rede escolar em conjunto com as prefeituras | - Trabalho adotado das 2.000 Kombis, atingindo 362 municípios, e realizadas 107 obras em escolas integrantes do projeto |
| 09. Segurança nas escolas | - Realização de 41 obras de gradeamento de escolas, em andamento nos projetos piloto implantado neste ano |
| 10. Uniformes e kits escolares | - Aquisição e distribuição de 250.000 pares de meias e 22.000 conjuntos para a compra de uniformes matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental |

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

| PROJETOS/AÇÕES | EXECUTADO |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ÁREA DE RECURSOS HUMANOS | |
| 91. Redução do número de professores e funcionários nos Estados do SE e dos DFs. | - Realizou-se uma redução de 133 pessoas no período compreendido entre janeiro e setembro. |
| 92. Retorno dos professores vedidos nos atos legais. | - Reserva de 247 professores. |
| 93. Nomeação de professores e de especialistas em educação. | - Nomeadas 7.528 professores e 2.133 especialistas. |
| 94. Contratação emergencial de professores. | - Contratação emergencial de 3.448 professores nas áreas 1, 2 e 3, em disciplinas cujo banco de contratação apresentava-se zerado. |
| 95. Nomeação e contratação em regime de férias. | - Nomeados 443 funcionários de quadro técnico-científico, contratado emergencial de 3.317 funcionários do quadro geral e de 1.29 estrangeiros detidas. |
| 96. Regularização de processos e expedientes relativos à área administrativa de professores. | - Fecho de 8.349 processos concluídos 2.774. |
| 97. Programa de qualificação profissional dos servidores do SE, DFs e escolas. | - Realização de 65 cursos, com emissão de 2.122 certificações. |
| 98. Programa Valorização da Vida. | - Realização de 3 seminários de capacitação em Prevenção à Droga, envolvendo 830 participantes. - Realização do II Encontro Estadual de Serviços de Prevenção ao Consumo de Drogas, com 300 participantes. - Realização do II Encontro de Dirigentes de Escola para divulgação e oferta dos resultados dos pesquisas realizadas em 1992. |
| 99. Assistência a servidores da rede estadual de ensino. | - Realizados 584 atendimentos de suporte psicológico e prestação de serviço de orientação a 428 servidores. |
| 100. Desenvolvimento de pesquisa, levantamentos estatísticos de licenças, aposentadorias e afastamentos diversos. | - Foram concedidas 4.397 licenças, 3.113 aposentadorias e 2.462 afastamentos diversos. |
| 101. Programa de Exatidão Profissionalizante. | - Foram contratados 230 estagiários que atuam em todas as Diretorias da SE. |
| 102. Participação do Governo do Estado no Pacto pela Infância. | - Organização do Reunião de Avaliação dos 400 Dias, que contou com a participação do Senhor Governador do Estado, representantes da SE e da UNICEF. |

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

| PROJETOS/AÇÕES | EXECUTADO |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>ÁREA DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO</p> <p>12. Participação em Rênis Jogos Psicológicos Básicos</p> <p>13. Realização dos Jogos Internacionais do Rio Grande do Sul.</p> <p>14. Realização de Cursos de férias</p> <p>15. Preparação do Projeto Itinerante de Recreação e Lazer</p> <p>16. Projeto Social em preparação</p> <p>OUTROS EVENTOS</p> | <p>- Participação da delegação do Rio Grande do Sul nos II-B, realizados em Curitiba, de 21 a 24 de julho, com atletas, técnicos e dirigentes</p> <p>- Realização dos JRGCS, com participação de 20 municípios, visando à criação de projetos</p> <p>- Realização de três colônias de férias nos meses de janeiro e fevereiro, em Torres e Capão da Canoa, onde foram atendidos 1.000 escolares em três e uma Colônia de Sustentação, ambos em parceria com o CIP-P de Itaipuaçu, que atende às crianças carentes da Rede Pública Estadual de Porto Alegre.</p> <p>- O projeto compreende a comunidade de diversas municipalidades do Estado, beneficiando aproximadamente 2.000 crianças e adolescentes com atividades recreativas</p> <p>- O projeto prevê em escolas estaduais de Porto Alegre, com participações de 20 professores</p> <p>- Realização dos II Jogos Artísticos, realizado entre de 15 a 16 de maio de 6 escolas beneficiadas, no período de 21 a 27 de maio em Venâncio Aires</p> <p>- Construção, junto ao CIP-P Municipal, de pista de atletismo de 8 tochas, com pista paralela, para o desenvolvimento de seu município, clube de esportes.</p> |

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

| PROJETOS/AÇÕES | EXECUTADO |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p style="text-align: center;">ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL</p> <p>Melhoria no atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais</p> | <p>- Cento e oito professores habilitados para atendimento escolar, nas áreas de deficiência múltipla, visual e síndrome do autismo. Atualização de 40 professores da rede estadual em Educação Especial e Pré-Escola.</p> <p>Fornecimento de recursos pedagógicos às IEFs e IEBs para o desenvolvimento de atividades nas diferentes áreas da Educação Especial, inclusive na de superdotados.</p> <p>Aquisição de 3 microônibus para o transporte de alunos deficientes físicos.</p> <p>Desenvolvimento do projeto piloto "Ingressar precoce a crianças cegas no ensino de 1º Grau, implantação do PAE de 1º Grau Anne Frank, cuja continuidade está prevista, neste ano, com a turma de 2ª série e a instalação de mais uma turma de 1ª série.</p> |

3.2 - SECRETARIA DA CULTURA (SEDAC)

Os principais problemas encontrados na área cultural do Estado eram muito graves, principalmente por ocupar a estrutura física e administrativa da própria SEDAC, que se encontrava em prédio com instalações inadequadas, sem regimento interno e sem quadro de pessoal próprio. Além disto, podemos citar: os Centros de Desenvolvimento da Expressão (CDE'S) e o Instituto Estadual da Livro (IEL), que também estavam sem sede; o Museu Antropológico em processo de despejo; o Museu do Carvão abandonado; o Museu Histórico Farroupinha com a LBA ocupando grande parte das dependências do prédio; o Museu de Artes do Rio Grande do Sul em precárias condições; o Museu Júlio de Castilhos, com graves problemas de edificação; o Museu de Comunicação Social fechado, o Museu Arqueológico necessitando de reformas no prédio, o Arquivo Histórico com a parte de catalogação e consulta totalmente ultrapassada; o Teatro de Arena inativo, sem programação e sem equipamentos, o Parque Histórico Bento Gonçalves da Silva totalmente abandonado, e os Institutos Estaduais de Artes Visuais, de Artes Cênicas e de Música sem as funções determinadas. As Bibliotecas, por sua vez, encontravam-se abandonadas, com acervo estagnado, restaurações por fazer e sem um intercâmbio entre si; os Institutos Estaduais de Cinema sem programação adequada e sem condições de trabalho e de espaço físico.

Quanto às Fundações (OSPA, RTVE, IGTF e TSP) apresentavam problemas nos prédios; sem uma política cultural objetiva e direta; com profissionais em acúmulo de função e com seus equipamentos de trabalho já em fase de deterioração.

ATUAÇÃO

Na gestão 1991/1994, foram propostos para a área da cultura os seguintes objetivos:

- a) Proporcionar condições de exercício da orientação, controle, acompanhamento, desenvolvimento e avaliação de projetos e atividades culturais.
- b) Atuar no processo de educação permanente da população atingida pelos sinais de Rádio e TV.
- c) Colaborar para o desenvolvimento sócio-cultural da comunidade, com vistas ao atendimento das necessidades e interesses da população, através de programas de educação cultural.

- d) Produzir e transmitir programas educativos, culturais, informativos, de utilidade pública e lazer.
- e) Proporcionar condições para a manutenção da Fundação (FTSP), bem como organizar e executar a programação artística do Teatro São Pedro.
- f) Difundir a música erudita no Rio Grande do Sul, dando ênfase à integração no Cone Sul.
- g) Proporcionar o estudo de música erudita e canto à comunidade.
- h) Promover a pesquisa, documentação e divulgação das manifestações folclóricas e tradicionalistas do Rio Grande do Sul (IGTF).
- i) Realizar o reaparelhamento técnico-administrativo e treinamento de pessoal (IGTF)
- j) Garantir e preservar a prestação de serviços culturais regulares, sistemáticos e ininterruptos à comunidade pelas Instituições Culturais, resguardadas suas áreas de atuação, especificidade e competência (SEDAC).
- k) Realizar trabalho que atenda, no mínimo, às exigências de uma política de ação voltada à comunidade e em consonância com objetivos sócio-político-culturais da administração estadual (SEDAC).
- l) Preservar o Patrimônio Cultural do Estado (SEDAC).
- m) Desenvolver, incentivar e estimular as manifestações de expressão, produção e pesquisa cultural (SEDAC).
- n) Promover integração cultural entre as regiões do Estado (SEDAC).
- o) Desenvolver trabalho de ação cultural na ponta da sociedade (SEDAC).
- p) Assegurar a identidade, formação, expressão e manifestação cultural de todos por igual, nas diversas áreas de atuação artístico-cultural (SEDAC).

REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91/94

As principais realizações nesta gestão, visando a atingir os objetivos propostos e no intuito de um maior

desenvolvimento sócio-cultural da comunidade, buscou maximizar o uso dos espaços culturais existentes.

Produzir e transmitir programas educativos, culturais, informativos, de utilidade pública e lazer integraram a programação da Fundação Rádio e Televisão Educativa, com a finalidade de atuar no processo de educação permanente da população.

Colaborando para o desenvolvimento sócio-cultural da comunidade, a SEDAC lançou o Programa Autor Presente, desenvolvido junto a Escolas Estaduais, através de debates do escritor com estudantes de 1º e 2º Graus; o Programa Tele-livro, com empréstimo domiciliar por atendimento telefônico; a reativação do Carro Biblioteca (biblioteca ambulante que presta atendimento à população da periferia, praças e vilas carentes da região metropolitana). Realizou, também: festivais de teatro e dança na capital e interior; Verão Cultural - com aproximadamente 482 espetáculos em 40 municípios de Estado, proporcionando lazer para os gaúchos nos meses de verão; Projeto Carreta da Cultura, com um veículo equipado com palco sonorizado, que percorre vilas, escolas e associações comunitárias da região metropolitana e interior do Estado.

Com o propósito de valorizar a manifestação cultural existente no Estado, bem como incentivar novos valores, foram desenvolvidos encontros semanais, oficinas e palestras, visando a divulgar os grupos artísticos, com intercâmbio entre regiões e capital.

Objetivando estimular, em cada município, uma organização que congregue todos os segmentos da comunidade e proporcione condições para que as mais diversas regiões sejam representadas dentro do processo cultural, foi desenvolvido o programa de implantação e implementação de Núcleos Culturais do Estado, a partir da divisão do todo em regiões. Cabe enfatizar a criação do Núcleo Cultural Internacional, integrando Brasil e Argentina através de Uruguaiana e Passo de Los Libres.

Além da assistência a 73 (setenta e três) Centros e Casas Municipais de Cultura do Estado, com apresentação de espetáculos, encontros, debates e palestras, foi efetivada a reativação e reequacionamento das atividades e funcionamento do Parque Histórico e Turístico General Bento Gonçalves da Silva, sediada no município de Cristal.

Foram, ainda, proporcionadas condições para a manutenção da Fundação Teatro São Pedro, bem como para organização e execução de sua programação.

Difundir a música erudita no Rio Grande do Sul, dando ênfase à integração no Cone Sul, com apresentações da Orquestra no interior e proporcionar o estudo de música

erudita e canto à comunidade, através da escolinha de música, foram as atividades mais desenvolvidas pela Orquestra Sinfônica de Porto Alegre neste período.

A Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF) teve como significativo nestes últimos quatro anos a retomada do trabalho produtivo com o MTG - Movimento Tradicionalista Gaúcho, realizando novas pesquisas sobre cultura espontânea em municípios do Rio Grande do Sul, realizando palestras e exposições culturais, editando livros, realizando promoções próprias e prestando assessoria técnica a diversos eventos promovidos por órgãos públicos estaduais, prefeituras e empresas privadas, além do atendimento permanente aos visitantes do Órgão, interessados em assuntos da cultura popular.

No plano administrativo, foi elaborado o quadro de carreira do IGTF, com o reordenamento proposto pela reforma administrativa do Estado.

Além da prestação regular e sistemática de serviços culturais pelas Instituições Culturais subordinadas, resguardada sua especificidade de atendimento a usuários, consulentes, frequentadores e interessados em geral nas atividades desenvolvidas pelos Museus, Bibliotecas, Arquivo, Centros de Desenvolvimento da Expressão, Setores de Artes Cênicas, Artes Visuais e Música, ressaltamos a realização de vários programas, como a implantação dos bancos de dados sobre entidades e espaços culturais existentes no Estado e cadastramento de profissionais das Artes Cênicas, Artes Plásticas e Música; a informatização do Arquivo Histórico, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, Museu de Comunicação Social e Instituto Estadual do Livro; aquisição do acervo bibliográfico de Guilhermino César (constituído de 4.538 volumes) originando a Biblioteca Rio-Grandense, junto ao Instituto Estadual do Livro; aquisição de 185 títulos, num total de 370 exemplares de obras literárias para renovação do acervo do setor Rio Grande do Sul e da Biblioteca Pública do Estado; restauração da Sala Borges de Medeiros e curso de restauração, na Biblioteca Pública do Estado; instalação da nova sede do Instituto Estadual do Livro e nova sede do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; construção da sede própria da Biblioteca Romano Reif (Bairro IAPI), ampliação da área de exposição do Museu de Arte do Rio Grande do Sul; climatização da Sala de Reserva Técnica; reciclagem e reforma dos espaços de pinacotecas, galerias e salas do Museu.

A SEDAC realizou trabalho de assessoria técnica a municípios, levantamento e cadastramento dos bens imóveis do Estado, bem como palestras e cursos de orientação à preservação do patrimônio cultural, tombamento de prédios significativos para a memória do Estado, tombamento da Mata Atlântica e declaração de Cidade Histórica para o Município de Rio Grande. Desenvolveu, ainda, as Caravanas Culturais -

viagens a pontos de interesses histórico/cultural do RS, com assessoria de especialistas de diversas áreas (historiadores, arquitetos, artistas e professores), em projeto desenvolvido pelo MARGS - Museu de Artes do Rio Grande do Sul. Promoveu a institucionalização do Ano Estadual das Artes Cênicas, em 1992. Nesse sentido, foram reestruturados e estão em pleno funcionamento 150 (cento e cinquenta) Núcleos Culturais em todo o Estado. Foram reativados os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas e Museus, com realização de treinamentos e assessorias a bibliotecas e museus do Estado, implicando o atendimento a 48 municípios, com doação de 4.451 volumes de obras literárias.

A SEDAC promoveu a preservação do patrimônio cultural do Estado, em todas as áreas, bem como desenvolveu, incentivou e estimulou as manifestações de expressão, produção e pesquisa cultural em geral, com os valores regionais, realizando exposições coletivas e individuais, nacionais, internacionais e apresentações musicais. Promoveu, também, a integração cultural entre as regiões do Rio Grande do Sul, através de exposições, apresentações musicais e teatrais; incentivou as manifestações culturais e novos valores, proporcionando a realização de um trabalho em âmbito estadual. Realizou intercâmbio cultural com os países vizinhos, especialmente Uruguai e Argentina, com a participação de grupos de teatro e dança, escritores e artistas gaúchos, em festivais, semanas de integração cultural e encontros literários em Corrientes/Argentina e Maldonado (Punta del Este - Uruguai); Cavalgada Internacional da Paz (La Plata); Seminário de Literatura e Bibliotecas Infanto-Juvenis da América Latina; Seminário Internacional da Cultura Ibéro Americana - Concentração Cone-Sul, encontros de artistas plásticos argentinos e gaúchos; Feira do Livro Latino Americana; edição de obras da Coleção Latino-América, com publicações de cinco (05) títulos de autores argentinos e uruguaios, incluindo uma antologia de autores uruguaios e participação em projetos conjuntos, a exemplo do Núcleo Cultural Internacional criado entre Brasil e Argentina, integrando as comunidades de Uruguiana e Paso de Los Libres.

Com a exposição "Escultores Sul-Rio-Grandenses", em Paris e com a mostra de esculturas de 06 (seis) artistas gaúchos na Embaixada do Brasil, a Secretaria recebeu o convite oficial da Associação dos Artistas Franceses para organizar a sala do Brasil no Salon d'Autonne-Grand Palais-Paris-1994.

Com o levantamento do acervo histórico remanescente da Revolução Farroupilha, cadastro e registros fotográficos de bens móveis e imóveis de vários municípios, a SEDAC realizou o inventário de regiões farroupilhas.

Entre as atividades desenvolvidas, a Secretaria da Cultura editou e publicou 76 (setenta e seis) obras literárias, num total de 331.000 exemplares; participou da

criação, produção e filmagens de 02 (dois) em curta-metragem; publicou sistemática e periodicamente o Boletim Informativo Trinta Dias de Cultura e Suplemento Cultural "O Continente"; criou o Museu de Arte Contemporânea do Estado e promoveu o intercâmbio cultural entre o Rio Grande do Sul e o Instituto Lorenzo D'Medici de Florença.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

Dando continuidade à proposta de aproveitamento de todos os espaços disponíveis, a Secretaria da Cultura desenvolveu no ano de 1994:

Nas Artes Cênicas, o Projeto Entrada Franca proporcionou ao público o acesso gratuito a espetáculos de dança e teatro, na Casa de Cultura Mário Quintana. Também na CCMQ ocorreram festividades comemorativas ao Dia Internacional do Teatro. No interior do Estado, foram realizados o VIII Festival Internacional de Teatro de Bonecos em Canela; III Festival de Esquetes Teatrais de Novo Hamburgo e a VIII Mostra de Teatro do Litoral Norte.

Nas Artes Visuais foram levadas a efeito, na Casa de Cultura Mário Quintana, exposições individuais de vários artistas e inúmeras exposições coletivas, utilizando técnicas variadas, tanto na Capital como no interior. Foi promovido o I Seminário Estadual de Administração em Artes Visuais, com amplo programa de palestras e debates sobre os princípios norteadores das administrações culturais, visando à formação e qualificação de recursos humanos que atuam na área de Artes Visuais.

Ainda nesta área, foram promovidas Oficinas de Arte Infantil "Sapato Florido", Curso de Origami e Curso "Aquarela". Também, na música, foram desenvolvidos vários projetos e atividades.

Na Casa de Cultura Mário Quintana tiveram destaque o Projeto Meia-Hora Musical, com entrada franca; Projeto Coral, com apresentações do Coral da CCMQ; Oficinas de violão, sopro, piano, teclado e técnica vocal; Audições Comentadas: gravações, sessões de vídeo, ópera e atendimento individual a ouvintes e apresentação de espetáculos musicais na Discoteca pública Natho Henn, CCMQ.

Com os Projetos Especiais foram feitas apresentações musicais em eventos culturais na Capital e no interior, em Gramado.

No Projeto Produções Independentes, foram feitas apresentações mensais no Teatro Bruno Kiefer da CCMQ, para lançamento de discos e fitas de produção independente, com apoio a músicos emergentes.

Foi desenvolvido, no interior do Estado, o Projeto Estação Musical, com apresentações musicais em 5 (cinco) municípios e na Capital; o Projeto FEBEM - apresentando mensalmente espetáculos musicais aos adolescentes presidiários do Instituto Central de Menores, daquela Instituição.

Nos Centros de Desenvolvimento da Expressão - CDES, foram realizadas oficinas de teatro, gravura, cerâmica, hora do conto, desenho e xilogravura, destinados à clientela infantil, adolescente e adulta, em Porto Alegre, bem como a Exposição de Desenhos e Cerâmica dos alunos do CDE/Porto Alegre. Somente para adolescentes foi desenvolvido o Atelier Gráfico - Plástico I e II.

Para a clientela adulta foi realizado o Atelier de Técnicas Gerais e, dirigido para crianças, adolescentes e adultos, atividades sistemáticas desenvolvidas em arte-educação.

No CDE Carlos Barone - Passo Fundo, foram realizadas: Exposição do Acervo de Serigrafia/93, Oficina de Teatro para Adolescentes e Oficinas de Serigrafia e Cerâmica.

No município de Bagé, O Centro de Desenvolvimento da Expressão Odessa Macedo teve a participação dos alunos no movimento "reconstrução", com a realização do trabalho de pintura na Catedral São Sebastião. Este CDE realizou oficinas regulares em arte-educação para clientela infantil, adolescente e adulta.

Dentre as múltiplas atividades para a área da literatura, a Secretaria desenvolveu O Projeto Autor Presente, que promoveu encontros de escritores com estudantes de 1º e 2º Graus em 12 municípios do Estado. Desenvolveu, ainda, seminários, oficinas de literatura, cursos de conservação e restauração de bens culturais móveis e oficinas literárias para escritores.

Criou o Programa Tele-Livro, concedendo empréstimo domiciliar de livros por atendimento telefônico e o Carro Biblioteca, com uma biblioteca circulante que atende a vilas periféricas da grande Porto Alegre, às 2ªs feiras.

Outras atividades desenvolvidas foram: o atendimento especializado a usuários e consulentes; atividades sistemáticas da Hora do Conto; sessões de recreação e lazer, ludoteca, braille, visitas guiadas; projeção de vídeos e slides; feiras e exposições literárias; apresentações de teatro de fantoches; coral infantil e pesquisa dentro dos serviços culturais prestados regularmente à comunidade pelas bibliotecas públicas estaduais.

Para atender ao público cinéfilo, foi criada uma programação sistemática de exibição de filmes em 3 sessões

diárias, de 3ª a domingo, nas salas Paulo Amarin e Eduardo Hirtz, Cinemateca Estadual - Casa de Cultura Mário Quintana. Foram feitas, também, exposições de vídeo infantil/ adulto, musivídeo, dança, ecologia e arte.

Com o Projeto Escola no Vídeo, a videoteca coloca o seu acervo de fitas de vídeo, gratuitamente, à disposição de escolas interessadas, com agendamento diário, durante todo o ano.

Foram ministrados o Curso de Operação de Câmara de Vídeo e o Curso de Linguagem de Vídeo, que ensinou aos interessados como realizar um roteiro e linguagem utilizada para uma produção em vídeo.

A realização de inúmeras exposições, cursos e oficinas marcou a atuação dos museus na capital e no interior do Estado.

Exposições coletivas de arte contemporânea levaram temas da atualidade a municípios do interior, bem como a escolas municipais de Porto Alegre.

Informatização no setor de Arqueologia Pré-Histórica, recuperação e modernização nos núcleos de museologia e acervo, análise dos vestígios do Forte de Santa Tecla, em Bagé, organização e recuperação do acervo da Biblioteca João José Planella foram importantes atividades desenvolvidas pelo Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, que contou ainda com várias exposições e pesquisas nesta área.

O atendimento especializado a usuários e consulentes e visitas guiadas tiveram especial atuação no Museu Arqueológico/RS, Museu Júlio de Castilhos e Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, que realizaram, ainda, várias exposições sobre temas pertinentes às áreas em que atuam.

Cursos variados e grande número de exposições individuais e coletivas deram ênfase às realizações do Museu de Arte do Rio Grande do Sul em 1994.

Desenho, pintura e gravura em metal foram alguns dos cursos e oficinas desenvolvidos no Museu, que também ofereceu ao público belas apresentações musicais em suas dependências.

A vistoria de bens tombados e assessoramento a um grande número de prefeituras do interior foram atividades intensamente desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

É oportuno destacar a concessão de auxílios, por parte da Secretaria, a vários festivais e projetos realizados no Estado nas áreas artística e cultural.

A criação do Núcleo Internacional de Cultura Brasil/Argentina, programação de Verão - Verão Cultural pela Carreta da Cultura e oficinas de arte foram atividades desenvolvidas pelos Núcleos Culturais, juntamente com a reestruturação de 112 núcleos já existentes e a criação de 45 novos núcleos.

Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre - FOSPA

Com a finalidade de divulgar e popularizar a música erudita, desempenhando seu papel como agente de cultura, a OSPA levou ao público da capital e do interior concertos em estádios esportivos, praças públicas, escolas, museus, centros comunitários e prédios públicos, além dos concertos oficiais, realizados no teatro da Orquestra.

Ainda com a finalidade de auxiliar no crescimento cultural do povo gaúcho, a OSPA prosseguiu suas atividades na Escola de Música, de caráter gratuito, formando músicos profissionais e cantores coralistas da melhor qualidade.

Além dos concertos oficiais, o Teatro da OSPA foi palco para apresentação de peças e espetáculos de sucesso nacional.

Fundação Teatro São Pedro - FTSP

O papel de destaque que o Teatro São Pedro tem ocupado entre os espaços para divulgação das artes no Rio Grande do Sul manteve-se em 1994.

Projetos especiais, como o Música ao Meio-Dia, com entrada franca, e Blue Jazz mantiveram-se durante a temporada, com o incentivo da iniciativa privada.

Espetáculos teatrais variados, com artistas de fama nacional e internacional contribuíram para dar continuidade à programação e realizar inúmeros projetos do Teatro.

A música popular e erudita estiveram lado a lado na programação do teatro. Música popular brasileira, na voz de intérpretes de fama consagrada, bem como de expoentes da música local, propiciou ao público agradáveis momentos.

Orquestras de câmara, recitais de piano e violino enriqueceram ainda mais as atividades desenvolvidas naquela casa, com grande afluxo de público em suas dependências.

Fundação Rádio e Televisão Educativa - FTVE

O atendimento aos interesses da comunidade gaúcha é a finalidade básica da programação que a Fundação Rádio e Televisão Educativa vem apresentando nos últimos anos.

A TVE destina grande parte de seu espaço à valorização da cultura regional, atendendo ao sentimento de auto-estima da coletividade gaúcha. Os espaços variados da programação, tanto na Televisão, como na Rádio FM Cultura, divulgam a arte em todas as suas manifestações, como no teatro, cinema, dança, música, artes plásticas e nativismo. Em convênios firmados com as prefeituras do interior do Estado foi possível abranger quase a totalidade da população com 25 retransmissoras atuando em todo o Rio Grande do Sul.

Convênio firmado entre a Fundação e a Universidade Católica de Pelotas possibilitou a exibição de uma série de filmes através do projeto "Oficina de Cinema"; com a UNISINOS, o convênio garante a exibição semanal do programa "Ciência Política", "Programa Qualidade RS", também semanal, é conveniado com a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos; com o Sindicato dos Músicos e Compositores do Rio Grande do Sul o convênio possibilita o programa "Canta Povo"; além de várias parcerias com prefeituras do interior do Estado para a cobertura total aos Festivais e Promoções Nativistas.

A FM Cultura também manteve convênios com a Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e UNISINOS para a divulgação de trabalhos das cadeiras de Radiojornalismo; o Instituto Estadual do Livro manteve convênio para a produção de programas sobre autores gaúchos; o maior destaque foi o programa semanal "Expressão de Vida", mantido através de um convênio firmado com o GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção da Aids). O Programa, de caráter inédito em todo o Estado, vem divulgando medidas de prevenção à doença. Encontra-se, igualmente, em desenvolvimento, o convênio para a transmissão da FM Cultura via satélite.

Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore - IGTF

O IGTF, dando continuidade ao proposto para este período, realizou novas pesquisas sobre cultura espontânea em municípios do Rio Grande do Sul; promoveu a Cavalgada da Paz; participou de congressos e encontros tradicionalistas, além de prestar assessoria técnica e operacional para mais de 20 Festivais de Música Nativa. Na área editorial lançou dois livros: "Pampeana, Registro de Danças Gaúchas e Cultura Espontânea de Segredo.

**3.3 - SECRETARIA DA SAÚDE E
DO MEIO AMBIENTE (SSMA)**

A Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, é uma condição de bem-estar físico, mental e social, determinada e condicionada por seis grupos de fatores interativos: biologia humana (herança genética, sistemas internos), ambiente (físico e social), condições de vida (nutrição, habitação, saneamento, renda, educação), estilo de vida (padrão alimentar, hábitos), condições de trabalho (ocupação, ambiente de trabalho) e organização do sistema de serviços de saúde (rede ambulatorial, hospitalar, laboratorial).

Nesse enfoque, a crítica situação econômica do País e, em particular, dos Estados, trouxe repercussões indiscutíveis sobre a condição de saúde da população e do sistema de atenção à saúde. O fato não é recente, pois, desde o início da década de 80, a recessão se manifestava, tendo como pano de fundo o alto endividamento externo e interno, a desaceleração do crescimento econômico, a redução dos preços dos produtos de exportação e as dificuldades de acesso aos mercados de capitais, elementos que, em última análise, dominam as tomadas de decisões no setor público, especialmente em relação às políticas sociais.

Outro aspecto de relevância igualmente indiscutível foi o declínio agudo nos investimentos, fato que, a curto prazo, não demonstrou sinais negativos, porém, com o passar do tempo, adquiriu uma força com capacidade de determinação muito intensa, porquanto se associaram outros fatores desfavoráveis, como a elevação das taxas de desemprego, declínio do poder aquisitivo dos salários e deterioração crescente das condições de vida. Isto se expressa na redução da produção e oferta de alimentos, no "déficit" de moradias e na piora das condições habitacionais, na falta de saneamento básico, na deterioração das condições ambientais, no abandono e marginalização das crianças, nas elevadas taxas de evasão escolar, de analfabetismo e de outras situações tipicamente relacionadas com o subdesenvolvimento e a pobreza.

Por outro lado, o longo período de ditadura e autoritarismo, vivido pela população brasileira, cerceou direitos civis e políticos, promovendo a desmobilização popular, a censura à informação, a restrição à organização comunitária, limitando, com isso, a possibilidade de o indivíduo exercer a sua cidadania e intervir, efetivamente, na formulação, execução, controle e fiscalização das políticas sociais.

Os efeitos da recessão econômica e da instabilidade política se manifestaram na saúde através de dois mecanismos básicos: a) originando mais doença, morte e incapacidade, de modo que houvesse necessidade de mais atenção de saúde (efeito direto) e b) reduzindo os recursos para enfrentar os problemas e seus fatores determinantes, tornando mais difícil o acesso aos cuidados necessários (efeito indireto). Este último se relaciona com a identidade das instituições que proporcionam atenção em saúde - Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde e os provedores particulares. O setor público, em comparação com o setor privado, recebeu maior impacto na medida em que as pessoas possuidoras de condições de pagar serviços particulares passaram a engrossar a demanda progressiva de atenção em saúde nos serviços públicos que, paradoxalmente, sofreram uma substancial redução de recursos humanos, materiais e financeiros para sua manutenção. Por outro lado, as pessoas oriundas das classes menos favorecidas, por sua maior vulnerabilidade às oscilações da economia, passaram a desenvolver maior número de problemas de saúde.

Não há dúvida que a privação econômica, as deficiências de habitação e saneamento, a dificuldade de acesso à educação, a redução da oferta de alimentos e a desestruturação do sistema de atenção à saúde contribuíram para o agravamento do quadro sanitário do País. A desnutrição foi o reflexo mais imediato, porquanto depende do consumo e, antes que se tornasse plenamente visível a recessão econômica, grandes segmentos da população já se encontravam sob o efeito de dietas inadequadas e da fome.

Do ponto de vista físico, era lógico se encontrar uma exacerbação da gravidade, pelo menos da prevalência das doenças intestinais, respiratórias e outras doenças endêmicas e epidêmicas, típicas de países subdesenvolvidos. Do ponto de vista mental, dentro do contexto recessivo, a perda de emprego, de renda e o rebaixamento das condições de vida contribuíram para uma variedade de transtornos psicossociais e mentais que, muitas vezes, culminam em suicídios, assaltos e homicídios. Foi notória a elevação da taxa de homicídios, sendo que cerca de 70% dos casos são consumados sob o efeito do álcool. Presumiu-se um aumento do número de trabalhadores que passaram a abusar do álcool e enfrentar maiores problemas de saúde em vista das condições de vida e estilo de vida condicionados pela situação recessiva.

Preocupante e assustadora, também, foi a gravidade, cada vez maior, dos acidentes de trabalho. Em 1979 morria um trabalhador brasileiro para cada 309 acidentes de trabalho. Durante a década de 80, houve progressiva piora desses números e, já em 1990, morria um trabalhador para cada 139 acidentes, ou seja, o acidentado brasileiro mais do que duplicou a probabilidade de morrer. Por outro lado, há que se considerar que a maioria dos acidentes ocorrem em empresas

privadas, mas o custo da atenção à saúde e de manutenção do acidentado é repassado a toda a sociedade. Computados apenas os casos de óbitos e de invalidez permanente, a cada ano foi sendo repassada ao Estado uma dívida de cinco bilhões de dólares, propiciando, em contrapartida, uma subsistência indigna e precária ao trabalhador acidentado e sua família.

Em relação às condições de trabalho, é preciso lembrar ainda que, embora sejam utilizadas quase 15.000 substâncias químicas na indústria, a legislação brasileira estabelecia os limites de tolerância para apenas 200 delas, enquanto os manuais médicos mostravam a doença profissional causada por apenas 20. Desconhecendo o grau de periculosidade a que está exposto, o trabalhador brasileiro, na maioria dos casos, não percebe ou registra a relação entre a doença apresentada e o trabalho desempenhado durante anos. Isso explicava porque as doenças profissionais constituíam apenas 1% dos casos de acidentes do trabalho.

Outro exemplo de agravo à saúde do trabalhador brasileiro teve como consequência a transferência de tecnologia dos países ricos para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Naqueles países, os trabalhadores vinham se recusando a participar de determinados processos produtivos devido à alta toxicidade e/ou periculosidade, fazendo com que os equipamentos e a produção fossem transferidos para os países onde é precária a organização sindical e a pressão do desemprego é imensa.

No quadro da saúde do trabalhador, a organização dos serviços de saúde dentro das empresas visou mais ao combate ao absenteísmo do que a um projeto consistente de atenção integral.

No que diz respeito ao atendimento à mulher e à criança, constatou-se que, principalmente as mulheres mais necessitadas e de mais baixa renda, eram as menos atendidas, fato que aumentou consideravelmente a mortalidade perinatal. Não havia uma política séria de planejamento familiar e detectou-se que muitos abortos vinham sendo praticados, principalmente em adolescentes. Por outro lado, dados de mortalidade mostraram uma curva ascendente, motivada principalmente pela desnutrição ou fome crônica.

Igualmente assustadora era a situação quanto à produção e suprimento de medicamentos e outros insumos. No setor farmacêutico, o laboratório estadual era responsável por pequena parcela da necessidade, sendo que o custo médio do medicamento produzido pelo Estado é quatro vezes menor que o dos laboratórios privados, em sua grande maioria multinacionais. Não se vinha produzindo medicamentos nem sequer para os programas oficiais de combate à hanseníase, à tuberculose e às doenças mentais.

No que diz respeito ao sistema de atenção à saúde, a despeito do fato de o Estado ter assinado em 1988 o Convênio para implantação do SUDS - Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde - que estabelecia as bases e diretrizes para a reorganização do sistema (universalização, acesso gratuito e igualitário, integralidade, controle social, regionalização, hierarquização, ênfase na prevenção, participação complementar dos serviços privados, orçamento integrado, intersetorialidade), e do estabelecimento na Constituição Federal de 1988, na Constituição Estadual de 1989 e na Lei Orgânica da Saúde, Lei 8080/90, do SUS - Sistema Único de Saúde - que consagrou a política de descentralização da gestão e execução das ações e serviços de saúde para os municípios, o que se observava em 1991 era um modelo assistencial centralizado, com um comando central, dicotômico, pulverizado e superposto, com vários órgãos e instituições executando ações nas mesmas áreas geográficas, sem qualquer tipo de coordenação e integração técnico-político-administrativa, compartimentalizado, com um conceito de saúde que separava as ações de saúde pública das ações de assistência médica, o atendimento ambulatorial do atendimento hospitalar, e, por consequência, não resolutivo e ineficaz, já que pulverizava recursos de forma caótica e sem uma política assentada nas reais necessidades e prioridades de saúde da população.

Em resumo, o panorama do setor saúde, no início da gestão, caracterizou-se pela coexistência de quatro situações: a) a das enfermidades ligadas à pobreza, à desnutrição e à precária higiene ambiental e pessoal; b) a das enfermidades degenerativas como as cardiovasculares, o câncer, os acidentes cérebro-vasculares, os problemas mentais, diabetes e outros; c) a dos problemas de saúde originados pela exposição ambiental a produtos químicos e outras substâncias tóxicas e decorrentes de modificações nas condições sociais das famílias, comunidades e ambientes de trabalho; d) a dos sistemas de atenção à saúde dependentes, não-planejados, pouco organizados, mal-administrados e com escasso controle social.

Esse quadro de saúde, difícil em si mesmo, mostra-se mais complexo quando relacionado com o contexto sócio-econômico e político. A despeito da escassez e imprecisão das informações relacionadas à situação de saúde da população nos últimos anos, qualquer análise superficial denotava a piora das condições de saúde, o agravamento da situação epidemiológica e as dificuldades de financiamento do setor. Aliás, os variados meios de comunicação já noticiavam a crise dos hospitais, a falta de recursos para atender pacientes, a deterioração da rede básica de saúde, a redução das autorizações para internação hospitalar, todas essas condições vinculadas, de alguma forma, com a questão do financiamento da saúde.

Finalmente, cabe destacar na caracterização do quadro da saúde, no início da gestão, o progressivo avanço da privatização, com significativa redução dos serviços públicos e considerável aumento da participação da medicina de grupo, das cooperativas médicas e dos seguros-saúde, para os quais começavam a confluir a população, mesmo não dispondo de recursos para isso.

De tudo isso, decorria um quadro sanitário que se expressava por graves distorções sociais e por diferenciais relativos de níveis de saúde e de acesso aos serviços, seja entre regiões, seja entre grupos populacionais, com notório e evidente prejuízo para as classes menos favorecidas e para os trabalhadores brasileiros.

O Rio Grande do Sul apresentava, no início desta gestão, insuficientes serviços e ações de prevenção, promoção e recuperação de saúde, tendo sido detectados como pontos críticos: 1) queda da cobertura vacinal a partir de 1986, de 17,4% na vacinação contra a pólio, de 17,1% na vacinação contra o sarampo e de 17,6% na vacinação contra o tétano, difteria e coqueluche; 2) grande número de acidentes de trabalho, visto que para uma população de 1.900.000 trabalhadores, em 1989, registraram-se 300.000 acidentes de trabalho, o que corresponde a 15% do total, 2.949 casos de doenças profissionais, 4.133 acidentes de trajeto e 1.333 casos de incapacidade permanente; 3) falta de controle na qualidade de medicamentos e alimentos colocados à disposição da população, devido, principalmente, à enorme carência de recursos humanos na área de vigilância sanitária (em Porto Alegre existiam apenas 12 fiscais para 1.500.000 habitantes, enquanto a Organização Mundial de Saúde - OMS - recomenda 1 fiscal para cada 10.000 habitantes) e à perda da ação fiscalizadora do Laboratório de Controle e Análise do Estado; 4) distorção na implantação do Sistema Único de Saúde com a perda vertiginosa do prestígio do poder público, manutenção do mesmo modelo assistencial, aumento da responsabilidade e encargos das prefeituras sem o adequado repasse de recursos e sem autonomia para sua gerência, falta de dotação orçamentária da União e do Estado para o SUS; 5) distorções na área de recursos humanos, como as salariais, inexistência de uma política de formação e capacitação de recursos humanos para os serviços e ações de saúde; 6) deficiente infra-estrutura para atendimento à saúde da população com o sucateamento da rede de postos de saúde e conseqüente demanda aos hospitais e baixa qualidade dos serviços prestados.

ATUAÇÃO

Dentro do quadro da saúde do Estado, no início da gestão 1991/94, as prioridades eleitas e estratégias/linhas de ação adotadas foram as seguintes:

- a) Projeto SULVACINA - intenso programa de vacinação das crianças menores de um ano, objetivando a elevação das taxas de cobertura vacinal.
- b) Incorporação de atividades de saúde ocupacional na rede de serviços de saúde para diagnóstico precoce de doenças profissionais, atenção às lesões e recebimento de declarações compulsórias sobre doenças profissionais; incorporação do Instituto de Pesquisas Biológicas nas ações de saúde ocupacional e doenças profissionais; implantação de "Centros de Saúde do Trabalhador" em todas as Delegacias Regionais de Saúde (18 DRS).
- c) Implantação de um Laboratório Fiscal de Medicamentos e Correlatos; integração da Divisão de Fiscalização do Exercício Profissional, Instituto de Pesquisas Biológicas e Laboratórios Farmacêuticos do Estado; recuperação e operacionalização do Laboratório de Controle e Análise Fiscal de Alimentos.
- d) Municipalização da Saúde, tendo como ações: a gerência efetiva dos recursos pelos municípios; a efetiva participação popular, através dos Conselhos de Saúde, com poder deliberativo; a aplicação dos critérios definidos na Lei Orgânica da Saúde para repasses financeiros aos municípios; reciclagem, treinamento e acompanhamento permanente para trabalhadores e gerentes do SUS, de forma regionalizada, através da Escola de Saúde Pública; avaliação da eficiência e eficácia dos Planos de Saúde, através da municipalização da vigilância epidemiológica e registro de impacto das ações.
- e) Recuperação e implantação de postos de saúde do SUS, através do Projeto "Nosso Posto, Nossa Casa", conjuntamente com Prefeituras e Conselhos Municipais de Saúde; Centrais Regionais de Leitos Hospitalares para controlar a disponibilidade e racionalizar a ocupação de leitos e evitar os deslocamentos desnecessários da população; atendimento por unidades móveis às crianças, gestantes e idosos da periferia dos centros urbanos e onde o sistema de saúde não se organizou de forma mais completa; recuperação do Hospital Psiquiátrico São Pedro, com o aumento do número de leitos de 100 para 500, redimensionando a área física e recursos humanos; utilização do médico geral e comunitário em postos situados nas periferias dos centros urbanos e, na medida do viável, com

residência na comunidade, atuando em conjunto com uma equipe de saúde; planejamento conjunto - Saúde e Educação - integrando a assistência materno-infantil e a suplementação alimentar; programas de assistência nos CIEPS, assistência médica integral por médicos gerais e comunitários às crianças e às suas famílias; assistência odontológica com enfoque preventivo; programas de educação e saúde; tratamento da dependência ao álcool e drogas; planejamento familiar, pré-natal, controle da gravidez de alto risco; atendimento individual ou em grupos, para diabéticos, hipertensos e obesos; suplementação alimentar vinculada a programas de atendimento às famílias e às gestantes de alto risco; utilização dos meios de comunicação, especialmente a TV Educativa (TVE), para orientação da população quanto a programas de educação e saúde.

Na área de meio ambiente, as propostas, no início desta gestão, foram: consolidar a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM); reorganizar os órgãos estaduais da área do meio ambiente, visando à integração entre FEPAM, Fundação Zoobotânica e Departamento de Recursos Naturais Renováveis da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento; criar o Conselho Estadual de Meio Ambiente com o objetivo de propor e acompanhar a política estadual de meio ambiente e assegurar a adoção de critérios ecológicos para o modelo de desenvolvimento do Estado; descentralização e regionalização das atividades da FEPAM; gerenciamento descentralizado, participativo e integrado das questões ambientais por bacias hidrográficas, de acordo com a Constituição Estadual (Art 171 e 252); criação de comitês de preservação em todas as bacias hidrográficas em estado mais crítico do Estado; recriação da função de guarda florestal, revendo o convênio que subordina os policiais do Batalhão Florestal da Brigada Militar ao IBAMA; acréscimo de cerca de 20.000 ha (mais 50%) às áreas de preservação já criadas por Lei Estadual; destaque no Orçamento Anual do Estado de recursos especiais para implantação e manutenção de parques e reservas estaduais; tratamento especial e prioritário aos Parques de Itapoã e do Delta do Jacuí, em função dos aspectos sociais decorrentes da presença de moradores na área destinada à preservação permanente; implantação de amplo programa de educação ambiental, centralizado no sistema escolar, principalmente nos CIEPS urbanos e rurais, com irradiação, através da família, para a comunidade em geral; criação de grupo de trabalho para a elaboração de um plano de ação para o programa de educação ambiental, com representantes da Secretaria da Educação, FEPAM, Fundação Zoobotânica, Universidades e demais instituições e entidades ecológicas.

REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91/94

A SSMA, no período de 1991-94, manteve atividades nas áreas de formulação e coordenação do sistema de saúde do Estado, de saúde coletiva (controle ambiental, saneamento básico, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vetores, vigilância epidemiológica) e de atenção à saúde do indivíduo, através de programas de saúde e da assistência ambulatorial, hospitalar e de apoio diagnóstico e terapêutico, desenvolvido pelas unidades assistenciais próprias e da rede de serviços conveniados. Também manteve atividades nas áreas de produção de medicamentos, de imunobiológicos, de apoio laboratorial e de formação de recursos humanos.

Sintetizando-se, as realizações no período foram as seguintes:

Na área ambiental

Foram desenvolvidas nesta área três(03) Programas: Mata Atlântica - com a aprovação pela UNESCO da reserva da biosfera, regulamentada pelo Decreto Federal 750/93, juntamente com o IBAMA e DNRN; Pró-Guaíba - constituído o Comitê de Gerenciamento e assinado o contrato com o Governo do Estado para aporte de recursos; Programa Gerco/RS - assinados convênios com o IBAMA/DNRN para monitoramento do litoral norte (R\$ 500.000,00), definidos o aparelhamento instrumental e os instrumentos legais, realizado o diagnóstico do litoral médio e implantado o sistema de informações em nível nacional.

Foram realizadas quatro pesquisas ambientais, quatro estão em andamento nas áreas de geoquímica ambiental, controle ambiental e qualidade do ar, quatro estudos na área de biotoxidade e quatro estudos na área de liminologia.

Dentro do Programa Nacional de Controle da Poluição Industrial foram desenvolvidas ações no que se refere à capacitação técnica, tecnológica e operacional; foi recebido apoio ao desenvolvimento de programas de controle da poluição industrial e desenvolvimento dos projetos estaduais de capacitação para o licenciamento, fiscalização e monitoramento.

Através de convênios, contratos e projetos com a PETROBRÁS, IBAMA, PNMA, FURG, UFRGS, PUCRS, ULBRA, CETESB, FAPERGS, FINEP/PADCT/GTM, EGA e GTZ (Alemanha) foram realizados cursos, seminários, consultorias, adquiridos equipamentos e realizados projetos de Monitoramento Integrado Brasil/Uruguai - região de Candiota "chuva ácida".

A FEPAM participa em colegiado juntamente com o IBAMA, com a Associação Brasileira do Meio Ambiente (ABEMA), Comitê dos Sinos/RS, Comitê Rio Gravataí/RS (resolução 463/91) do Programa "Meio Ambiente e Aspectos Transfronteiriços" - MERCOSUL-ECO-SUL.

Foram instaladas, nesta gestão, sete regionais da FEPAM: Rio Grande, Santa Maria, Lajeado, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Santa Rosa e Estância Velha; e implantado o serviço de atendimento a emergências ambientais, funcionando 24h/dia, sete dias por semana.

A FEPAM realizou ainda várias atividades no que se refere à educação ambiental, como treinamentos em diversas áreas, totalizando 6.436 horas, atingindo 252 funcionários; e publicações de estudos sobre monitoramento da qualidade dos recursos hídricos, licenciamento ambiental, padrões de qualidade do ar, cuidados com a água, entre outros.

Além destas, a FEPAM realizou atividades de rotina, como exames físico-químicos, análise de metais, pareceres quanto a emissões atmosféricas e ocupação do solo por indústrias, análises de risco ambiental, vistorias, penalizações, interdições, apreensões e atendimentos a emergências ambientais.

Na área de saneamento básico

O programa de saneamento comunitário da SSMA foi criado em 1974 a partir da constatação de que as doenças redutíveis por saneamento básico são responsáveis por uma considerável parcela da mortalidade infantil no Estado, devido à alta incidência das diarreias infecciosas e outras doenças entéricas decorrentes da falta de saneamento, tais como, uso inadequado da água disponível, insuficiência do abastecimento de água e condições precárias do destino dos dejetos e do lixo.

O programa busca a melhoria do nível de saúde através da instalação de equipamentos comunitários e/ou domiciliares de saneamento e atividades educativas que motivem e conscientizem a população a modificar suas atitudes em relação à saúde e seus hábitos de higiene, e desenvolver na comunidade a busca da melhoria das condições ambientais.

No período 1991/94, foram implantados, através da SSMA ou de convênios com prefeituras, 610.819 metros de rede de água (sistemas simplificados de abastecimento de água (SSAA) e extensões de rede de água (ERA) em 242 localidades. Além disso, foram implantados 3.504 módulos sanitários em 112 municípios.

Através dessas ações foram beneficiadas 22.008 famílias, 110.363 pessoas, 303 escolas e 9.160 alunos.

Na área de controle de zoonoses e vetores

Na profilaxia da raiva foram vacinados (uma média anual) 808.000 animais, 8.900 pessoas foram atendidas, 10.200 pessoas tratadas, 16.600 vacinas humanas aplicadas, 7.000 animais agressores observados, 168 pessoas receberam soroterapia. Foram realizadas 84 desratizações/ano, 85 desinsetizações/ano, 330 litros de BTI distribuídos/ano para controle de simulídeos.

Foram implantados 12 comitês municipais para controle da hidatidose, investigados 239 casos de leptospirose, prestadas 13 assessorias a municípios para o controle da tungíase e de moscas sinantrópicas, realizados cinco treinamentos sobre o controle de zoonoses e vetores.

Na área de vigilância sanitária

Para o controle das doenças veiculadas por produtos, substâncias e serviços de uso ou consumo humanos, tais como alimentos, cosméticos, saneantes domiciliares, irradiações, a SSMA implantou o programa de qualidade das indústrias farmacêuticas do Estado, em parceria com o Sindicato das Indústrias Farmacêuticas e da Faculdade de Farmácia, tendo sido inspecionadas 36 indústrias (58% do total), 14 reinspecionadas (39%), restando 26 (42%) a serem inspecionadas; implementou o programa de controle de doações e transfusões de sangue, atingindo 100% de controle, com 68 serviços de hemoterapia e agências transfusionais no sistema informatizado (85% das doações) e 284 serviços no sistema não-informatizado (15% das doações); implantou o programa de controle da fluoretação da água e consumo, abrangendo todos os municípios do Estado; implantou o programa de qualificação dos estabelecimentos hospitalares de Porto Alegre (agosto/1994) e em implantação o programa de controle da infecção hospitalar; em implantação, juntamente com a UFRGS e CNEN, está sendo implantado o programa de controle de equipamentos radiológicos (projeto piloto a partir de dezembro/1994).

Nesta gestão foi iniciado o processo de municipalização das ações de vigilância sanitária no município de Porto Alegre, com o repasse da competência relativa à água de consumo humano e comércio de alimentos.

Foram mantidos os serviços e ações de rotina como inspeções sistemáticas em estabelecimentos de risco (envolvidas em episódios de intoxicação alimentar), controle de produtos de origem e seus derivados envolvidos em episódios de intoxicação, fiscalização da comercialização de produtos controlados, regulamentados nas portarias 27 e 28 (psicotrópicos e anorexígenos) juntamente com o Conselho Regional de Farmácia e Polícia Civil.

Foi criado o sistema de registro estadual de produtos (1993), tendo sido registrados até o momento 2.538 produtos.

A SSMA realizou 18 treinamentos descentralizados em vigilância sanitária, atingindo 558 profissionais de municípios em processo de municipalização.

Na área de vigilância epidemiológica

No período 1991/94 foram mantidos e implementados os sistemas de vigilância epidemiológica, baseados na notificação compulsória, busca ativa e investigação de doenças como a poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, sarampo, hepatite, cólera, febre tifóide, meningite, AIDS, tuberculose, hanseníase e outros agravos de interesse da saúde pública.

Esses sistemas serviram para o acompanhamento da evolução dos agravos e orientaram a definição e planejamento de ações de controle (reforço de imunização, etc) por parte da SSMA e municípios.

Programas de Saúde

A SSMA desenvolveu programas de saúde voltados para a criança e adolescente, idoso, mulher, trabalhador, saúde bucal, saúde mental, dermatologia sanitária, controle das doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, controle da tuberculose, controle do tabagismo, controle das doenças cardiovasculares, controle do diabetes e alguns programas especiais: saúde da família e medicina alternativa como acupuntura, fitoterapia e homeopatia.

No que se refere à saúde da criança e do adolescente foi dada prioridade aos caracterizados como de alto risco pediátrico, tendo como ações desenvolvidas a implantação do comitê de perinatologia com vistas à implantação do controle da mortalidade perinatal e neonatal; o incentivo ao aleitamento materno, através da divulgação e capacitação dos recursos humanos, com vistas à iniciativa apoiada pelo UNICEF do "hospital amigo da criança" e treinamento para a promoção do aleitamento materno, crescimento e desenvolvimento com recursos do Ministério da Saúde, OPS, OMS e UNICEF; a distribuição de verbas aos estabelecimentos de cuidados a crianças de zero a seis anos, através do Plano de Proteção à Criança (foram aplicados em 1991: Cr\$ 5.892.600,00; 1992: Cr\$ 93.447.000,00; 1993: Cr\$ 1.171.000,00).

Nesse período, a SSMA apoiou as Secretarias Municipais de Saúde com vistas à implantação de programas voltados à saúde da criança e do adolescente, e desenvolveu ação conjunta com a Secretaria da Educação e a Secretaria da Justiça para o cumprimento do Pacto pela Infância.

Quanto à saúde do idoso foram realizados cursos de treinamento multiprofissional em saúde do idoso, capacitando recursos humanos em 204 municípios do Estado; realizados 8 seminários municipais de saúde do idoso (Butiá, Palmares do Sul, Tramandaí, Iraí, Caçapava do Sul, Uruguaiana, Santana do Livramento e Ibiaçá), o 1º Seminário Estadual de Saúde do Idoso (Porto Alegre - 1991) e a Conferência Regional de Saúde do Idoso do Alto Uruguai (Campina das Missões - 1993); foi realizado o cadastramento das casas geriátricas do Estado; realizou-se a elaboração de normas técnicas para municipalização da saúde do idoso; foi sistematizada a Legislação Federal e Estadual sobre a Saúde do Idoso para apreciação do Conselho Estadual de Saúde, do Conselho Estadual do Idoso e Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, com vistas a sua unificação e racionalização.

Quanto à saúde da mulher, foi definida uma política para o Rio Grande do Sul; elaborados programas e normas técnicas em relação ao pré-natal, educação sexual, prevenção do câncer do colo de útero, prevenção do câncer de mama, menopausa e climatério e contracepção; foram implantados dois centros de treinamento e referência em saúde da mulher, um em Porto Alegre e o outro em Santa Maria, tendo sido treinados até o momento mais de 400 profissionais; foi implantado um sistema de controle, distribuição e aquisição de materiais e insumos definidos pelo programa; através da análise das declarações de óbito está se realizando o acompanhamento da mortalidade de mulheres em idade reprodutiva e produtiva; foi implantado o comitê estadual de mortalidade materna e realizado o 1º Simpósio Estadual de Mortalidade Materna; elaborada a cartilha de prevenção à gravidez na adolescência e realizadas jornadas de sexualidade para instrumentação de educadores. Visando à prevenção e detecção precoce do câncer de mama foram promovidos os dias "M" ou Dias da Mama, tendo sido

realizado o estudo e acompanhamento de 35.000 mulheres palpadas de mama e o seguimento de 1.400 que tiveram palpação positiva das mamas; foram realizados estudos e acompanhamento de 320.000 mulheres que realizaram prevenção do câncer de colo uterino e de pacientes menopausadas no programa do climatério. Foi realizado o cadastramento das unidades de saúde que executam ações de saúde da mulher.

No que se refere à saúde do trabalhador foram elaborados três manuais médicos sobre ruído industrial e conservação da audição, agrotóxicos e riscos químicos; elaborados 15 volumes de cadernos técnicos para os trabalhadores; elaborada a rotina para acidentados do trabalho. Através do Centro Integrado de Assistência ao Trabalhador, PAM 3, foram implantados exames audiométricos e implantado o projeto sobre saúde do trabalhador no município de Canoas.

Em 1991 foram implantados os programas Pró-bucal I, de educação e prevenção à saúde bucal, e Pró-bucal II, para cura e recuperação; em 1992 o Laboratório Farmacêutico do Estado (LAFERGS) iniciou a produção de pastilhas de flúor para bochechos e em 1993 a pasta dental (gel); em 1993 foi implantado o programa Respire Bem de educação e prevenção da respiração bucal e má formação dento-maxilar. Foram distribuídos 158 gabinetes odontológicos e 20 peças para suprimentos de gabinetes odontológicos em 164 municípios; implantado o módulo odontológico da US Murialdo. Houve a apresentação do programa de saúde bucal a 70% das Delegacias Regionais de Saúde.

No que se refere à saúde mental, foi elaborada a Política Estadual de Saúde Mental, aprovada pelo Conselho Estadual de Saúde; promovida e dando suporte à aprovação da Lei da Reforma Psiquiátrica no Estado do Rio Grande do Sul (Lei nº 9716, de 07/8/1992) que estabelece a substituição progressiva dos leitos psiquiátricos por uma rede de atenção integral em saúde mental, e regras para as internações psiquiátricas compulsórias. Em junho de 1992 foi realizada a I Conferência Estadual de Saúde Mental e em outubro de 1993 a II Conferência Estadual de Saúde Mental da Criança e do Adolescente. Equipes foram treinadas nos postos de saúde das diversas Delegacias Regionais de Saúde e foi dado apoio à municipalização das ações de saúde mental. Foi implantada a avaliação e supervisão contínua dos hospitais psiquiátricos, através do Grupo de Avaliação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar (GAPH) para qualificação do atendimento e ampliado o número de leitos psiquiátricos em hospitais gerais e reduzido em hospitais especializados. Foi dado início ao levantamento de dados epidemiológicos em saúde mental.

Foi criado, também, o Serviço de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS. Implantada a poliquimioterapia do tratamento da hanseníase, com treinamento de 612 técnicos e auxiliares da SSMA, Secretarias Municipais de Saúde e Universidades, e readequado o sistema de informação para controle da hanseníase. Em conjunto com o Ministério da Saúde foi elaborado o manual para controle e prevenção do câncer de pele e implantado o centro de referência, além do desenvolvimento de campanhas educativas para tratamento e prevenção do câncer de pele.

Em 1993 foi implantado o Centro de Referência para Hipossensibilização Tuberculínica, em Porto Alegre, para atendimento de usuários de todo o Estado, no PAM 3. Foi informatizado o programa da tuberculose com a aquisição de 02 microcomputadores, contando com apoio da Fundação Nacional de Saúde, e adquiridos 06 microscópios para os laboratórios da rede de baciloscopia nas unidades de saúde. Foram realizados encontros anuais de supervisores do programa de controle da tuberculose para avaliação do desempenho nas unidades sanitárias.

O Centro de Informações Toxicológicas, no período 1991/94, manteve uma média anual de 9.930 casos atendidos, distribuição de 17.100 ampolas antivenenos e, notificadas 221 unidades. Participaram em treinamentos de prevenção de acidentes 1.522 pessoas, e foram dadas 280 consultas externas de documentação técnica.

Assistência ao indivíduo

A SSMA assumiu, a partir de 1987, além das ações de saúde coletiva e dos programas de saúde executados através de sua rede de unidades sanitárias, a assistência médica ambulatorial, hospitalar e de apoio diagnóstico e terapêutico realizada através da rede própria e conveniada com o INAMPS, atualmente em processo de extinção.

Os recursos para cobertura da assistência ambulatorial e hospitalar no Estado provêm do Ministério da Saúde, mediante remuneração por serviços prestados ao Sistema Único de Saúde. Os recursos pagos anualmente na área ambulatorial atingem cerca de R\$ 185.000,00 e na área hospitalar R\$ 213.000,00, totalizando R\$ 398.000,00. Desse total, órgãos estaduais e municipais faturam cerca de 20,92% (SSMA: 7,55%) na área ambulatorial, e 3% na área hospitalar, sendo a diferença paga à rede de prestadores de serviços conveniados ao SUS no Estado.

No Rio Grande do Sul existe um total de 5.278 unidades prestadoras de serviços, cadastradas no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, sendo 2.960 (56,08%) de serviços privados contratados, 1.411 (26,73%) de órgãos municipais, 468 (8,86%) de órgãos estaduais, 248 (4,69%) sindicato/entidades de classe, 160 (3,03%) de entidades filantrópicas, 13 (0,24%) de órgãos federais, 09 (0,17%) de entidades universitárias e 07 (0,13%) de setores próprios do Ministério da Saúde.

Não existem dados quantitativos em relação à produção de serviços ambulatoriais por tipo de prestador no período 1991/93. A partir de 1994, com a implantação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA-SUS), podemos constatar que, no período de janeiro a setembro deste ano, foram realizados um total de 39.399.637 procedimentos ambulatoriais. Deste total, 14.333.923 (36,38%) foram consultas médicas, 8.818.528 (22,38%) ações de vigilância epidemiológica e outros atos não médicos, 6.459.492 (16,39%) procedimentos de patologia clínica, 3.148.735 (7,99%) procedimentos odontológicos, 1.585.269 (4,02%) procedimentos médicos, 1.387.886 (3,52%) procedimentos de fisioterapia, 1.174.702 (2,98%) procedimentos de radiodiagnóstico, 855.279 (2,17%) outros exames especializados, 491.246 (1,25%) procedimentos de prótese e órtese, 414.272 (1,05%) outras terapias especializadas, 239.649 (0,60%) procedimentos de radioterapia, 234.426 (0,60%) procedimentos de diálise, 113.894 (0,29%) procedimentos de medicina nuclear, 84.039 (0,22%) procedimentos de ultrassonografia, 27.034 (0,07%) procedimentos de quimioterapia e 4.701 (0,02%) exames hemodinâmicos, correspondendo a uma despesa mensal de R\$ 15.405.787,21.

Em relação à produção física, a participação percentual por prestador, da SSMA foi de 17,03%, das Prefeituras de 30,00%, e de prestadores privados conveniados 52,87%. Em termos de faturamento, à SSMA coube 8,62%, às Prefeituras, 14,07% e aos prestadores conveniados, 77,33% dos recursos para cobertura ambulatorial, pagos pelo Ministério da Saúde.

Na área hospitalar do Estado estiveram à disposição da população, anualmente, através do SUS, 34.667 leitos, ou seja, 3,67 leitos para cada 1.000 habitantes, índice 11% maior que a média do país, que ficou em 3,31 leitos/1.000 habitantes. Desse total de leitos, apenas 8,7% são credenciados como próprios do Estado, municípios ou União, sendo os 91,3% restantes pertencentes à rede privada conveniada com o Sistema Único de Saúde.

Nos leitos disponíveis ocorreram uma média de 1.007.551 internações anuais, representando uma despesa média anual de US\$ 212.700.000,00. O custo médio da internação hospitalar no Estado ficou em US\$ 317,76 - 23,5% maior que a média do País, que ficou em US\$ 257,15 no mesmo período. A frequência de internações em relação à população foi de 11% para um parâmetro estabelecido, pelo Ministério da Saúde, de 10%.

Os hospitais próprios do Estado - Hospital de Alvorada, Hospital de Cachoeirinha, Hospital Sanatório Partenon, Instituto de Cardiologia, Hospital Psiquiátrico São Pedro, Hospital Colônia Itapoã e Hospital Alexandre Lisboa - mantiveram, no período 1991/94, uma média anual de 849 leitos, 15.903 internações, 2.144 cirurgias, 337.347 consultas ambulatoriais, 379.983 exames laboratórios, 37.768 exames radiológicos e 10.377 atendimentos odontológicos, em seu conjunto.

Atividades especiais

Foram intensificadas as ações de saúde na região litorânea do Estado nos meses de verão. No período, foram realizados uma média anual de 103.000 atendimentos ambulatoriais (63% aos veranistas e 37 % aos moradores), 664 hospitalizações, 238 exames dermatológicos para detecção de neoplasias, 5.700 inspeções sanitárias, 228.000 kg de alimentos e 13.536 unidades de medicamentos em más condições apreendidos, 97 infrações sanitárias e 46 interdições, 1.593 alvarás expedidos, 76 análises de potabilidade e 132 de balneabilidade de água.

Atividades complementares e de suporte

Em relação ao apoio ambulatorial às ações de saúde pública e produção de imunobiológicos a SSMA, através do Instituto de Pesquisas Biológicas (IPB), realizou uma média anual de 4.249 análises de alimentos, 1.231 análises de água, 1.405 dosagens de flúor na água, 355 análises de plásticos, 130 análises de outros materiais, 5.320 exames parasitológicos, 4.000 exames bacteriológicos, 1.272 exames micológicos, 8.072 exames virológicos, 5.211 exames hematológicos-bioquímicos, 2.374 exames toxicológicos, tendo sido examinadas anualmente cerca de 14.031 amostras e atendidas 3.542 pessoas. Foram produzidas, em média, 446.960 doses de vacina contra a raiva, 2.631 tiras para teste de indol, oxidase e controle de aparelhos esterilizados e 2.018.172 ml de reativos e meios de cultura por ano.

Nesta área, foram capacitados 4 técnicos em cursos de pós-graduação e 11 em estágios e treinamentos. Encontram-se em execução 39 pesquisas, tendo sido apresentados 11 trabalhos em eventos e realizados 9 eventos.

Foram ainda instalados dois laboratórios e implementados outros quatro.

Quanto à produção de medicamentos a SSMA, através do Laboratório Farmacêutico, produziu em 1991: 21.822.000, em 1992: 28.282.000, em 1993: 27.211.085 e, em 1994, até outubro, 2.010.217 unidades de medicamentos. A despesa, no mesmo período, foi de US\$ 384.131,67 em 1991, de US\$ 269.049,91 em 1992 e de US\$ 46.023,43 em 1993. O custo de produção em relação ao preço de mercado ficou em 42,75% em 1991, 19,74% em 1992 e 20,44% em 1993.

No período, foi concluída a reforma do prédio central do LAFERGS, a reforma da rede elétrica, a instalação da central de força e do sistema de climatização/pressurização e tratamento de ar. Foi iniciada a informatização do laboratório e instalado o sistema de controle de estoque do nível central até os almoxarifados das delegacias regionais de saúde.

Há que se destacar, também, o envio de Projeto de Lei criando a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde, com o objetivo de viabilizar melhores condições administrativo-financeiras para o desempenho das atividades do LAFERGS e do IPB.

A SSMA, através do hemocentro central, manteve uma média anual de 5.453 coletas de sangue e uma produção de 10.359 unidades de sangue (concentrado de hemácias, de plaquetas, de leucócitos, plasma normal, congelado ou fresco e sangue total). Foram realizados, em média, 98.928 exames sorológicos e imunohematológicos anuais e enviadas 6.720 unidades de sangue/ano para transfusões em hospitais.

No que se refere ao apoio operacional, foi realizado o inventário geral e integração do sistema de controle patrimonial do Estado e do extinto INAMPS, interligando-o "on line" a todas as Delegacias Regionais de Saúde, de forma a melhorar o controle patrimonial dos bens públicos. No período 1991/94, foram realizadas reforma, ampliação ou construção de unidades de saúde, num total de 201 obras. Os serviços de convênios e contratos da SSMA e do extinto INAMPS foram unificados em uma única Divisão e foram informatizadas as atividades de elaboração e controle de instrumentos contratuais e convencionais, promovendo sua agilização.

No que se refere à organização e coordenação geral do sistema de saúde, deve ser destacada a constituição do Conselho Estadual de Saúde, com representação paritária de organizações sócio-comunitárias, prestadores de serviços e órgãos governamentais, através de Projeto de Lei, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado. Trata-se do primeiro Conselho no país em que o Presidente não é o próprio gestor estadual.

Destacam-se, também, a constituição da Comissão Intergestora Bipartite do SUS, com representantes do Estado e Municípios, desenvolvendo uma ação integrada no planejamento e coordenação do Sistema de Saúde e a descentralização da gerência das internações hospitalares para os municípios, através de decisão da Comissão Intergestora Bipartite do SUS.

Nesta gestão o Conselho Estadual de Saúde aprovou as Políticas Estaduais de Saúde Mental e de Saúde do Idoso.

Projetos prioritários

No que concerne às prioridades da SSMA, apresentadas anualmente na proposta de orçamento-programa do Órgão, as realizações foram as seguintes:

- a) Saúde e Educação - planejamento conjunto: proposta não-operacionalizada. Esses dois importantes segmentos da área social não criaram, no decorrer do período, mecanismos e/ou instrumentos para a prática do planejamento integrado e intersetorial. Os dois órgãos, mesmo tendo áreas programáticas afins, desenvolveram suas atividades de forma independente e, em determinados setores, de forma desconectada e superposta. Esse fato evidenciou-se claramente através da estruturação, por parte da Secretaria de Educação, de um sistema próprio de atenção à saúde dos escolares, inclusive com a contratação de profissionais de saúde.
- b) Implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). A meta estabelecida no início da gestão de municipalizar a saúde em 100 % dos municípios do Estado não deverá ser atingida, havendo a previsão de que 152 municípios (35,6% do total) deverão estar com a saúde municipalizada até o final de 1994. Até o presente momento, a municipalização atinge 121 municípios em processo de adaptação da nova normalização, tendo já sido cedidos 1.595 servidores (19% do total) e 380 unidades assistenciais (37% do total).

- c) Implantação dos laboratórios de controle de qualidade de medicamentos e alimentos. Proposta parcialmente executada. Foram executadas a reforma da área física, adquiridos equipamentos, treinados recursos humanos, restando a conclusão das instalações elétricas para que os laboratórios possam entrar em funcionamento.
- d) Implantação dos centros de saúde do trabalhador. Proposta não executada. Em desenvolvimento apenas um projeto piloto no município de Canoas, sem as características do projeto original.
- e) Recuperação da rede de unidades assistenciais da SSMA. Proposta parcialmente executada. Foram executadas 157 obras, sendo 8 construções novas e 135 reformas e/ou ampliações de unidades, representando 13 % do total de unidades da SSMA.
- f) Implantação de centrais regionais de leitos hospitalares. Proposta não executada. Permanecem em funcionamento precário apenas as centrais de leitos hospitalares de Porto Alegre e Santa Maria.
- g) Implantação do programa de controle do cólera. Projeto executado. No período foram realizadas, com o apoio financeiro do Ministério da Saúde, inspeções em áreas de risco, coletas e exames de amostras de casos suspeitos, reuniões com prefeitos e secretários municipais de saúde, encontros e treinamentos de profissionais de saúde, impressão e divulgação de material educativo e formação de estoque de insumos para atendimento de casos de cólera.
- h) Implementação da produção agropecuária no Hospital Colônia Itapoã. Proposta parcialmente executada. Anualmente vêm sendo produzidas 33 toneladas de hortaliças, abatidas 12 cabeças de gado, 85 cabeças de suíno, coletados 529 kg de mel e cortados 1.070 m³ de lenha, quantidades insuficientes, todavia, para suprir as necessidades da rede de hospitais próprios da SSMA, como estabelecia o projeto.
- i) Reestruturação do sistema de atenção à saúde mental no Estado. Proposta parcialmente executada. Foram aprovados pela Assembléia Legislativa e sancionados pelo Governador os projetos de lei da Reforma Psiquiátrica e da criação de pensões públicas comunitárias, e pelo Conselho Estadual de Saúde foi aprovada a Política de Saúde Mental do Estado. Foram realizados conferências, seminários, cursos e reuniões nos diversos municípios, entretanto, constata-se, até o presente momento, a abertura de poucos leitos psiquiátricos em hospitais gerais e a não implantação dos centros de atenção psicossocial e das pensões públicas comunitárias programadas pela

SSMA. Além disso, persistem as decisões judiciais determinando o asilamento de pessoas portadoras de deficiência mental ou outros distúrbios psicossociais no Hospital Psiquiátrico São Pedro.

- j) Aumento da cobertura vacinal no Estado - Projeto Sulvacina. Proposta executada, tendo sido atingida quase a totalidade da meta estabelecida, ou seja, a cobertura vacinal de 100% na população de menores de 1 ano de idade. Para uma população-alvo de 186.463 crianças menores de um ano, foram aplicadas 108.075 terceiras doses de vacina anti-pólio, 107.588 terceiras doses de vacina DPT, 109.835 doses únicas de vacina anti-sarampo e 123.257 doses únicas de vacina BCG, tendo sido atingida uma cobertura de 86,9 % em relação à poliomielite, de 86,5% em relação à difteria, coqueluche e tétano, de 88,3% em relação ao sarampo e de 99,2% em relação à tuberculose. Nos dois dias de vacinação contra a poliomielite foram atingidas as coberturas de 98,1% e 96,9% da população-alvo.
- k) Implantação do sistema de saúde comunitária com a formação de 1.500 agentes comunitários/ano, construção do novo prédio da unidade de saúde comunitária e transformação do Hospital Sanatório Partenon em hospital geral comunitário, integrando, juntamente com a Escola de Saúde Pública, um sistema docente-assistencial. Proposta parcialmente executada. No período, foi construída e colocada em funcionamento a nova sede da unidade de saúde comunitária do Murialdo, foi executada a reforma dos setores de lavanderia e cozinha, e iniciada a reforma da ala sudeste, bloco C, do Hospital Sanatório Partenon (com capacidade de 98 leitos) e realizados estudos e projetos referentes à formação de agentes de saúde. Encontra-se em revisão final pela Escola de Saúde Pública, Unidade de Saúde Comunitária do Murialdo e Hospital Sanatório Partenon o projeto de saúde comunitária para o centro de excelência do Partenon.
- l) Ampliação do Laboratório Farmacêutico do Estado (LAFERGS). Proposta parcialmente executada. Concluída a reforma do prédio principal, do vestiário, da rede elétrica, a instalação do sistema de climatização/pressurização/tratamento do ar, instalada uma central de força de 1.000 KWA e iniciado o processo licitatório para construção de um almoxarifado de 1.200m². Todavia, essas ações foram insuficientes para aumentar a capacidade de produção do laboratório.

- m) Implementação do programa estadual de sangue e derivados - construção de hemocentros, instalação de núcleos de hemoterapia e clínica hematológica. Proposta não executada. No período apenas foram adquiridos alguns equipamentos, sem que fosse dada continuidade às obras de construção dos hemocentros regionais de Passo Fundo, Pelotas e Santa Rosa ou iniciada a construção de outras unidades.
- n) Conclusão do Hospital Geral de Caxias do Sul. Proposta não executada. O hospital não foi concluído, sendo que foram executadas 85 % das obras civis, 100 % dos projetos especiais e projetos complementares, 77 % das instalações comuns e 10 % das instalações especiais. Até o momento a área total construída é de 12.887,99m².
- o) Prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. Proposta executada através da distribuição de preservativos, divulgação de folhetos educativos, realização de treinamentos, aumento (discreto) do número de leitos hospitalares, estabelecimento de padrão estável de distribuição de medicamentos excepcionais, elaboração de manual de condutas clínicas, realização de palestras e vídeos educativos e divulgação através dos meios de comunicação. Apesar de todas essas ações a AIDS vêm apresentando uma incidência crescente em nosso Estado.
- p) Implantação do programa de saúde bucal. Proposta parcialmente executada. No período, foram distribuídos 158 gabinetes e 20 peças odontológicas para um total de 164 municípios. Foram recuperados e reativados gabinetes odontológicos, treinados os profissionais, adequado o suprimento de insumos e material com vistas ao desenvolvimento de bases educativas e preventivas que atingiram escolares e a população em geral. Foram também desenvolvidos, pelo LAFERGS, a pastilha de flúor e a pasta gel dental.
- q) Avenida do Trabalhador. Proposta em execução, no que se refere à saúde, a partir de março de 1994, através da implantação de 09 unidades de saúde, de 50m², nos módulos de serviços comunitários distribuídos ao longo da Avenida de 58 km de extensão, que interligará o bairro da Restinga, em Porto Alegre, ao bairro Matias Velho, em Canoas, passando pelos municípios de Viamão, Alvorada e Cachoeirinha, com conclusão prevista para dezembro de 1994. Também deverão ser reformadas e reequipadas, em uma primeira etapa, 19 unidades da região metropolitana, sendo que 10 delas localizam-se a uma distância máxima de 1.800m do trajeto e 03 situam-se na própria Avenida do Trabalhador. Para o sistema de remoção de

pacientes foram adquiridas 09 ambulâncias e, para um melhor atendimento às urgências o Hospital de Alvorada, ocorreram adaptações físicas na área de pronto-atendimento, com facilitação do acesso e ampliação do número de leitos de observação, além do reequipamento do bloco cirúrgico. Deverão tomar posse 1.400 novos profissionais de saúde concursados, a fim de atender às necessidades da região metropolitana. Até o momento foram liberados para o projeto: R\$ 1.288.286,30.

- r) Implantação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM). Proposta parcialmente executada, faltando a construção da sede própria e laboratórios (8.000m²), a complementação da informatização e a realização do concurso público (em andamento). Foram treinados, no período, 252 servidores e adquiridos 816 bens materiais, incluindo veículos, equipamentos de laboratório e de informática.
- s) Constituição do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Proposta parcialmente executada. Encontra-se em análise pela Assembleia Legislativa o projeto que cria o Sistema Estadual de Meio Ambiente, incluindo o Conselho e a Política Estadual de Controle Ambiental (projeto 348/83).
- t) Descentralização das atividades da FEPAM. Proposta parcialmente executada. No período 1991/94 foram instaladas 7 regionais: Rio Grande, Santa Maria, Lajeado, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Santa Rosa e Estância Velha.
- u) Implantação do gerenciamento costeiro. Proposta parcialmente executada. Foram montados os sistemas de informação, treinados técnicos, realizadas campanhas de monitoramento da qualidade das águas do litoral norte, palestra e encontros nos municípios litorâneos, avaliações técnicas de empreendimentos na área litorânea, efetivados convênios com o IBAMA/DNRN para monitoramento do litoral norte, instalado aparelhamento instrumental para acompanhamento das modificações ambientais, realizado o diagnóstico do litoral norte e definidos os instrumentos legais para o seu gerenciamento.
- v) Implementação do Projeto Pró-Guaíba. Proposta parcialmente executada. Projeto elaborado, aguardando assinatura do contrato de empréstimo entre o governo do Estado e BID. Houve a estruturação da FEPAM para atender a execução do projeto de despoluição do Rio Guaíba, tendo sido assinado um contrato com o Governo do Estado para o aporte de recursos e constituído o Comitê de Gerenciamento do Pró-Guaíba.

x) Capacitação da FEPAM. Proposta executada através de convênios com a GTZ (Alemanha) que viabilizou a realização de consultorias, treinamentos, cursos básicos e de pós-graduação, pesquisas, publicações e trabalhos científicos.

z) Implementação do projeto Mata Atlântica. Proposta parcialmente executada, através de fiscalizações na área tombada, participações em reuniões, encontros e palestras sobre a Mata Atlântica, elaboração de minutas de protocolo de cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente e Governo do Japão, elaboração de regulamentos, propostas de normatização e treinamentos. Aprovação pela UNESCO da reserva da biosfera e regulamentação do Decreto Federal 750/93, juntamente com o IBAMA e DNRR.

Execução Orçamentária

A despeito de o Sistema Único de Saúde preconizar a aplicação de 10% dos orçamentos da União, Estados e Municípios na saúde, no Rio Grande do Sul a participação percentual do orçamento da Secretaria Estadual da Saúde e do Meio Ambiente, que inclui recursos do tesouro e do Fundo Estadual de Saúde (recursos transferidos da União e outros), não ultrapassou 4,20 % do orçamento geral do Estado no período 1991/94 (1991: 4,41%; 1992: 4,12% e 1993: 4,19%). No ano de 1994, espera-se uma participação percentual de 5,06%. Nesta gestão a média de recursos destinados à saúde através do orçamento estadual foi de US\$ 44.470.854,00. Na análise da composição de despesas da SSMA, constatamos que 92,55% dos recursos foram destinados ao custeio (pessoal: 49,4%; material de consumo: 16,90%; outros serviços e encargos: 14,20%; transferências a municípios: 7,3%; subvenções sociais: 4,0%; remuneração de serviços pessoais: 0,57%; transferências pessoais: 0,07%), 5,38% dos recursos destinados às despesas de capital (obras e instalações: 3,16 % e equipamentos e material permanente: 2,21 %) e 2,04 % dos recursos destinados às transferências à União, Municípios e auxílios para despesas de capital.

Não se dispõe de relatórios detalhados sobre a distribuição de recursos por atividades e projetos no período 1991/94, fato que impede um estudo analítico mais profundo. Todavia, a análise da execução orçamentária da SSMA no ano de 1993 demonstrou que foram destinados à saúde, naquele ano, um total de CR\$ 5.874.910.841,80, sendo CR\$ 4.774.177.833,94

(81,26%) provenientes do tesouro e CR\$ 1.100.733.007,86 (18,74%) provenientes do Fundo Estadual de Saúde e fundos especiais. Deste total, foram aplicados em ordem decrescente de valor: CR\$ 2.045.832.307,20 na atividade de desenvolvimento de recursos humanos (Escola de Saúde Pública - ESP), CR\$ 1.330.406.514,62 na assistência hospitalar, através dos 06 hospitais próprios, CR\$ 696.441.770,53 na assistência ambulatorial, através da rede própria (913 unidades sanitárias e 109 postos de assistência médica), CR\$ 639.884.537,44 em atividades de apoio operacional às ações de saúde, CR\$ 530.258.418,18 em contribuições a FEPAM e a órgãos privados conveniados com a SSMA, CR\$ 229.216.978,24 em projetos considerados prioritários, CR\$ 185.918.593,30 na produção de medicamentos, CR\$ 102.892.268,11 na produção de imunobiológicos, pesquisa e apoio diagnóstico, CR\$ 52.630.016,27 em informação científica e tecnológica, CR\$ 48.271.746,05 em ações de saúde coletiva (vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, saneamento básico e suplementação alimentar) e CR\$ 5.642.824,91 em despesas referentes a exercício anterior.

Se inferirmos que esse tenha sido o perfil da execução orçamentária da SSMA no restante do período, podemos concluir que 34,87% dos recursos foram aplicados em desenvolvimento de recursos humanos(ESP), 22,67% nos hospitais próprios, 11,87% na rede ambulatorial própria, 10,90% no apoio operacional, 9,04% em contribuições a órgãos privados conveniados, 3,91% na execução de projetos prioritários, 3,17% na produção de medicamentos(LAFERGS), 1,75 % na pesquisa, produção de imunobiológicos e apoio diagnóstico(IPB), 0,9 % em informação científica e tecnologia, 0,82 % em ações de saúde coletiva (vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, saneamento básico e suplementação alimentar) e 0,10 % em pagamento de despesas de exercícios anteriores.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise da situação geral da saúde no Estado do Rio Grande do Sul permite-nos concluir que, decorridos quatro anos, não se constata significativas alterações no quadro sanitário encontrado em 1991.

Na análise dos indicadores clássicos de saúde, observamos que, no que diz respeito à mortalidade, as doenças do aparelho circulatório (doenças cerebro-vasculares, doenças isquêmicas do coração, etc.) continuam sendo a 1ª causa de morte (35,1% do total). A 2ª causa é representada pelas neoplasias (câncer do pulmão, próstata, mama feminina, colo do útero), atingindo 17,7%.

A importância desses dois grupos, também chamadas doenças crônico-degenerativas, está intimamente relacionada com dois aspectos: primeiro, a diminuição das mortes por doenças infecto-parasitárias (2,7 %) e, segundo, pelo aumento da expectativa de vida (71,37 anos para ambos os sexos). Isso ganha mais consistência se levarmos em conta a mortalidade proporcional por faixa etária e que nos apresenta um peso de 5,89 % para os óbitos em menores de 1 ano e de 72,46 % para os de 50 ou mais anos.

Quanto às doenças do aparelho respiratório (asma, bronquite, enfisema e pneumonia) voltaram a ser a 3ª causa de morte, com 11,2 % maior do que as causas externas (homicídios, suicídios, acidentes de trânsito) com 10,4 %.

Há que se ressaltar a redução dos óbitos por doenças mal-definidas (parada cardiorrespiratória, insuficiência respiratória) sendo hoje de 7,0 %, o que por si só empresta representatividade aos dados produzidos, visto que as declarações de óbito estão recebendo uma atenção mais responsável.

Especificamente no que diz respeito à mortalidade infantil, o coeficiente de 19,3 óbitos por 1.000 nascidos vivos, em 1992, não pode ser analisado sem se ressaltar antes o sistema de informação sobre nascidos vivos (sinasc). Antes do sinasc, 1970 a 1991, todos os cálculos de coeficientes eram feitos em cima de dados da população menor de 1 ano revelada pelos censos e, nos intervalos, por estimativas populacionais. Isso, com o passar dos anos, levou a erros de cálculos e, por conseguinte, a valores enganosos de coeficientes.

Agora, ao nascer cada criança recebe uma declaração de nascido vivo (dn) e o somatório de todos os partos serve de base para o cálculo do coeficiente de mortalidade infantil, desta forma, está terminando esta distorção histórica. Portanto, a simples comparação entre coeficientes de mortalidade infantil de 16,5/1.000 menores de 1º ano, de 1991, com o de 19,3/1.000 nascidos vivos, de 1992, não revela um aumento na mortalidade infantil. Pelo contrário, houve uma pequena redução no número absoluto de óbitos, passando de 3.566 em 1991, para 3.518 em 1992. O que temos agora é um indicador epidemiológico mais preciso.

No que diz respeito às causas de morte no 1º ano de vida, é preciso ressaltar a importância das doenças neonatais (membrana hialina, hipóxia ao nascer, etc.) com 28,31%, as pneumonias com 12,00% e as septicemias (infecções generalizadas) com 11,71%. Ressalte-se, também, o peso cada vez menor das doenças infecciosas intestinais (diarréias, desidratação, etc.) na mortalidade infantil, hoje de apenas 4,2 %.

No que concerne à morbidade, o acompanhamento dos agravos, através dos sistemas de vigilância, indicam que:

- Apesar de o Estado não ter alcançado, integralmente, todos os critérios estabelecidos para a certificação da erradicação da poliomielite, houve uma drástica redução de casos confirmados, passando de 23 casos em 1980 para 2 casos, em média, no período 1981-89 e nenhum caso a partir de 1990.

- A incidência de difteria tem apresentado uma tendência decrescente. A série histórica que vai de 1979 a 1993 mostra a redução a partir do início da década de 80, com coeficientes passando de 5,45 casos/100.000 habitantes, em 1991, para 0,24 casos/100.000 habitantes em 1993.

- A ocorrência de casos de tétano acidental e neonatal demonstram a variação da doença nos últimos anos. Os casos notificados de tétano acidental foram de 119 em 1991, com 50 óbitos, de 106 em 1992, com 47 óbitos, e de 113 em 1993, com 51 óbitos.

- A ocorrência de coqueluche vem apresentando uma tendência decrescente, registrando-se no ano de 1993 um coeficiente de 5,62 casos/100.000 habitantes.

- O acompanhamento da ocorrência de casos de sarampo no período 1990/91 indicou uma situação epidêmica em 76 municípios (22,8 % do Estado), impondo a adoção de medidas mais intensas de controle. A partir dessas ações, baseadas no reforço da vacinação, observou-se a redução progressiva da incidência de casos, passando de 69,7 casos/100.000 habitantes em 1991 para 6,6 casos/100.000 habitantes em 1993.

- A hepatite viral tem ocorrido de forma endêmica no Estado, com uma média anual de 2.366 casos no período 1986-1993: 1.782 casos (coef. 19,52/ 100.000 hab.) em 1991, 1.884 casos (coef. 20,64/100.000 hab) em 1992 e 2.258 casos (coef. 24,72/100.000 hab) em 1993.

- A não ocorrência de casos de cólera no Estado tendo sido investigados, no período 1991-94, 242 casos suspeitos.

- A redução progressiva da incidência da febre tifóide graças à expansão da rede de saneamento básico e do oferecimento de água tratada à população. No início da década de 70 registravam-se coeficientes em torno de 8-10 casos/100.000 habitantes e, em 1993, a incidência observada foi de 0,63 casos/100.000 habitantes, representando uma redução em torno de 90%.

- Em relação às meningites, registrou-se, no início da década de 70, uma grande epidemia, causada inicialmente pelo meningococo do sorogrupo A, com superposição posterior do sorogrupo C. A partir de 1976, a incidência retornou a valores endêmicos, mantendo-se baixa na década de 80, atribuída predominantemente ao meningococo B. Na década de 90 vem sendo registrada uma tendência de aumento da incidência da doença, acompanhado de um aumento progressivo da doença causada pelo meningococo do sorogrupo C: 134 casos (coef. 1,51/100.000 hab.), com 26 óbitos em 1990, 111 casos (coef. 1,21/100.000 hab.), com 25 óbitos, em 1991, 137 casos (coef. 1,37/100.000 hab.), com 18 óbitos, em 1992 e 233 casos (coef. 2,55/100.000 hab.), com 37 óbitos, em 1993.

- A AIDS mantém-se em crescimento no Estado, com o surgimento, em média, de dois casos novos por dia. O número de casos e a taxa de crescimento no período foram: 1990 - 286 casos (coef. 3,02 casos/100.000 hab. - taxa de crescimento de 50%), 1991 - 476 casos (coef. 5,10 casos/100.000 hab. - taxa de crescimento de 66%), 1992 - 555 casos (coef. 5,94 casos/100.000 hab. - taxa de crescimento de 17%) e 1993 - 778 casos (coef. 8,31 casos/100.000 hab. - taxa de crescimento de 40%). Até 31 de março de 1994 já haviam sido notificados 419 novos casos de AIDS no Estado.

- A tuberculose vem apresentando tendência crescente. Em 1991, de 4.272 casos notificados (coef. 46,6 casos/100.000 hab.), o índice de cura era de 79% e a taxa de abandono de tratamento de 12%. No período 1991/94, houve um aumento do número de casos, principalmente na área da 1ª Delegacia Regional de Saúde (Porto Alegre e Região Metropolitana), com considerável aumento na taxa de abandono de tratamento que passou para 20% ou mais. Atualmente, verifica-se uma defasagem de três meses no fornecimento e andamento da rotina de coleta e uso dos dados.

Há que se acrescentar, ainda, que, conforme a constatação da vigilância sanitária, persiste a ausência de indicadores de saúde relacionados ao consumo/utilização de produtos e serviços.

No que diz respeito à assistência, constatamos, no período 1991/94:

- Manutenção de uma média anual de 89.398 internações hospitalares, ou seja, internou-se anualmente no Estado o equivalente a 11,3 % de sua população total (o parâmetro preconizado pelo Ministério da Saúde é de 10 %). As principais causas de internações no Estado foram as doenças do aparelho respiratório, as complicações da gravidez, parto e puerpério e as doenças do aparelho circulatório.

- Tendência ascendente de gastos com a assistência ambulatorial, principalmente em relação aos procedimentos de alto custo, tais como diálise, quimioterapia, radioterapia, medicamentos excepcionais, próteses e órteses.
- Persistência e/ou agravamento das dificuldades de acesso a determinados serviços médicos, não somente àqueles de referência ou especializados, como, também, em determinadas áreas, aos serviços básicos de saúde, estabelecendo a manutenção da rotina de longas filas ou listas de espera para obtenção do atendimento. Estes fatos vêm sendo objeto de divulgação incisiva e sistemática por parte dos meios de comunicação.
- Deficiência no suprimento de medicamentos e outros insumos básicos à rede de unidades assistenciais da SSMA; desmotivação dos profissionais, falta de perspectivas e descrédito da população, comprometendo a proposta do plano de governo de resgatar a eficiência e eficácia da rede pública de saúde, promovendo a manutenção do afluxo de usuários aos ambulatórios dos grandes hospitais conveniados ao SUS na capital do Estado. Esta deficiência tem obrigado, em alguns municípios, as Prefeituras a auxiliarem os postos de saúde do Estado, ou que o usuário arque com as despesas do tratamento.
- Deficiente sistema de atendimento às emergências e casos mais complexos no âmbito dos municípios e regiões, condicionando a sobrecarga de atendimento no Hospital de Pronto Socorro e outros hospitais de Porto Alegre.
- Significativo crescimento dos planos privados de saúde e outras formas de assistência suplementar ou complementar, demonstrando que novos segmentos da sociedade estão buscando a compensação do atendimento não encontrado na rede pública, tanto por iniciativa dos próprios usuários, como das empresas às quais estão vinculados.

Algumas razões podem ser apontadas para justificar ou explicar a não-obtenção de um impacto capaz de alterar o difícil quadro em que se encontra a saúde no Estado. Classicamente, a principal razão apresentada é a falta ou escassez de recursos. É inegável o fato de que os recursos orçamentários destinados pela União e pelo Estado à saúde foram limitados, não tendo ultrapassado 5 % do orçamento anual. Todavia, outras razões de equivalente importância podem ser apontadas em relação à gestão 1991/94:

A falta de uma visão e de abordagens estratégicas na condução da política e sistema estadual de saúde, revelada através da excessiva lentidão ou não-adoção de medidas técnico-político-administrativas e jurídicas essenciais ao processo de implementação e consolidação do novo papel da SSMA no Sistema Único de Saúde, tais como a adequação da estrutura organizacional (em função da incorporação das atribuições e serviços do extinto INAMPS), a efetiva descentralização da gerência e execução das ações e serviços de saúde para os municípios e regiões; a priorização e deslocamento dos recursos humanos e materiais para atividades relacionadas com o planejamento; coordenação, articulação, controle e avaliação do sistema de saúde em seus âmbitos regionais e estadual e o fortalecimento das instâncias regionais da SSMA, para a viabilização de um adequado suporte ao processo de descentralização da saúde. A Reforma Administrativa do Estado, mesmo constituindo-se em uma das propostas prioritárias do governo e uma oportunidade ímpar de realização das profundas mudanças exigidas, sofreu sérias resistências em, praticamente, todos os níveis da organização, comprometendo o resultado pretendido, não se concluindo integralmente e preservando graves problemas estruturais e gerenciais.

Outras razões a serem apontadas são a falta de objetivos e metas definidas, com explicitação do que é e o que não é prioridade de governo. Isso ficou plenamente evidenciado pela inobservância de um plano estadual de saúde, construído técnico-politicamente de forma ascendente e participativa, com aprovação das diversas instâncias técnicas do sistema e do Conselho Estadual de Saúde o qual pudesse balizar as prioridades nos âmbitos regionais e estadual e servisse como referencial para a programação, execução, controle e avaliação das ações e serviços de saúde. Esse fato estendeu-se, também, às propostas consideradas prioritárias, resultando na dispersão de recursos e inviabilizando a obtenção do impacto desejado. Como consequência, algumas propostas simplesmente não foram executadas (saúde e educação - planejamento conjunto, centros de saúde do trabalhador, unidades móveis de saúde, centrais regionais de leitos hospitalares, médico de família, programa estadual de sangue e derivados), outras propostas foram iniciadas mas não concluídas (laboratórios de controle da qualidade de medicamentos e alimentos, recuperação da rede de unidades assistenciais, reestruturação do sistema estadual de atenção à saúde mental, sistema de saúde comunitária, ampliação do Laboratório Farmacêutico do Estado, conclusão do Hospital Geral de Caxias do Sul e Avenida do Trabalhador - um novo sistema de saúde pública para a Região Metropolitana de Porto Alegre); outras propostas foram parcialmente implementadas (municipalização da saúde, controle de doenças sexualmente transmissíveis/AIDS) e, finalmente, outras duas propostas

atingiram um nível de execução próximo dos 100 % (aumento da cobertura vacinal - projeto sulvacina e controle da cólera no Estado). Saliente-se que estes dois últimos projetos receberam significativo apoio financeiro do Ministério da Saúde e outras entidades. Na área ambiental, praticamente todas as propostas inicialmente delineadas e priorizadas apresentaram avanços, principalmente em função da constituição da Fundação Estadual de Proteção Ambiental e de seus convênios de cooperação técnica e financeira com organismos nacionais e internacionais.

Observe-se, também, a falta de ação eficaz no que tange às condições e instrumentos para o adequado gerenciamento da Instituição, tais como a prévia seleção e a contínua preparação técnico-político-administrativa dos dirigentes, a capacitação e sensibilização dos técnicos para o desempenho de novas e mais complexas funções, decorrentes das mudanças organizacionais, o desenvolvimento de mecanismos de integração de servidores pertencentes a órgãos com culturas e práticas, tão diferenciadas, como a SSMA e o extinto INAMPS, a implantação e implementação de um adequado sistema de informações de indicadores gerenciais, capaz de dar suporte, com consistência, ao processo de tomada de decisão dos dirigentes da Instituição.

A falta de uma efetiva coordenação geral, capaz de agregar e mobilizar técnico-política e administrativamente uma organização complexa, estruturada de forma extremamente departamentalizada, com deficientes sistemas internos de comunicação e controle e cuja ação gerencial processa-se de maneira autóctone, motivada por intervenções em situações de crise, "apagando incêndios" e, raramente, utilizando o instrumental do planejamento.

Como recomendação para o novo governo estadual, sugerimos que, paralelamente à elevação da dotação orçamentária para a área da saúde, sejam buscadas alternativas nos âmbitos técnico, político, administrativo e jurídico, que viabilizem a profissionalização e qualificação técnica da SSMA, a fim de que possam ser sanados ou, pelo menos mitigados, os problemas estruturais, gerenciais e operacionais anteriormente destacados.

**3.4 - SECRETARIA DA JUSTIÇA,
DO TRABALHO E
DA CIDADANIA (SJTC)**

3.4 - SECRETARIA DA JUSTIÇA, DO TRABALHO E DA CIDADANIA - SJTC

A Lei nº 9.433, de 27 de novembro de 1991, que dispõe sobre a estrutura organizacional da administração estadual, promoveu alterações significativas relativas às competências da Secretaria da Justiça. Esta incorporou algumas das atribuições dos órgãos extintos pela reforma administrativa, como a Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária, Segurança Pública e Ouvidoria-Geral do Estado, passando a ser denominada Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania.

Compete à Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania: a administração penitenciária; a proteção e defesa do cidadão e do consumidor ; os serviços de perícias criminalísticas, médico-legais e de identificação civil e criminal; o fomento à política de emprego e ao mercado de trabalho; o desenvolvimento comunitário; o fomento ao sindicalismo; a ação social e a assistência à criança e ao adolescente.

A atual administração, ao assumir o Governo do Estado, encontrou um quadro marcado pela precariedade em diversas áreas de competência desta Pasta: o sistema penitenciário atravessava momentos críticos; os instrumentos de defesa do cidadão e do consumidor eram precários; as políticas básicas de assistência social eram insuficientes; a política de trabalho foi negligenciada e, na área de assistência à criança e ao adolescente, a implementação de políticas de caráter compensatório não respondiam às reais necessidades deste segmento populacional, além de inúmeros outros problemas referentes à falta de pessoal, material e equipamentos.

ATUAÇÃO

A atual administração buscou instituir uma efetiva política de valorização do preso e a reestruturação administrativa do sistema penitenciário; desenvolver instrumentos para esclarecer e orientar a população quanto ao pleno exercício da cidadania; implementar políticas básicas de assistência social, promoção do trabalho e reorientação da política de assistência à criança e ao adolescente. Em síntese, a atual administração imprimiu a sua Pasta a marca prevalente dos valores da cidadania, nas suas mais variadas dimensões.

REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91/94

O presente documento apresenta as realizações de destaque deste governo (1991-1994) e está estruturado conforme as suas principais funções. A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) e a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), por se constituírem órgãos vinculados, terão apresentações a parte.

Administração Penitenciária

As atividades relacionadas à administração penitenciária são executadas pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE).

O Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul foi encontrado, conforme mencionado, em situação crítica, marcado pela má distribuição da população penitenciária, violência e promiscuidade, desvalorização dos funcionários e ausência de uma política penitenciária.

Frente a tal situação, fez-se necessário reorientar a administração penitenciária, no sentido da busca efetiva da valorização dos presos, dos funcionários e reestruturação administrativa do sistema penitenciário.

A fim de promover a recuperação do homem preso, foram desenvolvidas ações dirigidas ao trabalho, à educação, à assistência social e à disciplina. Essas ações foram implementadas por diversas unidades da Superintendência dos Serviços Penitenciários.

O Grupo Executivo do Trabalho Prisional (GETP), criado em 1989, destina-se ao tratamento das questões relativas à atividade laboral dos presos. Somente a partir de 1991, a atuação do GETP tornou-se mais efetiva, quando foram priorizados a prestação de serviços a terceiros e o acompanhamento da atividade laboral. Para tanto, foi promovida a regulamentação de todo o trabalho prisional na prestação de serviços a terceiros; estimulada a utilização da mão-de-obra prisional, por parte da iniciativa privada e por órgãos do próprio serviço público, através da divulgação pelos meios de comunicação de massa e por contatos mantidos por servidores.

A regulamentação do trabalho prisional, na prestação de serviços a terceiros, através de Protocolos de Ação Conjunta, veio possibilitar, além dos recolhimentos das importâncias geradas ao Fundo Penitenciário e da constituição e do acréscimo de recursos para o pecúlio dos apenados, um maior controle sobre o trabalho prisional, diferentemente do que ocorria em períodos anteriores a 1991.

Da mesma forma, os relatórios mensais de acompanhamento permitiram que se tivesse, sobre cada casa prisional, a visão permanente sobre a atividade laboral do estabelecimento.

É importante ressaltar que o Fundo Penitenciário tem por finalidade intensificar a laborterapia nos estabelecimentos penais, promover o trabalho agrícola, industrial, pastoril e de artesanato; custear encargos e medidas de recuperação e assistência aos reeducandos, seus dependentes e os das vítimas; fornecer meios para ampliação, manutenção, conserto e funcionamento de locais e equipamentos dos estabelecimentos penais e demais órgãos do sistema penitenciário e facilitar o pronto atendimento a outras necessidades correlatas ou complementares.

O Grupo Executivo do Trabalho Prisional implantou e ampliou hortas destinadas à suplementação alimentar dos apenados em 45 estabelecimentos penais. Foram distribuídos 346 "Kits" de sementes de espécies hortícolas às Casas do Sistema Prisional do Estado. O projeto citros viabilizou a implantação de pomares cítricos em 14 estabelecimentos penais.

O projeto CPA Auto-Sustentável visa a dar à Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho condições de auto-abastecimento em hortigranjeiros, bem como prover as casas penais do complexo de Charqueadas com os produtos, a fim de beneficiar 2.000 presos.

Foram realizados leilões, em conjunto com a Colônia Penal Agrícola e o Instituto Penal de Mariante, para a venda de mais de 1.200 cabeças entre bovinos, eqüinos e suínos. A olaria de Charqueadas foi recuperada para a produção de tijolos maciços para o sistema penal.

As realizações do Grupo Executivo do Trabalho Prisional, aliadas às atividades de manutenção, limpeza e cozinha das Casas Prisionais, permitiram que se levasse ocupação a uma significativa parcela da população carcerária, além de oportunizar ao preso a remuneração pelo seu trabalho e o benefício da remissão de pena. A importância do trabalho desenvolvido pode ser mensurada pela evolução do percentual de mão-de-obra prisional ocupada no período que compreende os anos de 1990 a 1994: 1990 - 38%; 1991 - 49,46%; 1992 - 62,8%; 1993 - 79,64% e 1994 - 60%.

A Unidade de Atendimento Educacional e Social (UAES) presta assistência a todos os estabelecimentos penais do Estado, através das equipes de saúde, educacional, psicossocial, comissão técnica de classificação e de assistência legal.

Em 1991, as referidas equipes foram encontradas com insuficiência ou completa ausência de recursos humanos, provocando a debilidade na prestação dos serviços e até mesmo

a desativação da equipe de saúde. Portanto, num primeiro momento, foi necessário investir em recursos humanos e reestruturar as equipes com o fim de garantir o bom desempenho da assistência educacional e formação profissional do homem preso.

Na área da saúde, buscou-se a melhoria do atendimento individualizado, a implantação de programas sanitários, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, a supervisão das ações de saúde do sistema penitenciário e o desenvolvimento de programas de ação com a comunidade.

Foram prestados 138.550 atendimentos individualizados, por profissionais da área da saúde, ao longo do quadriênio. Esse número indica que a média anual é superior a três atendimentos por preso. Os programas de prevenção à AIDS mereceram atenção especial, o que inclui a distribuição de "kits" da AIDS e palestras em diversas instituições do sistema prisional. Foram contratados 37 profissionais da saúde para atuarem nas casas do sistema, e realizados cinco programas de treinamento. Cerca de 17 convênios foram firmados com órgãos governamentais e não-governamentais, a fim de promover melhorias nos serviços de saúde, através do desenvolvimento de programas de ação conjunta. Dentre esses, destacam-se alguns convênios com hospitais públicos.

A equipe educacional estabeleceu como principais metas a intensificação do atendimento educacional formal, o investimento na formação e qualificação profissional e a realização de atividades que envolvem cultura, lazer e esporte.

Na área da educação formal, o ensino supletivo atingiu 5.600 inscrições, representando, aproximadamente, 50% do efetivo do sistema prisional, que hoje totaliza 10.626 presos. O projeto destinado à alfabetização e pós-alfabetização foi implantado em 15 presídios, beneficiando 4.456 presos. O Projeto Lex, da Secretaria da Educação, atingiu 9 presídios, no total de 800 presos. O Núcleo de Orientação e Ensino Supletivo, projeto da Secretaria da Educação, atuou junto a 45 casas prisionais, beneficiando 3.400 presos. E, por fim, o Projeto da Secretaria da Educação, - Nenhum Adulto Analfabeto, chegou a atingir 50 casas e 1.420 presos, utilizando professores cedidos pelas prefeituras das regiões ou da Secretaria da Educação.

Os dados relacionados indicam a atuação efetiva da equipe educacional, chegando a atingir, em alguns dos projetos mencionados, aproximadamente 40 a 50 % da população carcerária.

A equipe psicossocial elegeu como metas prestar atendimento e acompanhamento ao preso, egresso e familiares, viabilizar a colocação de egressos no mercado de trabalho,

preparar técnicos para atuarem junto ao sistema penitenciário e implantar Conselhos da Comunidade.

Conforme a Lei de Execução Penal (LEP), a cada comarca deve corresponder um Conselho da Comunidade, coordenado pelo Poder Judiciário e constituído por representantes de diversos segmentos da sociedade. Os conselhos atuam como suporte ao sistema penitenciário, no que se refere ao detento, egresso e familiares, buscando uma melhor adequação à sociedade e oportunizando trabalho.

Ao longo do quadriênio 91-94, a equipe psicossocial prestou 2.762 atendimentos e 432 acompanhamentos; implantou 34 Conselhos da Comunidade, na Capital e no interior, de uma previsão total de 60 Conselhos, ou seja, alcançou mais de 50% do proposto. Realizou, também, cursos preparatórios para técnicos ingresso de sistema penitenciário, beneficiando 52 profissionais. Relativo ao programa S.O.S. Egresso e Família de Preso, destinado à reinserção do preso no mercado de trabalho e assistência à família, destaca-se o encaminhamento de 69 presos (regime aberto e semi-aberto) ao mercado.

A equipe de Comissão Técnica de Classificação presta atendimento psicossocial, envolvendo pareceres para transferência de regime e outros benefícios da Lei de Execução Penal. Todos os presídios do Estado foram assistidos, através das equipes itinerantes, e 4.047 pareceres foram emitidos, estando o sistema em dia com o poder judiciário.

A equipe de Assistência Legal tem por objetivo levar a todos os estabelecimentos penais, a assistência jurídica aos presos, além de prestar atendimento a familiares, visando a informá-los sobre a situação jurídica do apenado.

Das metas previstas nos projetos realizados pelas equipes que compõem a Unidade de Atendimento Educacional e Social, atingiu-se 80% dos objetivos propostos. Considerando as dificuldades encontradas, o índice alcançado é bastante expressivo.

A Escola do Serviço Penitenciário tem por principal finalidade a formação, especialização e aperfeiçoamento de servidores e candidatos a cargos ou funções lotados na Superintendência dos Serviços Penitenciários. Ao longo do quadriênio, a escola buscou intensificar a realização de cursos, palestras, projetos e publicações, bem como viabilizar a participação de seus funcionários em eventos externos ao órgão a fim de capacitá-los para contribuir na constante melhoria da política pública penitenciária.

Foram realizadas ou viabilizadas a participação de funcionários em 16 cursos, na área de Criminologia e Ciência Penitenciária, voltados à formação, especialização e aperfeiçoamento de servidores do sistema penitenciário. Foram

gerados, através desses cursos, um total de 1.313 vagas nos quatro anos. Nesse período, foram publicados quatro números da Revista da Escola do Serviço Penitenciário do RS. Ressalta-se, também, o lançamento do livro Marginalidade e Controle Social, resultado de quatro dissertações de mestrado de funcionários do Sistema Penitenciário.

A Equipe de Engenharia Prisional, através da atual administração, investiu R\$ 10.377.555,00 em obras de construção e recuperação de estabelecimentos prisionais de diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Cachoeira do Sul, Canguçu, Carazinho, Caxias do Sul, Espumoso, Frederico Westphalen, Iraí, Lajeado, Santana do Livramento, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, São Borja, Sarandi, Sobradinho, Soledade, Três Passos e Uruguaiana. Foram concluídas 27 obras no período de 1991-94, correspondendo à construção e/ou recuperação de 5.813m². Três importantes obras estão em andamento, somando 9.377m² de área já construída e/ou recuperada. Outras quatro obras, temporariamente paralisadas, já alcançaram a marca de 17.979m² de área.

Cidadania

A atual administração, ao assumir em 1991, deparou-se com a desarticulação e insuficiência de organismos e instrumentos voltados para a defesa dos direitos do cidadão e da sociedade.

Essa área recebeu especial atenção do governo estadual. Os serviços prestados ao cidadão e à sociedade foram ampliados não apenas na área do direito do consumidor, mas, também, na proteção de outros direitos coletivos, como a proteção à criança e ao adolescente, ao idoso, à mulher, e na prevenção ao uso de substâncias psicoativas.

A criação da Casa da Cidadania foi uma das mais importantes realizações nessa área. Hoje a casa congrega diversos órgãos que tratam dos direitos dos cidadãos, bem como de sua defesa, individual ou coletiva, de ações consultivas e executivas. A reunião desses serviços no mesmo espaço físico, compartilhando da mesma infra-estrutura, busca responder aos anseios e necessidades da população, além de racionalizar o setor administrativo de material e pessoal.

O Conselho Estadual de Defesa do Consumidor - SISTECON - órgão administrativo em nível conciliador, atua diretamente nas relações de consumo, onde se configuram conflitos com base no Código de Defesa do Consumidor. O SISTECON exerce atividades em seis áreas: alimentação, saúde, habitação, produtos, serviços e assuntos financeiros, tendo por objetivo agilizar procedimentos decorrentes de situações conflituosas sem que haja ingresso de processos no sistema judicial.

A fim de ampliar sua capacidade de atendimento e atingir os objetivos propostos, o SISTECON buscou dinamizar a municipalização dos serviços, através da instalação de Escritórios Municipais de Defesa do Consumidor. Em cooperação com as prefeituras, instalou 16 escritórios.

O SISTECON presta, em, média 2.000 atendimentos mensais, além da média anual de 3.000 audiências de conciliação relacionados aos mais diversos problemas de consumo. Fornece ainda cerca de 4.000 informações, em média por mês, no balcão de triagem e por telefone.

A Operação Verão, destinada ao esclarecimento de veranistas nas questões relativas ao consumo, foi realizada nos anos de 1993 e 1994, com a instalação de postos informativos em Cidreira, Tramandaí, Imbé, Capão da Canoa e Torres, prestando relevantes serviços ao litoral gaúcho.

Os investimentos em qualificação do quadro funcional e intensificação da informatização, constituíram-se em importantes ações para a promoção de melhorias nos serviços prestados pelo SISTECON.

Na Casa da Cidadania também são prestados serviços jurídicos às pessoas carentes, e confeccionadas, diariamente, trinta carteiras de identidades. Ressalta-se a criação do "Disque-Cidadania", importante serviço implantado para dar informações ou receber reclamações e denúncias que são prontamente atendidas ou encaminhadas, indicando-se o melhor caminho para a solução do problema em qualquer das áreas: consumidor, entorpecentes, mulher, criança e adolescente, idoso, trabalho, documentação, serviço público, saúde e defensoria pública.

O somatório das atividades relacionadas resultou na conquista de expressiva credibilidade do órgão junto à população.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente-CEDICA/RS, responsável pelas políticas públicas de ações estaduais voltados para a infância e a juventude, foi criado pela Lei Estadual nº 9.831, de 19 de fevereiro de 1993.

Dentro da política de atendimento, inscrita no Estatuto da Criança e do Adolescente, o conjunto de ações governamentais e não-governamentais, em favor da infância e da juventude, deve prever políticas sociais básicas, de assistência social e proteção especial. A fim de melhor viabilizar os objetivos, o trabalho do CEDICA/RS foi estruturado por comissões temáticas: reordenamento institucional e regionalização do atendimento; acompanhamento à legislação, finanças e orçamento; assessoramento aos municípios e prevenção e controle do extermínio.

Dentre as realizações do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, destacam-se a implantação de Conselhos Municipais de Direitos e dos Conselhos Tutelares; a aprovação e regulamentação da Lei Fundo Especial para a Infância, além da realização de fóruns, palestras, cursos, pesquisas e seminários.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, criado por Decreto-Lei, no ano de 1986, desenvolve políticas voltadas à atuação da mulher na sociedade e contra todas as formas de discriminação. Em busca da ampliação e consolidação dos seus serviços, incrementou a criação de Conselhos Municipais e aprovou o seu regimento interno, além da participação e promoção de encontros, cursos e congressos.

O Conselho Estadual dos Direitos do Idoso-CEI-RS, criado por Decreto nº 32.989 de 11 de outubro de 1988, é órgão colegiado com funções articuladoras, consultivas e deliberativas, que têm por finalidade estabelecer as diretrizes da política social para o idoso no Estado.

A definição de prioridades, neste governo, contempla: realização de pesquisas e/ou levantamentos periódicos para o conhecimento e atualização de dados a respeito das condições de vida dos idosos; apoio e assessoramento aos órgãos públicos e entidades privadas no planejamento e implementação de políticas e programas, e intensificação de ações junto aos municípios.

O Conselho Estadual dos Direitos do Idoso soma expressivas realizações na atual administração. Ao mesmo coube a montagem do Banco de Dados sobre a Terceira Idade, que contempla informações sobre serviços de atendimento ao idoso, programas e projetos existentes. Elaborou e deu início à execução do projeto de pesquisa intitulada "Os Idosos do RS - Estudo Multidimensional de suas Condições de Vida" que, pela sua importância, conquistou o envolvimento de 14 Universidades gaúchas.

Com relação ao apoio e assessoramento aos órgãos públicos e privados, o Conselho do Idoso voltou-se, principalmente, às prefeituras municipais. Prestou assessoria a cerca de 20% do total de prefeituras do Estado. Forneceu orientações básicas para a implantação de programas e/ou criação de conselhos municipais. Prestou, também, apoio e assessoramento técnico a diversas Universidades na implantação de espaços para a terceira idade.

O Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN - desenvolve políticas voltadas à prevenção do alcoolismo e outras drogas. Na atual gestão, o CONEN buscou intensificar os debates e campanhas estaduais de prevenção ao uso indevido de substâncias psicoativas; fomentou a criação de conselhos municipais e prestou assessoria e consultoria a diversos municípios.

Serviços de Perícias

Aos Institutos de Criminalística, de Identificação e Médico-Legal cabe realizar perícias criminalísticas e médico-legais, sempre que solicitadas por autoridades judiciais ou policiais e administrativas, quando na presidência de procedimentos administrativos, bem como a identificação civil e criminal.

A passagem dos Institutos à Secretaria fez-se de forma gradual, uma vez que, somente em julho de 1993, o Decreto nº 34.812, de 29/07/1993, transferiu, em definitivo, da Polícia Civil à Secretaria, seu patrimônio e recursos humanos. Até aquela data, à Secretaria incumbia somente a gestão das sedes, na Capital, e ao extinto DPTC da Polícia Civil administrar suas atividades no interior do Estado.

Ressalte-se que, apesar de ter sido criada a Coordenadoria-Geral de Perícias, na Constituição Estadual de 1989, coube a este Governo regularizar a situação dos Institutos, através da reforma administrativa.

Observe-se que os Postos do Interior e as sedes dos Institutos, na Capital, foram recebidos, por este governo, completamente sucateados e sem dotação orçamentária específica.

A fim de promover melhorias nos serviços prestados e equacionar os problemas dos Institutos, os esforços foram dirigidos, prioritariamente, à informatização, à aquisição de viaturas, reorganização do quadro funcional e criação da Unidade Orçamentária para a Coordenadoria-Geral de Perícias.

O Instituto Médico-Legal foi totalmente informatizado, sendo, hoje, o mais avançado do Brasil. O Instituto de Criminalística concluiu sua informatização, e o Instituto de Identificação está ampliando sua informatização, extensiva aos postos do Interior.

Com vista à ampliação dos serviços, foram criados 17 (dezessete) Postos Regionais do Instituto de Identificação e Instituto Médico-Legal, em Caxias do Sul, Pelotas, Osório, Canoas, Passo Fundo, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo, Novo Hamburgo, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Guaíba, Ijuí, Taquara, Uruguaiana, Gravataí, Cachoeira do Sul.

Os Postos Regionais criados têm área de cobertura sobre todos os municípios e respectivas populações do Estado, permitindo a organização dos serviços destes órgãos, no interior, descentralizando-os das sedes na Capital.

A Lei nº 10.224, de 29/6/1994, reestruturou os cargos técnicos dos três Institutos, atendendo, em parte, ao que estabelece o art. 136 da Constituição Estadual. As carreiras

de lotação privativa daqueles Órgãos foram estruturadas, criando-se um novo quadro de pessoal com aumento de vagas nos graus iniciais, a fim de atender às solicitações de demanda pelo serviço.

Com o objetivo de suprir a carência de recursos humanos, foi efetivada a contratação emergencial de 91 (noventa e um) servidores, para exercerem funções técnicas nos Institutos de Perícia, na Capital e interior. Entretanto, a fim de equacionar o problema, em caráter mais definitivo, foi aberto Concurso Público para 90 (noventa) cargos técnicos dos Institutos, mais as vagas autorizadas até a homologação final.

Foram encaminhados Convênios e/ou Protocolos de Intenções para as Prefeituras Municipais e Universidades, para mútuo apoio e colaboração, tendo por desiderato regularizar a situação física e de material de Postos do IML e do Instituto de Identificação, do interior do Estado, a saber nos municípios de: Osório, Carazinho, Camaquã e Passo Fundo; Universidades Federais de Rio Grande, Passo Fundo, Caxias do Sul e Santa Maria.

Alguns importantes projetos de pesquisa foram elaborados, para o desenvolvimento de novas técnicas aplicáveis à área de perícias, em convênio com a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Universidade Federal, em Porto Alegre, bem como projetos de reformas dos prédios dos Institutos Médico-Legal, Perícia e de Identificação.

Pelo esforço empreendido, conseguiu-se reverter a situação caótica dos Institutos de Perícia, encontrados sucateados e deixados, hoje, em recuperação, com reorganização administrativa, estruturação de seus serviços no interior do Estado, ampliação de seu quadro de pessoal e busca de recursos para melhor equipá-los.

Promoção Social

O Departamento de Promoção Social foi criado em substituição à Diretoria Técnica da extinta Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária. Atualmente é denominado de Assessoria de Trabalho e Promoção Social.

A referida área desenvolve projetos e atividades em quatro linhas básicas de atuação: serviço de atenção à população de risco, serviços de convênios e projetos interinstitucionais, serviço de registro e apoio a entidades e serviço de assessoria às Delegacias Regionais.

Relativo aos serviços de atenção à população de risco, destacam-se dois importantes programas: S.O.S - Criança e S.O.S Família. O primeiro foi destinado a receber denúncias de maus tratos, negligência e abuso sexual em relação à

criança e ao adolescente. Foi colocada à disposição de Porto Alegre e municípios da região metropolitana uma central de atendimento telefônico com o objetivo de facilitar a resolução dos problemas emergenciais. O programa, iniciado em agosto de 1990 e encerrado em dezembro de 1992, registrou 5.014 ocorrências. Isto dá, em média, cerca de 13,7 ocorrências/dia, indicando a seriedade do problema. Essa função passou a ser exercida pelos Conselhos Tutelares.

O programa S.O.S - Família (junho de 93 a setembro de 94) teve como objetivo principal orientar e encaminhar às famílias com dificuldades no relacionamento familiar, conflitos conjugais, enfrentamento das questões sobre a infância e adolescência, bem como as de saúde, habitação, trabalho, lazer, educação e assistência social. Até abril de 1994, foram registradas 332 famílias atendidas.

Relativo aos serviços de convênios e projetos interinstitucionais, merece especial atenção o Plano Estadual de Atenção à Infância, com recursos do Fundo PIMES, no valor de US\$ 391.537. A primeira etapa do plano desenvolveu as fases de cadastramento e diagnóstico da situação da população infantil, bem como da rede e do serviço de atenção à infância de zero a seis anos no Estado do Rio Grande do Sul. Está em processo a execução da segunda etapa do plano. A primeira fase do Plano foi alvo de avaliação da missão do Banco Mundial que apreciou os trabalhos desenvolvidos.

Por convênio firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Caixa Econômica Federal, efetivou-se o Programa Balcão de Ferramentas, que consistiu numa linha de crédito destinada a desempregados e subempregados para o financiamento de instrumentos/ferramentas de trabalho, a fim de gerar ocupação e dar melhores condições de vida à população de baixa renda. O Programa atingiu 13 Regiões do Estado, abrangendo 192 municípios com a liberação de US\$ 151.144, distribuídos em 368 empréstimos, numa média de US\$ 470,71 por contrato.

O Setor de Registro e Apoio a Entidades é encarregado do cadastramento de entidades civis sem fins lucrativos. Por força da Lei nº 6.361, de 26/12/71, somente as entidades cadastradas na SJTC podem habilitar-se ao recebimento de auxílios ou subvenções estaduais. No total, foram registradas 18.000 entidades.

Em 11 de janeiro de 1993, foi assinado o Decreto nº 34.627, que regulamentou as Leis nº 6.361 e nº 6.362, de 26/12/71 e determinou o recadastramento de todas as entidades registradas na Secretaria. Cabe mencionar que o recadastramento possibilitou o conhecimento das entidades que deixaram de existir, das que foram constituídas apenas para uma determinada finalidade e das que nunca funcionaram efetivamente. A partir desse levantamento, foi criado um banco de dados de entidades não-governamentais, por município

e por finalidade. Foram recadastrados, aproximadamente, 7.000 entidades.

O apoio às entidades, que complementam a política de assistência social do Estado, foi efetivado através das atividades orçamentadas de apoio às ações de melhoria social, apoio ao trabalhador desempregado, apoio à formação sindical, atendimento ao idoso e fiscalização à segurança do trabalho, tanto na modalidade de transferência a municípios, como em subvenções sociais. Foi repassado o montante de US\$ 17.442, sendo US\$ 7.977 para prefeituras e US\$ 9.465 para entidades sociais.

A assessoria às Delegacias Regionais tem por objetivo prestar informação e orientação quanto às atribuições dos referidos órgãos, bem como sobre formas de integração com demais serviços da SJTC. As atividades foram desenvolvidas através de seminários, viagens de supervisão, contatos telefônicos e correspondências.

A área de promoção social desenvolveu importantes programas e atividades. Grande parte desses, concluídos e alguns transferidos para outros setores, visto que a atual administração considera que a execução deva ser realizada pelos órgãos vinculados. Cabe à atual assessoria desenvolver atividades relacionadas ao acompanhamento, avaliação de programas e projetos especiais, bem como o planejamento administrativo-financeiro, para que os objetivos propostos sejam alcançados.

Entretanto, merece ser ressaltado o Plano Estadual de Atenção à Infância, oriundo do acordo firmado entre a SJTC e o Fundo PIMES, que se encontra em fase de execução da segunda etapa, cabendo à área de promoção social a coordenação até o final do processo.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania, atendendo aos objetivos propostos no início da atual administração, instituiu uma efetiva política penitenciária de preparação do homem para a liberdade e para a cidadania; promoveu alterações significativas em nível administrativo na Superintendência dos Serviços Penitenciários e investiu na formação e qualificação do seu quadro funcional. O conjunto das ações mencionadas resultou na elevação da posição da administração penitenciária do Estado do Rio Grande do Sul, conquistando notoriedade em âmbito nacional.

A criação e/ou dinamização dos instrumentos e organismos voltados para a defesa dos direitos do cidadão e da sociedade ampliaram os canais de acesso da comunidade gaúcha ao exercício da cidadania. Os serviços prestados conquistaram expressiva credibilidade junto à sociedade, podendo ser

mensurada pela crescente demanda e agilidade nos procedimentos.

A atual administração implementou políticas básicas de assistência social e fortaleceu os seus organismos; intensificou as ações de fomento ao trabalho e reorientou a política de assistência à criança e ao adolescente.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

Esta parte apresenta as atividades desenvolvidas pelas principais áreas de atuação da Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania no ano de 1994.

Administração Penitenciária

O Grupo Executivo de Trabalho Prisional (GETP), compreendendo a importância do exercício de atividades laborais para a recuperação do homem preso, elegeu como prioridade o aproveitamento de mão-de-obra prisional na prestação de serviços a terceiros (iniciativa privada e órgãos públicos). Para tanto, foi estimulada a busca pela utilização de mão-de-obra prisional, através da divulgação pelos meios de comunicação e por contatos diretos com empresas, mantidos por servidores do Sistema Penitenciário.

A regulamentação de todo trabalho prisional na prestação de serviços a terceiros, através de Protocolos de Ação Conjunta, permitiu uma melhor remuneração ao preso, bem como a geração de recursos ao Fundo Penitenciário e um acréscimo ao pecúlio do preso. No ano de 1994, foram celebrados 43 protocolos, estando em atividade 25.

Em 1994, foi dado início à implantação do Projeto CPA Auto-Sustentável, com o objetivo de viabilizar o auto-abastecimento da Colônia Penal Agrícola General Daltro Filho e abastecer, em hortigranjeiros, as Casas Penais do Complexo de Charqueadas. Foram implantados um Projeto de Citros, um Projeto de Horta, bem como distribuídos 106 "Kits" de sementes hortícolas. Foi realizado um leilão de animais e comercializadas, no total, 75 cabeças de bovinos, eqüinos e suínos.

Confirmando os bons resultados obtidos pelo GETP, frente ao estímulo à atividade laboral, em finais de 1994, encontra-se o índice de 60% de mão-de-obra prisional ocupada, sobre o efetivo carcerário. Hoje o sistema penitenciário abriga 10.626 presos e cerca de 6.400 estão desenvolvendo alguma atividade, sejam aquelas implementadas pelo GETP ou demais atividades cotidianas das casas prisionais (manutenção, limpeza, cozinha).

A Unidade de Atendimento Educacional e Social (UAES), a fim de garantir assistência educacional e formação profissional ao homem preso, prestou atendimento em todos os estabelecimentos penais da grande Porto Alegre e Interior do Estado, através de suas equipes de saúde, educacional, psicossocial, comissão técnica de classificação e assistência legal.

A área da saúde, somente em 1994, totalizou 15.350 atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem. Foram realizados cursos de informação/prevenção da AIDS, com a participação de agentes penitenciários, técnicos e presos. Em caráter emergencial, foi realizada a contratação de 63 profissionais, a fim de promover melhorias nos serviços de saúde. Foram executados quatro treinamentos nos serviços de dermatologia sanitária.

A equipe educacional estabeleceu como principais metas a intensificação do atendimento educacional formal, o investimento na formação e qualificação profissional e o incentivo às atividades culturais e esportivas. Ao longo de 1994, realizou as seguintes atividades:

- 19 cursos profissionalizantes (confecção, tecelagem, serigrafia, digitação, tipografia, jardinagem, horta, conserto de eletrodomésticos, barbeiro, música, tapeçaria, pintura, cabelereira e argila) implementados, na sua maioria, em estabelecimentos penais da Capital e nas casas prisionais do complexo de Charqueadas ;
- 1600 exames de ensino supletivo;
- viabilizou a atuação do Núcleo de Orientação e Ensino Supletivo (NOES), da Secretaria da Educação, em três presídios;
- implementou o Projeto Nenhum Adulto Analfabeto , também da Secretaria da Educação, em 20 presídios, representando, aproximadamente, 25% do total de estabelecimentos penais do Estado;
- realizou três exposições artístico-culturais, expostas 76 peças e comercializadas 68, representando 89,47%. As exposições somaram o rendimento de R\$ 6.180,00, sendo 30% destinada ao Fundo Penitenciário e o restante ao próprio artista (preso).

O Programa S.O.S Família de Preso e Egresso, desenvolvido pela equipe psicossocial, tem por objetivo a reinserção do preso no mercado de trabalho e a assistência à família. Realizou, no ano de 1994, um total de 335 entrevistas, entre egressos, presos e familiares. Foram realizadas 92 reuniões, distribuídas entre os albergues femininos, casas de regime semi-aberto e aberto, da Capital e do interior. A fim de captar vagas para os egressos do

sistema, foram mantidos diversos contatos com o SINE (Sistema Nacional de Emprego), empresas e instituições em geral. O programa encaminhou 39 egressos para o mercado de trabalho, absorvidos, majoritariamente, por empresas da Região Metropolitana de Porto Alegre.

A equipe psicossocial encaminhou 24 técnicos das áreas jurídica, psicológica, social e médica para treinamento na Escola dos Serviços Penitenciários.

A Comissão Técnica de Classificação (CTC), no cumprimento da tarefa de elaboração de pareceres para transferências de regime e outros benefícios, previstos pela Lei de Execução Penal, efetivou em 1994, 4.619 avaliações, distribuídas em diversos estabelecimentos penais do Estado.

A Escola do Serviço Penitenciário, buscando o constante aperfeiçoamento de servidores e a formação de candidatos a cargos e funções na Superintendência dos Serviços Penitenciários, bem como a realização de estudos, pesquisas e outras atividades relativas à Criminologia e à Ciência Penitenciária, intensificou o seu trabalho ao longo de 1994. Dentre as suas realizações, destacam-se:

- dois Cursos de Treinamento de Administradores de Presídios, beneficiando 39 administradores;
- o I Curso Introdutório aos Técnicos do Sistema Penitenciários do Rio Grande do Sul, com a participação de 30 funcionários do Sistema Penitenciário;
- o II Curso de Identificação Criminal, realizado em três etapas, envolvendo 46 funcionários;
- publicação do manual sobre "Vigilância e Disciplina: Uma das Práticas Institucionais dos Estabelecimentos Penais de Regime Semi-Aberto e Aberto" e um número da Revista da Escola do Serviço Penitenciário.

Dada a escassez de recursos, a Equipe de Engenharia Prisional concluiu apenas duas obras no ano de 1994: a construção da padaria do Instituto Penal Industrial, totalizando 143 m², com investimento de R\$ 113.587,00 e a conclusão da sede do Instituto Penal Escola Profissionalizante, com 1.186 m² de área construída e valor correspondente a R\$ 341.020,00.

Cidadania

Em 1994, o SISTECON - Conselho Estadual de Defesa do Consumidor prestou em média/mês 2.630 atendimentos pessoais. Desses, cerca de 31,56% tratam de reclamações registradas e em 68,44% dos casos, as orientações são prestadas no balcão

de triagem. As consultas telefônicas chegam a atingir 150 ligações por dia, totalizando 3.000/mês.

Respondendo ao objetivo de agilizar procedimentos decorrentes de situação de conflito, no que se refere ao consumidor, sem que haja ingresso judicial, no SISTECON, são realizadas cerca de 170 audiências de conciliação por mês (extra-judiciais), onde 90% são solucionados. O órgão também emite 30 carteiras de identidade, diariamente, totalizando 600 cédulas por mês.

A Operação Verão, destinada ao esclarecimento dos veranistas, quanto aos seus direitos como cidadão e consumidor, prestou relevantes serviços em Cidreira, Tramandaí, Imbé, Capão da Canoa e Torres.

Atendendo ao objetivo de municipalização dos serviços, a fim de ampliar o atendimento prestado ao consumidor, no ano de 1994, foram instalados três Escritórios Municipais de Defesa do Consumidor, em cooperação com as prefeituras, nos Municípios de Garibaldi, Cruz Alta e Taquara.

O Projeto Cidadania, que tem por objetivo a organização de feiras de serviços correspondentes às diversas áreas de atuação do governo estadual, envolve a participação da Secretaria da Justiça, do Trabalho e da Cidadania, Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, Secretaria da Cultura e Secretaria da Educação. A SJTC se faz presente pela atuação do SISTECON e da FGTAS. O primeiro presta serviços de informações ao consumidor e confecção de carteiras de identidade. O segundo, fornece informações sobre questões de trabalho e seguro desemprego, bem como a realização de mostras de artesanato. O projeto realizou cinco eventos no ano de 1994.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDICA/RS - implementou melhorias na organização do seu trabalho através da estruturação de Comissões Temáticas, a saber: a de Reordenamento Institucional e Regionalização do Atendimento, a de Acompanhamento à Legislação, a de Finanças e Orçamento, a de Assessoramento aos Municípios e a Especial de Prevenção e Controle do Extermínio. Registra-se, também, a importância da aprovação e regulamentação da Lei Fundo Especial para a Criança.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher intensificou o desenvolvimento de políticas voltadas à atuação da mulher e contra a discriminação. Em 1994, elaborou o Regimento Interno do Conselho, assinado e aprovado pelo Governador; promoveu e participou de cursos, encontros e congressos e deu início à criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher.

O projeto "Os idosos no RS - Estudo Multidimensional de suas Condições de Vida", é resultado de um intenso trabalho do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso. O projeto busca a

realização de um estudo sobre as condições de vida dos idosos no Estado, com vistas a um novo direcionamento de ações futuras, que contemplem necessidades e expectativas e a produção do conhecimento e desenvolvimento de novos referenciais teóricos. A sua importância pode ser mensurada pelo envolvimento de 14 Universidades do Estado.

O referido Conselho elaborou, ainda, o projeto Indicadores de Serviços de Atendimento ao Idoso, visando ao levantamento de recursos sociais de atendimento ao idoso, a fim de construir o Banco de Dados sobre a Terceira Idade. Durante o ano de 1994 realizou um seminário, com simultâneo lançamento do Manual de Orientação sobre Prevenção à Preparação da Aposentadoria, que visa a fornecer, aos técnicos e dirigentes de instituições públicas e privadas, elementos básicos para a implantação de programas de preparação à aposentadoria, despertando para a necessidade de implementação de políticas de renovação de recursos humanos, para substituição daqueles que venham a se aposentar.

O Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN - que tem por competência a formulação e acompanhamento das diretrizes básicas da política estadual de prevenção e combate ao uso indevido do álcool e outras drogas, intensificou a sua atuação no ano de 1994. Foi responsável pela promoção e realização de campanhas e outros eventos de combate às drogas, realizou palestras solicitadas por diferentes instituições públicas e privadas e retomou a atividade de recadastramento dos Conselhos Municipais de Entorpecentes.

Serviços de Perícias e de Identificação

No decorrer do ano de 1994, foram implementadas diversas atividades e projetos com vistas à promoção de melhorias e ampliação dos serviços prestados pelos Institutos de Criminalística, de Identificação e Médico-Legal.

Foi criado, pelo Anexo Único da Lei nº 10.241, de 15.8.1994, 17 (dezessete) postos Regionais do Instituto de Identificação e Instituto Médico-Legal, com sedes em Caxias do Sul, Pelotas, Osório, Canoas, Passo Fundo, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo, Novo Hamburgo, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Guaíba, Ijuí, Taquara, Uruguaiana, Gravataí e Cachoeira do Sul.

A fim de suprir a carência de recursos humanos foi efetivada a contratação emergencial de 91 (noventa e um) servidores, para exercerem funções técnicas nos Institutos de Perícia, na Capital e interior. Entretanto, a fim de equacionar o problema em caráter mais definitivo, foi aberto Concurso Público para 90 (noventa) cargos técnicos dos Institutos, mais as vagas autorizadas até a homologação final.

Através da Lei nº 10.224, de 29/6/1994, foi criado o Quadro dos Servidores dos Institutos de Perícias, que reestruturou os cargos técnicos dos três Institutos, atendendo, em parte, ao comando constitucional do art. 136 da Constituição Estadual, que trata da Coordenadoria-Geral de Perícias. Com isso, estruturaram-se as carreiras de lotação privativa naqueles órgãos, criando-se novo quadro de pessoal, com aumento de vagas nos graus iniciais, objetivando atender ao aumento da demanda dos serviços.

Foram encaminhados Convênios e/ou Protocolos de Intenções para Prefeituras Municipais e Universidades, para mútuo apoio e colaboração, tendo por desiderato regularizar a situação física e de material de Postos do IML e do Instituto de Identificação, do interior do Estado. Propostas neste sentido tramitam com relação aos Municípios de: Osório, Carazinho, Camaquã e Passo Fundo às Universidades: Federal de Rio Grande, de Passo Fundo, de Caxias do Sul e de Santa Maria.

Importantes projetos de pesquisa foram elaborados para o desenvolvimento de novas técnicas aplicáveis à área de perícias, em convênio com a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Universidade Federal, em Porto Alegre.

Promoção Social

Durante o ano de 1994, a área destinada à promoção de serviço de atenção à população de risco; serviço de convênios e projetos interinstitucionais; serviço de registro e apoio às entidades e serviço de assessoria às Delegacias Regionais, desenvolveu relevantes projetos e atividades.

O Programa S.O.S Família, iniciado em 1993, esteve sob a Coordenação da Assessoria de Trabalho e Promoção Social até meados de 1994, tendo como um dos seus principais objetivos orientar e encaminhar as famílias em situações de conflito. Foram registrados mais de 400 atendimentos.

O início das atividades do Plano de Atenção à Infância, resultado de acordo firmado entre a SJTC e o Fundo PIMES, data de 1993. A primeira etapa do plano, relativa às fases de cadastramento e diagnóstico da situação da população infantil, bem como da rede e do serviços de atenção à infância (de zero a seis anos) no Estado, foi concluída. A segunda fase, em processo de execução, tem como atividades: reunir as regras para as Instituições de Atendimento à Infância; elaborar manuais, cartilhas e demais materiais informativos sobre atendimento a crianças de zero a seis anos; formar gerentes para a execução das diretrizes das políticas de atendimento em creches e pré-escolas; consolidar todas as definições, estudos e levantamentos do Plano Estadual de Atenção à Infância; avaliar as estratégias

utilizadas pelas populações periféricas do RS, para atendimento de crianças de zero a seis anos.

O Serviço de Registro de Entidades recadastrou, aproximadamente, 7.000 entidades até 1994.

É também de competência do serviço de registros a orientação para o procedimento da Declaração de Utilidade Pública, Decreto-Lei 3.565, de 15-10-52, que estabelece condições para o reconhecimento de pessoa jurídica de Utilidade Pública Estadual.

A área de promoção social participou do processo de constituição do Comitê Interinstitucional de Articulação da Assistência Social - CIAS/RS, movimento representativo de entidades governamentais e não-governamentais que atuam na área de assistência social. A Secretaria Executiva do Comitê foi exercida pela área de promoção social no período de outubro/93 a outubro/94.

No referido período, além da realização da 1ª Conferência Estadual de Assistência Social, que congregou 1.200 participantes de 168 municípios, foi realizado o 1º Seminário Estadual sobre Política Nacional de Assistência Social.

Foi também elaborado, neste período, o Anteprojeto de Lei que cria o Conselho Estadual de Assistência Social, conforme determinação da Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS nº 8.742/93.

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) é um órgão vinculado à Secretaria da Justiça do Trabalho e da Cidadania (SJTC), que tem por finalidade "implantar e desenvolver, no âmbito do Estado, as Políticas de Relações do Trabalho e de Promoção e Assistência Social", resultado da última reforma administrativa estadual, que extinguiu a Fundação Sul-Riograndense de Assistência (FUNDASUL) e a Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT), conforme Lei Nº 9434, de 27 de novembro de 1991, regulamentada pelo Decreto Nº 34.155, de 30 de dezembro de 1991. A justificativa foi a existência de duas fundações vinculadas a uma mesma Secretaria de Estado, então Secretaria do Trabalho, Ação Social e Comunitária (STASC), com objetivos similares e complementares, funcionando, porém, desarticuladamente e desenvolvendo ações paralelas. Os objetivos eram racionalizar os recursos, evitar sua pulverização e fortalecer o trabalho social.

Até novembro de 1991 a FUNDASUL gerenciava um patrimônio de 52 Centros Sociais Urbanos, localizados em 47 municípios do Estado. Possuía, ainda, em Porto Alegre o gerenciamento do

Vida-Centro Humanístico, com estrutura de 33.000 metros quadrados, também, o Centro de Triagem de Migrantes, que realizava atendimento aos moradores de rua da Capital e o Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente. Desenvolvia ainda a FUNDASUL, assessoramento técnico junto às comunidades, através, principalmente, do Projeto Alimento para o Povo, que envolvia 198 organizações populares. A Fundação Gaúcha do Trabalho, por seu turno, intermediava a mão-de-obra, inscrevendo e encaminhando para emprego, através da operacionalização estadual do Sistema Nacional de Empregos - SINE. Atuava, do mesmo modo na área de Segurança e Saúde do Trabalhador, bem como era a responsável pelo Programa Estadual de Artesanato.

REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91 / 94

Instituída a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, em novembro de 1991, assume as obrigações, os direitos e as atribuições das extintas FGT e FUNDASUL nas áreas de trabalho e ação social.

Na Área do Trabalho, a FGTAS, orientada pelas diretrizes do Ministério do Trabalho, continuou operacionalizando o Sistema Nacional de Emprego - SINE. Realizou a intermediação de mão-de-obra, através de seus 78 postos em todo o Estado, tendo uma demanda de 503.567 candidatos inscritos, dos quais 81.608 foram colocados em emprego. Outra atividade executada pelo SINE foi o Seguro Desemprego, cujo número de postagens foi de 358.987 habilitações de trabalhadores.

A defasagem entre a demanda e o número de colocados, além de alto índice de pagamento de seguro-desemprego, indicava a necessidade de se investir mais na capacitação e formação profissional. Assim, 7034 trabalhadores foram reciclados, através da realização de 392 cursos em convênio com escolas formadoras de mão-de-obra (SENAI, SENAC, etc) ou ministrados por instrutores qualificados. Além da busca de melhoria na qualificação profissional, outra diretriz que norteou a atuação do SINE foi a implantação dos postos de atendimento (de 55 passou para 78) e a informatização destes. Outro serviço, oferecido em convênio com a Delegacia Regional do Trabalho, foi a emissão de 221.497 carteiras profissionais. Deu-se atenção especial ao trabalhador portador de deficiência (916 pessoas encaminhadas e 289 colocadas no mercado de trabalho) e ao trabalhador autônomo. Através do Centro do Trabalhador Autônomo, em Porto Alegre e Pelotas, intermediou-se mão-de-obra para o mercado informal, registrando-se 21.070 solicitações e 19.557 serviços prestados.

Além da intermediação de mão-de-obra e formação profissional, a FGTAS atuou na área de pesquisa, através da realização do NPED-RMPA (Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre), atividade desenvolvida

em conjunto com a Fundação de Economia e Estatística. No campo das Relações do Trabalho desenvolveram-se ações preventivas, voltadas para conscientização do trabalhador quanto a sua saúde e segurança, realizando 544 cursos, dos quais participaram 11.570 trabalhadores. A Universidade do Trabalhador, funcionando dentro do Parque de Recreação do Trabalhador - PRT, em São Leopoldo, apesar das dificuldades de segurança e manutenção, realizou inúmeros eventos voltados para os trabalhadores. Buscou-se um espaço alternativo de articulação entre entidades sindicais e agentes públicos.

O outro braço executor da FGTAS, na área do trabalho, é o Programa Estadual do Artesanato, operacionalizado por essa Fundação, com o apoio do Ministério do Bem-Estar Social. Por orientação do próprio Ministério, nesta gestão de governo ampliou-se o enfoque de aliar o aspecto cultural, já intrínseco ao artesanato, à questão da geração de renda. Assim, a FGTAS é o Órgão responsável pela emissão da carteira de artesão (até agosto de 1994 eram 21.547 artesãos cadastrados), que isenta o profissional do pagamento de ICMS, constituindo-se em carteira profissional e comprovante de renda. Incentivou-se a produção, através da capacitação e aperfeiçoamento de mão-de-obra artesanal, mediante cursos nas oficinas de artesanato (3.322 concluintes), no interior do Estado e em Porto Alegre na Casa do Artesão. O Programa adota como diretriz o incentivo à criação de Casas de Artesão no interior do Estado, com a colaboração de Prefeituras Municipais. Na área de comercialização, totalmente informatizada no período considerado, além da loja da Casa do Artesão, o Programa promove, organiza e participa de eventos como feiras, exposições e mostras de produtos artesanais. Em julho de 1993, organizou-se a Feira Brasileira do Artesanato, realizada no Centro Administrativo do Estado, com a participação de 16 unidades da Federação e 292 expositores. Cabe ressaltar, nesta administração, o apoio dado a cooperativas e associações de artesãos, pelo Programa. De 58 formas de associação, apoiadas anteriormente, passou-se para 128, as quais estão legalizadas e cadastradas. Encontram-se mais 70 em vias de legalização.

A Missão do Artesanato a Portugal - EXPOSINTRA - foi um acontecimento inédito, pois ao invés de enviar-se produtos artesanais, como se fazia, treze artesãos participaram diretamente do evento.

Na área de ação social e comunitária, a FGTAS deu continuidade à atuação da extinta FUNDASUL, privilegiando suas bases físicas. O levantamento da realidade dos Centros Sociais Urbanos foi desalentador. Constatou-se o sucateamento total dos CSU's e a necessidade de grande investimento de recursos para recuperá-los, o que inviabilizou que o Governo do Estado assumisse sozinho esses custos. Por serem originários de um Programa Federal, que há muito foi extinto, achou-se por bem buscar apoio junto a órgãos desta esfera, o que resultou em tentativas frustradas. Apesar disto, a FGTAS

realizou reformas mais emergentes para viabilizar o acesso à clientela usuária dos seus serviços. Buscou-se, também, parcerias e/ou convênios com Prefeituras e entidades privadas. Com isto, conseguiu-se manter funcionando 22 creches e 29 turmas de pré escola. Realizaram-se, também, atividades nas áreas de esporte, lazer, cultura, trabalho, ação social e saúde, através de convênio com a Secretaria de Saúde do Estado. Embora cumprindo seus objetivos, as dificuldades enfrentadas para o gerenciamento dos CSU's apontaram para a necessidade de municipalizá-los, para que, em parceria, se buscasse maximizar a utilização desses recursos junto à clientela. Assim, até o momento, nove CSU's já foram passados em comodato às Prefeituras, estando sete em fase de estudo.

Outra base física importante da FGTAS é o Vida-Centro Humanístico, localizado na Zona Norte de Porto Alegre, que busca atender à população carente daquela área de abrangência, formada por aproximadamente treze grandes vilas. É um Programa intersecretarial, gerenciado pela FGTAS. Foram desenvolvidas ações nas áreas de Expressão e Trabalho; Esporte, Lazer e Recreação; Atenção ao Cidadão e Comunidade; e Saúde. Este Programa também enfrentou dificuldades para executar suas finalidades, desde problemas de infra-estrutura na construção e, principalmente, de falta de recursos para as atividades fins. Buscou-se, como alternativa, convênios com entidades públicas e particulares.

A atuação da FGTAS na área de ação social abrangeu diversos segmentos sociais como: crianças e adolescentes, idosos, moradores de rua, mulheres, entidades assistenciais e grupos sócio-comunitários. Através de trabalho com grupos sistemáticos nas bases físicas, a Fundação atendeu, anualmente, 17.230 crianças e adolescentes. Em Porto Alegre, no Espaço Social e Comunitário, localizado na Vila Farrapos, realizaram-se práticas de educação pelo trabalho com crianças e adolescentes, implantando-se novo enfoque de abertura para a comunidade, iniciando-se trabalho com mulheres e idosos.

No período, estruturou-se um atendimento específico ao segmento mulher. Através de grupos de convivência, oficinas na área de saúde e cidadania e mediante assessorias à entidades e/ou grupos que discutem a condição da mulher; foram realizados 1.720 atendimentos.

Um ponto que merece ser ressaltado é que, ao iniciar esta administração, o atendimento aos moradores de rua contava apenas com vagas limitadas em dois albergues (um municipal e um particular). A instalação do Albergue Maria Flor Vieira veio ampliar o número de vagas e melhorar as condições de acolhimento das pessoas que vivem sem teto. Inaugurado em 1994, já permitiu 6.878 pernoites, incluindo banho e alimentação. Neste espaço, realiza-se, também, atendimento individual através do Plantão Social, acompanhamento psicoterápico, além de auxílios emergenciais.

Outra atividade realizada pelo setor é a Ronda Social Noturna que, durante o inverno, recolhe os moradores de rua, encaminhando-os para albergagem ou outros recursos sociais. No período - 1991 a 1994 - realizaram-se 5.356 abordagens.

O atendimento ao idoso foi realizado no âmbito estadual, seja através de trabalho direto sistemático (grupos de convivência), ou através de encontros, seminários e outros eventos coletivos. Nas bases físicas da FGTAS ou em instalações das próprias comunidades, funcionaram 143 grupos com 8.170 idosos. O trabalho com este segmento visa à valorização, à expressão de suas potencialidades, bem como à defesa de seus direitos de cidadão.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Avaliar o desempenho da FGTAS não se constitui uma tarefa simples, pois há de se considerar que sua função prioritária é intervir junto aos segmentos excluídos do processo produtivo e do usufruto dos bens e serviços existentes na sociedade. Nesta situação, encontram-se milhares de famílias gaúchas. Portanto, só a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, com seus projetos, por mais eficientes e eficazes que possam ser, não bastam para reverter a baixa qualidade de vida da população, pois são necessárias mudanças estruturais mais amplas, cuja responsabilidade está com o poder público e a sociedade civil organizada. Enquanto estas mudanças não ocorrerem, obviamente que órgãos como a FGTAS têm um papel importante a desempenhar, contanto que lhe seja dado o apoio financeiro para viabilizar os instrumentos necessários à intervenção. Entretanto, esse apoio no período 91/94 deixou a desejar, tanto no que se refere aos recursos financeiros do Estado, quanto da esfera federal. Com experiência de causa, pode-se afirmar que só com boa vontade e criatividade não se fazem ações de cunho promocional. São necessários recursos para que se possa atingir os objetivos. Com exceção do SINE, do Artesanato Gaúcho e do Atendimento ao Idoso, que tiveram verbas garantidas dos Ministérios do Trabalho e do Bem-Estar Social, os demais projetos da área de assistência social e comunitária não receberam a devida atenção.

A análise do histórico dos recursos orçamentários da FGTAS comprovam que nesta administração foi, ano a ano, diminuindo sua participação no Orçamento Estadual, crescendo o potencial dos convênios no total do orçamento da Instituição. Assim, em 1992 a participação do Estado no orçamento da Fundação significava 94,13%; em 1994 reduziu-se a 51,49%. Desse total, 48,38% significava despesas com pessoal. Com isso, só uma parcela das atividades programadas pela FGTAS foi executada. Do ponto de vista quantitativo e qualitativo, os recursos humanos existentes na Instituição teriam potencial de superar, em muito, o que foi realizado. O

aporte de recursos pelo Estado como contrapartida nos Convênios Federais também foram insuficientes.

A situação financeira da Fundação não era satisfatória mesmo antes desta gestão. A atual administração recebeu a FGTAS com algumas contas públicas não-pagas e precisou regularizar a dívida como INSS. A fusão das extintas FGT e FUNDASUL, ao contrário do proposto, diminuiu os recursos para o atendimento da imensa clientela potencial da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social.

Apesar das dificuldades que obstruíram o pleno desempenho da FGTAS, esta não deixou de cumprir seus objetivos, mesmo que em proporções mais modestas, mas nem por isso menos significativas. As mudanças em nível de qualidade de vida das pessoas que usufruíram dos seus serviços, não podem ser negadas, principalmente quando se trata de colocação no mercado formal e informal de trabalho, capacitação profissional e geração de renda através de cursos, comercialização de produtos artesanais, integração de idoso na comunidade, atenção especial à mulher, à criança e ao adolescente.

Neste exercício foram abrangidos 83 municípios, através de uma rede instalada de 52 Centros Sociais Urbanos, 78 Postos SINE, 23 Gerências Regionais. Além da Universidade do Trabalhador em São Leopoldo, dispõe ainda das seguintes bases físicas: Vida - Centro Humanístico, Espaço Social e Comunitário - ESC, Centro do Trabalhador Autônomo - CTA, Albergue Maria Flor Vieira e Casa do Artesão.

Sua intervenção abrange diversos segmentos sociais, como: trabalhadores desempregados, artesãos, crianças e adolescente, grupos sócio-comunitários, idosos, população desabrigada e entidades assistenciais.

Para realizar este atendimento, a FGTAS em 1994 contou com limitados recursos financeiros. Em nível estadual, os limites estipulados pela Secretaria da Fazenda ao orçamento da Fundação foram aquém de suas necessidades. Em nível federal, apesar do encaminhamento de mais de 30 projetos, apenas três convênios se efetivaram.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

Área do Trabalho

- Capacitação e formação profissional a 1384 trabalhadores e 148 adolescentes de baixa renda;
- A FGTAS, orientada pelas diretrizes do Ministério do Trabalho, operacionaliza o Sistema Nacional de Emprego - SINE, no Rio Grande do Sul que realiza a intermediação de

mão-de-obra, tendo uma demanda de 118.118 candidatos inscritos, dos quais 15.193 foram colocados em emprego. Outra atividade executada pelo SINE é o Seguro Desemprego, cujo número de postagens foi 146.604 habilitações de trabalhadores;

- Em convênio com a Delegacia Regional do Trabalho foram executadas a emissão de 46.546 carteiras profissionais;
- O atendimento especial a pessoas portadoras de deficiências encaminhou 172 para emprego, sendo que, destas, 67 foram colocadas no mercado de trabalho;
- O Centro do Trabalhador Autônomo intermediou serviços para diaristas, registrando 4096 solicitações de serviços e 3248 serviços prestados;
- A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) é uma atividade que vem sendo realizada pela FGTAS/SINE e Fundação de Economia e Estatística (FEE). A PED-RMPA é um importante instrumento para que se possa conhecer a População Economicamente Ativa da Região, bem como a dinâmica e as características do mundo do trabalho;
- O Programa Estadual do Artesanato, com 21.547 artesões cadastrados, realizou, em Porto Alegre, 18 cursos com 287 participantes e, no interior do Estado, treinou 468 pessoas, e realizou encontros e feiras com a participação de 603 pessoas;
- No que se refere às Relações do Trabalho, a FGTAS realizou 62 cursos (CIPA's), dos quais participaram 1196 pessoas;
- O apoio à Formação Sindical é outra atividade em que a FGTAS promoveu cursos para 1.604 participantes e, na Universidade do Trabalhador, aconteceram 14 eventos, reunindo 3.259 trabalhadores.

Área da Ação Social e Comunitária

A FGTAS desenvolveu ações voltadas para 17.230 Crianças e Adolescentes em Porto Alegre e interior do Estado. Em parceria com as Prefeituras Municipais, SESI e outras entidades, manteve funcionando nos Centros Sociais Urbanos 22 creches, 29 grupos de pré-escolares, 36 extraclasse, além de grupos esportivos e culturais. Em Porto Alegre, no Espaço Social e Comunitário (ESC), localizado na Vila Farrapos, realizou práticas de educação pelo trabalho, onde meninos e meninas confeccionaram objetos em madeira, argila e couro, além de receberem, diariamente, complementação alimentar, reforço escolar e atendimento psicossocial. Neste ano implementou-se novo enfoque no ESC de abertura para a comunidade, iniciando-se trabalho com mulheres e idosos.

A assistência ao idoso é realizada no âmbito estadual, seja através do atendimento direto e sistemático (grupos de convivência), ou através de encontros, seminários e outros eventos coletivos. Funcionando nos Centros Sociais Urbanos ou em instalações das próprias comunidades, organizaram-se 143 grupos, reunindo 8.172 idosos.

No período, estruturou-se um atendimento específico ao segmento mulher, através de grupos de convivência, oficinas na área de saúde e direitos, assessoria entidades e/ou grupos que discutem a condição da mulher. Foram realizados 1.720 atendimentos.

Merece ressalva a instalação do Albergue Maria Flor Vieira, que veio ampliar o número de vagas para o atendimento aos moradores de rua que, em 1994, permitiu 6.878 pernoites, incluindo banho e alimentação. Outra atividade realizada pelo setor foi a Ronda Social Noturna que, durante o inverno, recolheu pessoas da rua, encaminhando-as para albergagem ou outros recursos. No período, realizaram-se 2006 abordagens.

Vida Centro Humanístico

Com aproximadamente 33.000 m² de área e localizado na zona Norte de Porto Alegre, busca atender à população carente daquela área de abrangência, formada por, aproximadamente, 13 grandes vilas e outras de menor porte; é um Programa intersecretarial, porém, gerenciado pela FGTAS.

No Vida Centro Humanístico, são desenvolvidas ações nas áreas de expressão e trabalho, esporte, lazer e recreação, atenção ao cidadão e à comunidade, e saúde.

Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor/FEBEM-RS para lançar o " Sistema Gaúcho de Atendimento à Criança e ao Adolescente" Plano de Ação para o Quadriênio 91-94 , baseou-se na seguinte situação encontrada:

- Estrutura da Fundação voltada para as políticas compensatórias, não respondendo às necessidades das crianças e jovens institucionalizados;
- Organograma institucional totalmente alterado, existindo um direito e outro fato;
- Instituições em estado deplorável, sem chuveiros quentes, fiação podre com riscos de incêndio, com falta de vidros, encanamentos quebrados, esgotos entupidos, goteiras e vazamentos, paredes mofadas, falta de equipamentos básicos em todas as áreas de atendimento;

- Falta de recursos humanos em todas as áreas, em especial a de atendimentos às tipologias especiais (excepcionais, excepcionais vegetativos, drogaditos, etc.), sobrecarregando o pessoal existente;
- Problemas crônicos na área administrativa: excessivo número de horas-extras mensais e de causas trabalhistas e um orçamento deficitário, voltado apenas para a precária manutenção dos recursos existentes.

ATUAÇÃO

Diante desse quadro, a atual administração embasou sua proposta, considerando os seguintes pressupostos:

Em nível interno a Fundação priorizou a figura do desmonte dos grandes prédios institucionais, visando à construção de pequenas unidades residenciais, levando em consideração a transitoriedade dos menores assistidos nas unidades de abrigo.

Durante o atendimento, a ênfase foi dada em relação à escolarização e formação profissional nas áreas de atendimento ao abrigado, às tipologias especiais, às ações comunitárias e preventivas.

Em nível externo, numa ação comunitária e preventiva, a Fundação atua junto à comunidade através de suas Gerências Regionais e Centros de Atendimento, com proposta de profissionalização rural e escolarização.

A Gerência Regional é um instrumento da interiorização da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, traçada pela FEBEM, que tem por finalidade maior assistência a essa população, quando se encontrar em situação de risco pessoal e social.

Esta política se efetivou com a co-participação entre governo e comunidade, resultando, desse entrosamento, planejamentos conjuntos, que consideram as políticas sociais básicas, os programas supletivos e as políticas de proteção especial. Atualmente, são 18 Gerências Regionais, distribuídas em pontos estratégicos do Estado.

Outro instrumento dessa interiorização foram os convênios, com repasse de recursos a Entidades Sociais Particulares e Prefeituras Municipais, para atendimento a crianças e adolescentes, em regime de internato, internato especializado, apoio às comunidades indígenas e aos estagiários de 3º Grau. No período de 1991 a 1994, foram repassados recursos a 163 Entidades Municipais ou Particulares, beneficiando a 17.976 crianças e adolescentes.

Essa proposta pressupõe uma ação descentralizada, em consonância com os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, Prefeituras Municipais e Entidades Conveniadas, sob a forma de apoio técnico-pedagógico, embasado nas ações de parceria, coligando recursos e possibilitando a consecução de programas prioritários.

Dessa forma, a Fundação organizou uma equipe de supervisão multidisciplinar, a fim de dinamizar suas áreas de atuação.

A Área de Supervisão Multidisciplinar, de supervisão técnica, delineou com as respectivas categorias profissionais - psicologia, serviço social, educação e saúde (medicina e farmácia) - seus projetos de trabalho, procurando reuni-las na ação conjunta, visando a suprir as deficiências verificadas.

REALIZAÇÕES NO PERÍODO 91/94

As ações do órgão foram desenvolvidas por quatro coordenações: a Coordenação de Atendimento de Infratores - (CAI) - tem como objetivo prestar atendimento a jovens infratores, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 18 anos, cumprindo medida sócio-educativa em regime de internato fechado, com possibilidade de atividade externa e semi-liberdade, através das instituições vinculadas a CAI.

A Coordenação das Ações Educativas e Participativas - CAEP - é responsável pelo atendimento de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, em regime de abrigo, assegurando-lhes a efetivação dos direitos sociais básicos, em caráter supletivo, procedendo ao reordenamento institucional, visando à implantação e implementação de unidades residenciais transitórias, através do desmonte das macroinstituições, a fim de dar atendimento a grupos reduzidos e com a preservação dos vínculos familiares, através da reunião de irmãos de diferentes sexos e faixas etárias.

Em relação à comunidade gaúcha, a Coordenação das Ações Comunitárias - CAC - tem como finalidade desenvolver ações preventivas que busquem o incentivo e a implantação de iniciativas comunitárias que promovam a assistência às crianças e adolescentes, evitando a desvinculação de seu local de origem.

O atendimento nos Lares Vicinais e Comunitários Transitórios no interior do Estado abrangem os seguintes municípios: Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Caxias do Sul, Viamão, Alvorada, Guaíba e Lajeado.

Esta coordenação também tem seu atendimento complementado através de Entidades Conveniadas no Interior e

abrange os seguintes municípios: Caxias do Sul, São Leopoldo, Guaíba, São Pedro do Sul, Arroio dos Ratos, Erechim, Cruz Alta, Santa Maria, Montenegro, Taquari, Santiago, Tramandaí, Santo Ângelo, Ibirubá, Tapes e Alvorada.

Ainda realiza o atendimento à população indígena de Santa Galo, com integração das áreas de nutrição, saúde e serviço social do Núcleo de Atendimento à Família e às Crianças e Adolescentes.

A Coordenação das Ações de Formação para o Trabalho - CAFT - executa um modelo educacional de educação pelo trabalho, através das etapas: prontidão para o trabalho, iniciação profissional, profissionalização, qualificação, encaminhamento e acompanhamento em estágio e emprego e programa educativo remunerado.

O atendimento, no interior do Estado, refere-se ao programa Guri-Trabalhador, para colocação no emprego de adolescentes em parceria com o empresariado gaúcho.

Abrange os seguintes municípios: Montenegro, Erechim, Pelotas, Rio Grande, Cachoeira do sul, Lagoa Vermelha, Gaurama, Aratiba, Getúlio Vargas, Palmeira das Missões, Santa Maria, Santiago, Lajeado, Passo Fundo, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Nova Prata, Veranópolis, Guaporé, Santa Rosa, Tapejara, Sobradinho, Ijuí, Três Passos.

Com apoio da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS, a FEBEM expôs os trabalhos confeccionados por suas oficinas profissionalizantes na Casa do Artesão, pondo em prática o Programa Educativo Remunerado.

Na área de profissionalização foi dado um novo impulso com a reformulação pedagógica dos cursos e ampliação e reforma das oficinas.

Falando mais especificamente no atendimento ao regime de abrigo, a Instituição atende crianças e adolescentes de ambos os sexos na faixa etária de 0 a 18 anos, em suas Unidades Residenciais Transitórias - URTs.

Em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a FEBEM promoveu o desmonte das suas Instituições, criando, inicialmente, trinta (30) Unidades Residenciais Transitórias, sendo que sua preocupação com a capacidade física ainda determinou a realização de ampliações e melhorias ao longo desta gestão.

A seguir, temos as tabelas que apontam o atendimento de suas Coordenações, das Unidades Residenciais Transitórias.

TABELA I

Atendimento das Coordenações da FEBEM - 1991 - 94

| Coordenação / Ano | CAI | CAEP | CAC | CAFT |
|-------------------|-------|-------|--------|-------|
| 1991 | 562 | 1.767 | 14.524 | 7.354 |
| 1992 | 749 | 1.991 | 4.839 | 4.552 |
| 1993 | 927 | 2.399 | 6.660 | 8.697 |
| 1994 | 1.048 | 1.715 | 7.837 | 9.230 |

TABELA II

Atendimento nas Unidades Residenciais Transitórias 1991 - 94

| | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|----------------------------|------|------|------|------|
| COMPLEXO URTS | | | | |
| COMPLEXO SEDE | - | 22 | 121 | 171 |
| COMPLEXO IPANEMA | - | 53 | 98 | 140 |
| COMPLEXO BELÉM VELHO/NOVO | 56 | 83 | 112 | 194 |
| COMPLEXO VIAMÃO/ZONA NORTE | 28 | 24 | 52 | 57 |
| TOTAL | 84 | 182 | 383 | 562 |

Para desenvolver seus objetivos, a FEBEM ainda desenvolveu diversos projetos especiais que visaram a desenvolver, nas crianças, e adolescentes os aspectos educacionais, criativos e pedagógicos, através de uma atividade agradável.

Os principais projetos especiais desenvolvidos nesta administração, foram: Bola no Pé (futebol), Colônia de Férias, Querência dos Piazzitos da FEBEM, Escola de Circo e Teatro, Escola de Samba "Renascer da Esperança", Escoteiros, Projeto Gandula, Ginástica Rítmica-Desportiva, Minibateria e Teatro Zona Sul.

Desenvolveu-se, ainda, o Projeto Disque-Criança que visa, através da união entre iniciativa privada, Prefeituras Municipais, Brigada Militar e Polícia Civil, dar apoio e encaminhar soluções para denúncias de maus tratos, com objetivo secundário de transmitir esclarecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A estrutura do atendimento envolve abrigos mantidos pela FEBEM e Prefeituras. O serviço prevê a perícia das vítimas, atendimento terapêutico para os pais e assistência para as

crianças e adolescentes atendidos, funcionando 24 horas por dia.

Foram também realizadas ações no sentido de captar recursos financeiros para a Instituição como a realização, no Gigantinho, do Show da Xuxa.

Foi realizada a loteria da criança, numa ação conjunta entre a FEBEM, Caixa Econômica Estadual e BANRISUL. A promoção contou com a participação da apresentadora Angélica.

A FEBEM-RS e as prefeituras de São Pedro da Serra, Esteio, Arroio dos Ratos, Guaíba, Santa Cruz do Sul, Osório, Capão da Canoa, Uruguaiana e Santo Ângelo trouxeram ao Estado " Os Trapalhões" para uma série de Shows.

Também foi realizado um Leilão de Artes, em prol da FEBEM, no Clube Caixeiros Viajantes.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 1994

A seguir, teremos o registro do exercício de 1994 seguindo as grandes linhas preconizadas para a fundação no "PLANO DE AÇÃO 91-95 - SISTEMA GAÚCHO DE ATENDIMENTO CRIANÇA E AO ADOLESCENTE", bem como do atendimento às demandas emergenciais surgidas no período por Coordenações de Programas e Área de Saúde da Fundação.

Foram feitas projeções de dados referentes ao último trimestre de 1994.

Coordenação de Atendimento Infratores - CAI

Esta Coordenação sofreu, em 1994, um acréscimo de sua população, em mais de 100%, gerando uma preocupante superpopulação, considerando-se a tipologia da clientela atendida.

Não só por esta questão concreta, mas também por atender os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, operaram-se medidas, visando a minimizar tais problemas e otimizar o atendimento:

- Adaptação física do Centro Educacional Victor Hugo Rocha Ribeiro, de Uruguaiana e do Instituto de Recepção Iracema Cassel do Canto, de Santa Maria;
- Reordenamento dos programas e projetos existentes em todas as instituições ligadas à CAI;
- Participação em vários seminários nas cidades-pólo de atendimento ao adolescente infrator, discutindo com os Três Poderes e com a Comunidade em geral;

- Implantação do Programa de Qualificação Profissional, com prioridade na etapa inicial para os dirigentes;
- Ampliação do entrosamento com o Juizado da Infância e Juventude e o Ministério Público;
- Ampliação do trabalho de Defensoria Pública, realizado por advogados da Fundação, que passaram a atender jovens da comunidade em geral;
- Parcerias com prefeituras e empresários, objetivando a implantação dos pólos de atendimento ao adolescente infrator, assim como a participação dos familiares dos adolescentes privados de liberdade no processo de recuperação daqueles jovens;
- Implantação do projeto-piloto para atendimento dos adolescentes em regime de semiliberdade;
- Implantação de oficinas de iniciação profissional, nos Institutos do CAI.

Coordenação das Ações Educativas e Participativas - CAEP

Instituto Juvenil Feminino (Porto Alegre)-criação de duas Unidades Residenciais Transitórias, com capacidade para 15 adolescentes em cada Unidade, com vistas a atendimento às jovens do Instituto Juvenil Feminino, para fins de preparação do retorno à comunidade.

Instituto Cônego Paulo de Nadal (Porto Alegre): Projeto Hipoterapia, em parceria com a Brigada Militar, para atendimento de crianças com problemas neurológicos e emocionais.

Instituto Infantil Feminino (Viamão): atividades cívicas, recreativas e sociais, em conjunto com escolas da comunidade em datas comemorativas.

Instituto Irmão Miguel Dario (Porto Alegre): participação na EXPOINTER, através da exposição de gado Jersey, criado no Instituto; projeto ecológico de limpeza do meio ambiente e coleta separada do lixo, entre FEBEM e Escola Estadual, localizada no Instituto; projeto Criança Engraxate com duas cadeiras para atendimento no Centro Administrativo do Estado.

Instituto Odila Gay da Fonseca (Porto Alegre): participação no concurso de desenho " Salve o Arroio Dilúvio", promovido pelo Unibanco e Zero Hora; reforma do refeitório, cozinha e pintura do prédio.

Instituto Nehyta Martins Ramos (Porto Alegre): apresentação do Coral do Instituto em inúmeros eventos;

implantação da Oficina de Artesanato em bambu; inauguração da Capela Nossa Senhora da Conceição, nas dependências do Instituto; implantação do Projeto de Hipoterapia, em parceria com a Brigada Militar, para atendimento de crianças com problemas neurológicos e emocionais.

Instituto Dom Bosco (Viamão): treinamento de funcionários - etapa sobre saúde; operacionalização do Convênio Secretaria da Saúde e Meio Ambiente/FEBEM, com objetivo de passar para a responsabilidade da Secretaria os portadores de necessidades especiais, maiores de 18 anos, do sexo masculino.

Centro Educacional Dr. Adalberto Breyer (Lajeado): participação na EXPOVALE, na parte de organização administrativa e limpeza das instalações; melhorias no refeitório e cozinha.

Centro Educacional Sílvio Bueno de Oliveira (Palmeira das Missões): reforma e pintura nos alojamentos, banheiros, cozinha e refeitório; participação dos meninos em atividades esportivas no município, futebol de salão, de campo, seta, e campeonatos escolares.

Centro Educacional Hélio Lopes Bitencourt (Santiago): reforma no telhado e alojamentos; seminário sobre Educação para Camadas Populares, envolvendo o município de São Borja e Santiago; projeto de construção da cancha de bocha, para crianças e adolescentes; projeto de minipadaria e fábrica de biscoitos, com vistas a consumo e geração de renda; pavimentação da via de acesso ao Centro Educacional.

Centro Educacional de Dom Pedrito (Dom Pedrito): reforma do telhado e alojamentos; retomada da pista de motocross em área própria, com recursos revertidos para o centro.

Instituto dos Meninos Marília Sanchotene Felice (Uruguaiana): projeto junto à comunidade, para seleção e comercialização do lixo seco; ampliação da horta; reforma e ampliação da sala de recreação, banheiros e pintura do Instituto.

Instituto da Criança e do Adolescente (Pelotas): participação e execução do primeiro "Encontro Esportivo da Primavera" com as demais entidades de Pelotas; reforma da cozinha e banheiros;

Centro Educacional José Calazans Rodrigues Cardoso (Soledade): ampliação da horta e da área de plantio de arroz.

Coordenação das Ações Comunitárias - (CAC)

Centro Infanto-Juvenil Zona Sul: atende um total de doze núcleos, sendo que seis em atendimento direto, e seis através

de convênio-alimentação. No período de 94, foi aberto um Núcleo na Associação Comunitária Santa Rita de Cássia que atende 20 crianças.

Núcleo de Atendimento à Família e ao Menor: implantação do Centro de Atendimento Familiar Comunitário na Restinga Velha, com objetivo de atender famílias das camadas populares, residentes na localidade, que possuem em seu Núcleo crianças e adolescentes que por diversas razões enfrentam situações conflituosas as quais ponham em risco quaisquer de seus membros, evitando, sempre que possível, a institucionalização. Atualmente, estão sendo atendidas 16 (dezesesseis) famílias, atingindo aproximadamente 43 (quarenta e três) crianças e adolescentes, através de entrevistas familiares e grupos multifamiliares.

Atendimento à população indígena de Santa Galo: iniciado em 14.04.94, através de visitas realizadas por técnicos das áreas da Administração Geral, Saúde, Nutrição e Serviço Social, localizado na estrada do Lami, de origem Tupis Guarani. O trabalho é realizado mensalmente, de forma a minimizar suas necessidades, visando a uma melhor qualidade de vida. São atingidas 15 (quinze) famílias com seus respectivos filhos: 30 (trinta) crianças e adolescentes.

Ampliação de Lares Comunitários: a partir do mês de julho do corrente ano, foram abertos 08 (oito) lares comunitários, visando à transferência de meninas abrigadas no Instituto Infantil Feminino, para famílias da comunidade, pois este se encontra em fase de desmonte. Foram cadastradas 43 (quarenta e três), sendo realizadas visitas domiciliares. Com a abertura dos lares, foram colocadas 16 (dezesesseis) crianças e adolescentes.

Foram repassados recursos através de convênios com 36 Entidades Sociais Particulares e Prefeituras Municipais, beneficiando a 3.929 crianças e adolescentes.

Coordenação das Ações de Formação para o Trabalho - CAPT

O Centro de Preparação para o Trabalho Padre Cacique elaborou o "Projeto Oficinas de Artes Alternativas" a ser implantado. O Projeto pretende ser um espaço voltado à formação profissional dos alunos, bem como preparar os mesmos para que futuramente possam ingressar nos cursos já existentes na faixa dos 14 a 18 anos incompletos, tirando-os da ociosidade atual e dando-lhes base para a criação de arte em geral.

Foram formalizados convênios para o Programa Guri Trabalhador com os seguintes órgãos: Companhia Rio-grandense de Saneamento, Companhia Rio-grandense de Telecomunicações, Secretaria de Saúde e Meio Ambiente e Companhia Estadual de Energia Elétrica.